

HISTÓRIAS QUE (RE)CONTAM HISTÓRIA: ANÁLISE
DO POVOAMENTO, COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

Benícia Couto de Oliveira (Org.)

HISTÓRIAS QUE (RE)CONTAM HISTÓRIA: ANÁLISE
DO POVOAMENTO, COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

Benícia Conto de Oliveira (Org.)



2013

Universidade Federal da Grande Dourados

COED:

Editora UFGD

Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2011/2012

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Célia Regina Delácio Fernandes

Luiza Mello Vasconcelos

Marcelo Fossa da Paz

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Rozanna Marques Muzzi

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

333.318171 H673 Histórias que (re) contam história : análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul / Benícia Couto de Oliveira (org). – Dourados : Ed. UFGD, 2013.
142 p.

ISBN: 978-85-8147-037-5

Possui referências.

1. Reforma agrária – Mato Grosso do Sul. 2. História – Mato Grosso do Sul. 3. Povoamento. I. Oliveira, Benícia Couto de.

SUMÁRIO

Apresentação	07
I - Desdobramentos da marcha para oeste na fronteira Brasil-Paraguai: colonizar era preciso	13
Benícia Couto de Oliveira	
II - A ocupação do espaço territorial de Juti/ Amambai: da Matte aos assentamentos	29
Alice Araújo do Nascimento, José Aparecido dos Santos, Júlio César de Souza Alvarenga, Rosângela Fátima Correia Ávila e Wagner José da Rosa	
III - Da formação histórica de Mato Grosso do Sul ao projeto de assentamento Nioaque	47
Nelson Aparecido Silva Casimiro	
IV - Trajetórias de migrantes: o fim do anonimato	63
Fabio Pereira Nunes, Marli Cunha de Souza e Nilda G. Nunes Roza	
V - Trajetórias de famílias do assentamento Taquaral em Corumbá-MS	81
Cristiano Almeida da Conceição, Eliane Ceri Assis Santana, Maria de Fátima Ferreira e Sonia Regina da Silva Tomichá	
VI - Fronteira Brasil-Paraguai e a trajetória dos “brasiguaios”: é assim a nossa vida	95
Adriana Alves Grassieli, Alessandra Morais Silva, José de Oliveira, Valéria de Jesus Fragosso de Melo	
VII - Novas formas de produzir em assentamentos rurais: análises da experiência com o sistema de cooperação do assentamento Ranildo da Silva	113
Cristiane Paula Morais Vilasboa, Ivanilda Ricardo de Farias, Luci Dalva Maria de Souza e Alzira Salette Menegat	

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos apresentados neste livreto resultam de pesquisas feitas para a elaboração de trabalhos das disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Sociais – PRONERA/UFGD, que despertaram o interesse em publicar alguns desses resultados; até porque não seria possível contemplar todos os trabalhos realizados pela turma neste formato de livro. Portanto, o conteúdo desse exemplar aborda o processo de povoamento, colonização e reforma agrária em Mato Grosso do Sul, principalmente porque esse processo foi e é marcado pela disputa da terra entre índios, posseiros, empresas extrativistas, fazendeiros latifundiários e trabalhadores rurais sem terra. Cabe ressaltar que a luta pela terra no Estado, embora tenha enfrentado todas as adversidades, com avanços e recuos, tem colaborado para conquistar a terra e desestruturar latifúndios, onde tem sido adotada outra dinâmica de relação de trabalho, como, por exemplo, a agricultura familiar.

Esperamos contribuir, na medida do possível, com a discussão sobre o processo de colonização e povoamento e, principalmente, sobre a luta pela terra na região sul-mato-grossense, fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia. Essa luta se estende desde a chegada dos espanhóis na terra indígena até a chegada dos exploradores dos ervais nativos ali existentes, que monopolizaram o arrendamento das terras devolutas, afugentando os índios que ali habitavam, e impedindo quem se dirigisse à área erva-teira em busca de terra para se fixar. Vale dizer que o monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira foi quebrado quando o governo federal estadonovista decidiu colonizar a região fronteira ocupada pela

mesma. Mais recentemente, a ocupação desenvolveu-se na luta dos movimentos sociais, nos quais estão inseridos os trabalhadores rurais sem-terra que têm, por meio de suas lutas, pressionado os governos e conseguido a implementação da política de reforma agrária com a criação de assentamentos em vários municípios do sul do Estado. “Trata-se aqui de espaços que foram objeto de uma disputa multissecular” (QUEIROZ, 2003, p.19).

Portanto, hoje, essa história pode e deve ser contada para que a atual e as futuras gerações possam perceber, quem sabe, que o povoamento, a colonização e o desenvolvimento sul-mato-grossense resultaram da ação de homens e mulheres que lutaram e lutam para fazer com que a terra cumpra sua função social, qual seja, produzir alimento e proporcionar, àqueles que têm vocação, a prática da agricultura familiar. Além disso, que estes possam se fixar no campo, cujas expectativas sejam respondidas, pois, assim, será mais fácil desconstruir o discurso dos grandes proprietários de terra e dos governos que os protegem, afirmando que os que lutam pelo parcelamento territorial são baderneiros e incapazes de fazer a terra produzir.

Necessário se faz dizer, ainda, que hoje muitas famílias se encontram morando em acampamentos improvisados à beira das rodovias do Estado, reivindicando ao poder público a aplicação da política de Reforma Agrária a fim de serem assentadas.

Portanto, os artigos que constituem este livreto apresentam pesquisas realizadas pelos acadêmicos do curso de licenciatura em Ciências Sociais – Pronera da Universidade Federal da Grande Dourados, que direta ou indiretamente estão envolvidos no processo de luta pela terra. As informações fornecidas pelos protagonistas do processo de povoamento e colonização foram indispensáveis às análises e à realização deste pequeno livro em tamanho, porém maior no significado do que apresenta.

A autora Benícia Couto de Oliveira, no artigo I, aborda o processo de ocupação, colonização e povoamento da fronteira Brasil-Paraguai

a partir da Guerra da Tríplice Aliança. Pontua que o povoamento efetivo ocorreu pela ação da política colonizadora do Governo Vargas no Estado Novo, configurada na Campanha da Marcha para Oeste. Acrescenta-se que essa campanha teve como resultado a construção do Ramal Ferroviário de Ponta Porã, ligando o Brasil ao Paraguai, iniciado em 1938, como também a criação do Território Federal de Ponta Porã em 1943, desmembrando do Estado de Mato Grosso – parte da fronteira (Brasil, Paraguai, Bolívia) – e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943. Isso se efetivou na área onde a Companhia Matte Lorangeira monopolizava o arrendamento das terras devolutas e a exploração dos ervais nativos, onde foram demarcados lotes de terra de 30 hectares cada e distribuídos às famílias consideradas pobres oriundas de vários estados brasileiros.

No artigo II, os autores Alice Araújo do Nascimento, José Aparecido dos Santos, Júlio César de Souza Alvarenga, Rosângela Fátima Correia Ávila e Wagner José da Rosa contam um pouco da história de ocupação e dos assentamentos dos municípios de Juti e Amambai. Nesse percurso, fazem um traçado histórico, iniciando pela ocupação pelos migrantes originários do sul do país, que ao chegarem à área controlada pela Matte, se fixaram onde não havia ervais e deram origem aos povoados onde hoje se situam esses municípios. Por meio da pesquisa, identificaram alguns desses migrantes ou descendentes que permanecem até hoje no local e forneceram informações importantes para que o trabalho fosse feito. Outro aspecto abordado no texto é a história dos assentamentos localizados nos referidos municípios, mostrando que a distribuição da terra pela reforma agrária, promovida pelo Governo Federal, possibilitou o acesso à terra pelos trabalhadores rurais que não tinham condições de comprá-la. Esses assentamentos têm promovido o desenvolvimento desses municípios e, por conseguinte, mudado a vida das pessoas neles assentadas.

O artigo III, de Nelson Aparecido Silva Casimiro, faz um breve his-

tórico da formação e colonização do Estado, perpassando pelo processo da divisão do antigo Estado de Mato Grosso que deu origem ao atual Estado de Mato Grosso do Sul. Por fim, considera o Projeto de Assentamento de Bodoquena como um processo contínuo de colonização e ocupação, pautado nas falas de alguns assentados.

No IV artigo, os autores Fabio Pereira Nunes, Marli Cunha de Souza e Nilda G. Nunes Roza abordam o processo de assentamento no município de **Nioaque** – MS e a importância do mesmo para o desenvolvimento econômico e o aumento populacional do mesmo. As falas dos entrevistados do Projeto de Assentamento Areias descrevem a passagem de um lugar para outro do país, até serem fixados no lote onde estão (re) construindo nova organização sócio-cultural e econômica, uma vez que cada um que ali vive introduziu sua cultura, seus hábitos, seus costumes e seus valores possibilitando o cruzamento de culturas e, aos poucos, que vão sendo assimilados por todos.

O V artigo foi organizado a partir de falas das famílias do Assentamento Taquaral, em Corumbá – MS, no qual os autores Cristiano Almeida da Conceição, Eliane Ceri Assis Santana, Maria de Fátima Ferreira e Sonia Regina da Silva Tomichá descrevem a trajetória das mesmas levando em consideração as histórias de vidas a partir da memória dos assentados. Os relatos revelam que, se não fosse a persistência dos que lutaram, não teriam conseguido a terra, pois foram despejados de uma ocupação no município de Nova Andradina e, mesmo assim, continuaram reivindicando a terra e foram assentadas no Projeto Taquaral.

Os autores do artigo VI, Adriana Alves Grassieli, Alessandra Moraes Silva, José de Oliveira e Valéria de Jesus Fragoso de Melo, descrevem a Trajetória dos Brasiguaios por meio das falas dos protagonistas do processo de ida e volta dos brasileiros que migraram ao Paraguai em busca de terra mais barata. Lá compraram largas faixas de terra, mas com a resistência dos camponeses paraguaios muitos tiveram que voltar ao Brasil e se

inserir novamente no movimento dos sem terra, para recomeçar a vida no país de origem. Os relatos de alguns que ainda permanecem no Paraguai revelaram que os mesmos desejam vender o que possuíram lá, para assim, poderem retornar.

No artigo VII, as autoras Cristiane Paula Morais Vilasboa, Ivanilda Ricardo de Farias, Luci Dalva Maria de Souza e Alzira Saete Menegat apresentam um estudo sobre o processo de assentamento, mostrando que essa forma de produzir, embora exija muito esforço humano, tem sido uma alternativa que foge do padrão moderno de produção feito com tecnologias avançadas.

Dessa forma, infere-se que os implementos acima mencionados foram responsáveis pela desestruturação da Companhia Matte Larangeira, uma vez que na área dos ervais foi demarcada uma área de 267 mil hectares de terra onde foi instalada a CAND. Com isso, a fronteira agrícola foi expandida e nacionalizada e a região foi povoada pelo não índio, tirando a possibilidade de a Matte renovar o contrato de arrendamento das terras ervateiras.

Os artigos que constituem este livro apresentam resultados de estudos e pesquisas sobre o processo de colonização, povoamento e luta pela terra no estado do Mato Grosso do Sul. Vale ressaltar que esses artigos foram elaborados por pessoas que estão direta ou indiretamente envolvidas no processo da luta pela terra.

As informações fornecidas pelos protagonistas do processo de povoamento e colonização dirigida, bem como dos que migraram em busca de terra, como, por exemplo, os ex-trabalhadores da Matte que hoje residem nos municípios de Juti e Amambai, foram indispensáveis para as análises e a realização deste livro, pequeno em tamanho, porém maior no significado do que apresenta, o que proporcionou trazer à tona as vozes dos atores sociais dessa luta.

Benícia Couto de Oliveira

DESDOBRAMENTOS DA MARCHA PARA OESTE NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: COLONIZAR ERA PRECISO

Benícia Couto de Oliveira

Introdução

Este texto se propõe a falar um pouco do projeto da Marcha para Oeste, desencadeado pelo Governo Federal, no Estado Novo que resultou na colonização e no povoamento não-índio do sul de Mato Grosso, na fronteira Brasil-Paraguai. Portanto, as iniciativas, como, por exemplo, a complementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) de Campo Grande a Porto Esperança em Corumbá e o Ramal de Ponta Porã que ligava o Brasil com a república vizinha do Paraguai e da Bolívia, bem como a criação do Território Federal de Ponta Porã e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foram idealizados com o objetivo de nacionalizar as fronteiras e desestruturar a Matte Larangeira para povoar a região. Porém, para realizar essas obras, o governo estadonovista enfrentou barreiras locais. Acredita-se que a barreira mais difícil tenha sido a Matte Larangeira, uma vez que ela monopolizava o arrendamento das terras devolutas povoadas por ervais.

Ocorreu que no território dos ervais havia uma área de 300.000 hectares reservada para colonização desde 1923, mas como a Matte exercia certo controle e decidia sobre a entrada e a fixação de migrantes, ou seja, a quem chegasse à área ervateira era recomendado se fixar no campo onde não existisse ervais. Dessa forma, o parcelamento das terras foi

sendo adiado. No início da década de 1940, o Governo Federal solicitou a liberação da terra reservada para colonizar. No entanto, o pedido foi indeferido. Diante disso, o governo Vargas agiu, autoritariamente, por meio do Decreto-Lei n. 5.812 de 13 de setembro de 1943, que criou o Território Federal de Ponta Porã, desmembrando do Estado de Mato Grosso a área da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, vinculando a referida área à União. Com essa medida, as terras até então controladas pela Matte foram liberadas e pelo Decreto-Lei n. 5.941 de 13 de setembro de 1943 foi criada a Colônia Agrícola Federal de Dourados (CAND). Nela foram distribuídos oficialmente 8.800 lotes de terra a trabalhadores rurais, considerados pobres, originários de vários estados brasileiros. A partir de então, a fronteira agrícola foi expandida e nacionalizada, concretizando o projeto nacionalista da Marcha.

Desestruturar a Matte para colonizar: a marca de Vargas na região da fronteira

A política de colonização do governo Vargas, no Estado Novo, orquestrada para ocupar o Centro-Oeste brasileiro, teve como slogan *Marcha para Oeste*. Este projeto foi idealizado com o objetivo de integrar as áreas consideradas frágeis politicamente. Discursando no Estado de Goiás, Vargas disse, “precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas” (VARGAS, 1940, p. 31-32). Anunciar que os espaços estavam vazios foi uma das estratégias do Governo Federal. Vale lembrar que já habitavam a região os indígenas Guarani e Kaiowá desde antes da chegada dos espanhóis no século XVI. Além deles, os posseiros e a Companhia Matte Larangeira, que se instalaram após a Guerra do Paraguai. Portanto, o anúncio de que os espaços estavam vazios não condizia com a real situação da região.

A Matte Larangeira surgiu com o fim da guerra da Tríplice Aliança. Thomaz Larangeira participou da demarcação do limite entre os dois países como fornecedor de alimentos à comissão demarcadora. Ao perceber a existência dos ervais nativos e o potencial econômico destes, tratou logo de solicitar licença para explorá-los, tendo conseguido permissão do Governo Imperial pelo Decreto n. 8.799 de 09.12.1882 (ARRUDA, 1997, p. 30). Vale ressaltar que a área dos ervais era habitada pelos indígenas desde antes da chegada dos espanhóis. Com a instalação da empresa ervateira, estes sofreram impacto, pois as concessões à Larangeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá e Guarani (BRAND, 1993).

Na segunda década do século XX, o território indígena ficou reduzido a 3.000 hectares de terra. Com a redução da terra, os índios ficaram privados de coletar alimentos nas terras ervateiras e muitos se submeteram aos trabalhos nos ervais. A inclusão da mão-de-obra indígena nas atividades ervateiras, de certa forma, foi importante para a Matte, uma vez que esses eram possuidores do conhecimento da região. É bom lembrar que, segundo Arruda (1997), a mão-de-obra predominante na produção ervateira era composta de trabalhadores oriundos do Paraguai. Para Lenharo (1986, p. 64), “a Matte atuava como tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país”. Além de arrendar extensas áreas variavelmente em torno de mais de um milhão de hectares, a Matte era proprietária de vastas extensões de terra (FOWERAKER, p. 134). Conforme Arruda (1997, p. 55), “no município de Ponta Porã, a Matte seria proprietária de 300.000 hectares e arrendatária de 1.330.000 hectares. O contrato de 1890, que regulamentava a instalação de quem quisesse adquirir terra nas redondezas dos ervais, numa de suas cláusulas reza o seguinte.

É obrigado a zelar e fazer zelar por seus propostos as matas e os hervaes de modo que sejam conservados no melhor estado possível, não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem autorização legal ou de qualquer forma destrua as matas e os hervaes vizinhos (Idem, p. 34).

Nota-se que a atuação da Matte era de controle do espaço geográfico, principalmente, onde existiam os ervais. Isso permite inferir que o anúncio de suprimir os vácuos demográficos que pautavam a política de nacionalização e colonização do governo estadonovista foi estratégico. Isso porque “assim como a ‘Marcha para o Oeste’ teve um significado de deslocamento da ação política, a imagem de ‘sertão vazio’ procurava também esconder aquelas complexas relações de poder” (ARRUDA, p. 129).

Cabe esclarecer que o “poder” político econômico exercido na região dos ervais pelos donos da Matte se constituiu com a entrada dos Murtinho como acionistas da empresa em 1892. Isto porque eram políticos articulados com o governo central. Manoel José Murtinho foi o primeiro presidente do Estado de Mato Grosso, e além de ser amigo, era médico de Floriano Peixoto, então presidente do Brasil. Sendo assim, à medida que entraram nos negócios da Matte, ampliaram a empresa formando uma Companhia. Ademais, ampliaram a área de arrendamento, garantindo assim o controle sobre as terras ervateiras. O contrato, ajustado em Cuiabá a 2 de agosto de 1894, levou as assinaturas do Dr. Manuel Murtinho, como presidente do Estado; Dr. Francisco Murtinho, representante do Dr. Joaquim Murtinho, Presidente da Empresa arrendatária (CORREA FILHO, 1969, p. 591 e 619, *apud* ARRUDA, 1997:29).

Infere-se que se não fosse a influência política dos acionistas, possivelmente a referida empresa não teria conseguido chegar onde chegou. Até porque os indígenas, os posseiros, os produtores independentes e alguns políticos, por vezes, não concordavam com o monopólio exercido pela Matte.

Porém, as relações de poder eram desiguais quando se tratava da disputa entre os que não tinham influência política e os que tinham. Isto ficou evidente quando os Murtinho formaram a coligação com Generoso Ponce e depuseram Antônio Maria Coelho em uma ‘revolta armada’.

Com esse novo grupo no poder, as relações entre o público e o privado estreitam-se ainda mais. Reforçou-se o uso do poder privado para se chegar ao domínio da coisa pública e, esse domínio serviu para aumentar ainda mais o poder privado de seus detentores (ARRUDA, 1997, p. 33).

De certa forma, foi essa fusão entre o público e o privado que causou preocupação ao governo Vargas. No início de seu governo, na década de 1930, tomou algumas medidas no sentido de pôr limite à Matte. Entre elas, criou em 1931 o Conselho do Matte, taxou o quilo do produto da erva-mate para exportação, incentivou os produtores do Estado do Paraná e de Santa Catarina. No entanto, essas medidas não foram suficientes para desestruturar a empresa, cuja permanência impossibilitava o parcelamento territorial, pois a liberação da área reservada para colonizar dependia do poder público que, por sua vez, se confundia com o poder privado. Diante disso, a desestruturação da referida Companhia foi sendo adiada até a nova reorganização do poder central no Estado Novo. A partir da oficialização da Marcha para Oeste, o sul de Mato Grosso, considerado desprotegido militarmente, tornou-se alvo a ser atingido, para nele implementar projetos que garantissem coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas.

Embora o cerco à Matte tenha se iniciado em 1931, quando o Governo Federal tomou certas medidas em relação à produção e comércio da erva-mate, somente no Estado Novo conseguiu impedir a renovação de novo contrato de arrendamento das terras de região de fronteira. A nova Constituição, outorgada em 1937, proibiu a concessão de terras, numa faixa de 150 quilômetros das fronteiras brasileiras (GUILLEN, 1996, p. 41). Os donos da Companhia acreditavam poder renovar o contrato de arrendamento e insistiam no propósito de continuarem arrendatários oficialmente autorizados. Porém, em 1941, atendendo às recomendações da Comissão de Faixa de Fronteira e do Conselho de Segurança Nacional,

Vargas não autorizou a renovação do contrato de arrendamento à Matte (QUEIROZ, 2008).

Nota-se que a relutância revelava que os donos da Matte não entenderam a política de nacionalização estonoviata. Daí, entender que, por certo, o anúncio de ocupar os espaços vazios foi estratégico, pois o fato de os donos da Matte insistirem em permanecer explorando os ervais demonstra a crença no poder político para continuar exercendo a exploração da erva-mate.

Foi o discurso veiculado pela ‘Marcha para o Oeste’, de que o ‘sertão era vazio’ que marcou o fim do seu poder mas ao contrário da imagem de espaço vazio que serviu para sustentar a política de colonização do Estado Novo a região ervateira, o ‘sertão’, estava tomado de há muito por relações de poder (ARRUDA, 1997, p. 129).

Todavia, necessário se faz ressaltar que, embora a Companhia Matte Larangeira tivesse exercido o controle sobre a região dos ervais, esse poderio por várias vezes foi colocado em cheque pelos migrantes, sobremaneira pelos gaúchos, que defendiam o parcelamento das terras dos ervais. Cabe lembrar aqui a eliminação da guarda aduaneira por Bento Xavier e Felipe Brun que, para Arruda, “foi o primeiro momento em que apareceu claramente a participação dos gaúchos em uma ação contra a Matte” (1997, p. 49). Esse confronto resultou na criação de uma outra empresa de segurança pela Matte. Dessa forma, ela se reorganizava cada vez que se sentia ameaçada. Quando Vargas anunciou que o objetivo da Marcha era suprimir o “vazio demográfico”, a Matte se manifestou.

Ironicamente, a necessidade de se contrapor a proposta de uma nova organização espacial, baseada na pequena propriedade e de integração à Nação, pretendida pela ‘Marcha para o Oeste’, acabou por fazer a Matte Larangeira anunciar seu discurso de ‘contribuição’ para o ‘progresso, nacionalização e civilização’ daquela região, desmontando a imagem de ‘espaço vazio’ ao revelar a sua real ocupação (ARRUDA, 2007, p. 129).

Faz-se necessário dizer que a Matte Larangeira era considerada estrangeira para os contrários à permanência dela na região. As razões que pautavam os que se posicionavam contra a atuação da empresa e definiam-na como tal foram elencadas por Arlindo Andrade, na obra *Erros da Federação*.

a) ter ela maiores capitais argentinos e canalizar para Buenos Aires, a maior renda; b) tem sido dirigida por estrangeiros sendo a quase totalidade de seus funcionários argentinos e paraguaios; c) trabalharem com milhares de operários paraguaios e argentinos, recusando sempre o operário nacional; d) estar localizada numa fronteira importantíssima, dominando caminhos e rios navegáveis e tendo a estrada de ferro de Guaíra, regiões de graves interesses militares, assim aberta ao conhecimento do estrangeiro; e) ter dificultado o povoamento da fronteira, como arrendatária da zona dos ervais, provocando por isto lutas constantes, com os brasileiros que se localizam em Ponta Porã (ANDRADE, p. 67-68).

Embora o governo ditatorial varguista tivesse negado a autorização para renovação do contrato de arrendamento à Matte em 1941, os donos da mesma relutavam usando a influência política no estado. Isto foi evidenciado quando, em 1942, o governo federal solicitou a liberação da área de terra para colonizar e teve o pedido negado. Essa decisão do poder público estadual foi decisiva para que o governo Vargas tomasse uma medida autoritária e decidisse o destino da Matte Larangeira.

O Território Federal de Ponta Porã: desestruturação da Matte Larangeira

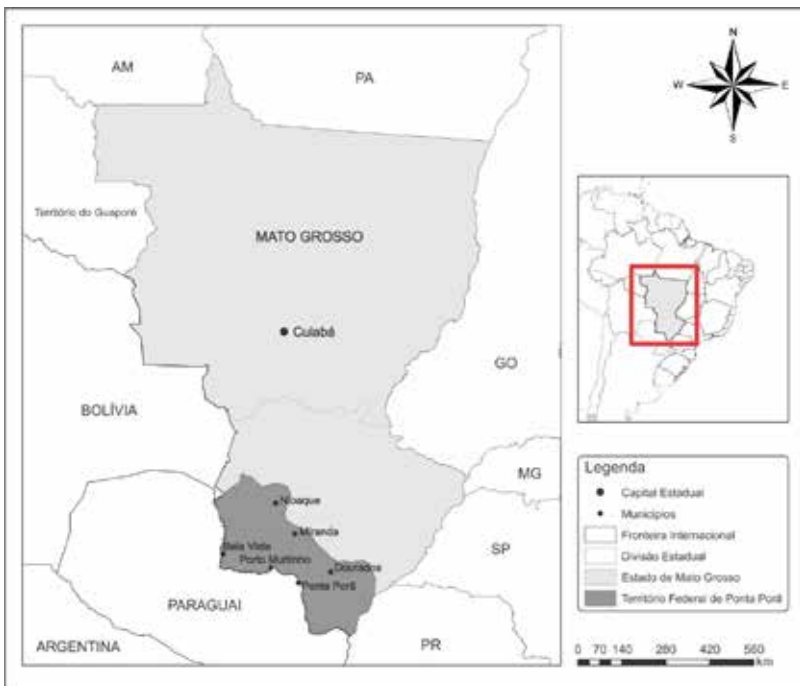
Em 1943, foram criados cinco territórios federais: o Amapá, desmembrado do Pará, o Rio Branco, desmembrado do Amazonas, o Iguazu desmembrado do Paraná e Santa Catarina, o Ponta Porã e o Guaporé des-

membrados do Mato Grosso.¹ A iniciativa de criar esses territórios deve ser entendida no contexto da nacionalização das fronteiras. No Estado Novo, o nacionalismo foi o fio condutor da política do governo Vargas, principalmente porque foi uma forma de combater os regionalismos, considerados por ele um entrave ao desenvolvimento da Nação.

O Território Federal de Ponta Porã, criado pelo Decreto-Lei nº 5.812 em 13 de setembro de 1943, abrangia a porção territorial constituída pelos municípios (na época) de Bela Vista, Dourados, Miranda, Porto Murtinho, Nioaque, parte de Corumbá e Ponta Porã, sendo que neste último ficou situada a capital do novo território. O curto período de existência desse território – de 1943 a 1946 – é revelador do propósito da sua criação.

Olhando a figura abaixo se pode observar que o recorte geográfico delimitado para criar o Território Federal de Ponta Porã foi pensado no sentido de atingir as terras onde se encontravam a maioria dos ervais. Isto revela que a intenção do governo Varguista era a de por fim ao arrendamento das terras devolutas e desestruturar a Matte Larangeira.

1 Boletim Geográfico. Ano II, nº 21, p. 1288, dezembro de 1944.



A hipótese de que Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã para colonizar a região procede, uma vez que segundo MARTINS (p.117-118, s/d), o Governo Federal havia solicitado a liberação da área territorial reservada pela Lei nº 616 de 20 de dezembro de 1923, mas o Estado não quis ‘fazer a cessão das terras escolhidas e a Colônia não pôde ser criada’. O indeferimento nos permite inferir então que a criação do Território Federal foi uma resposta estratégica do governo estadonovista ao governo estadual mato-grossense, uma vez que, com o desmembramento, a fronteira onde se situava a área reservada para colonização, há exatos 20 anos, passou a pertencer ao Governo Federal que podia, daí em diante, agir livremente. Cabe ressaltar aqui que o Decreto-Lei nº 3.059, que dispunha sobre a criação de colônias agrícolas nacionais, data de 14 de fevereiro de 1941, e o decreto que criou a Colônia Federal de Goiás – a primeira colô-

nia do Centro-Oeste – data de 19 de fevereiro, também de 1941. Já o Decreto que criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no sul de Mato Grosso, somente foi oficializado em 28 de outubro de 1943.

Demosthenes Martins, referindo-se ao retardamento da criação da CAND, assim escreve:

Essa colônia deveria ter sido criada antes mas, como declarou o despacho presidencial, de 19 de fevereiro de 1942, Instalado o Território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, [...], a Colônia foi criada em Dourados, conforme indicação do Ministério da Agricultura. Daí originou-se, como previam até os mais daltônicos, o extraordinário desenvolvimento da agricultura na região, com o aproveitamento daquelas magníficas terras, umas das mais produtivas do Brasil [...]. A criação desse Território Federal foi recebida por aqueles que buscavam a independência sul-matogrossense, como a preparação da almejada divisão do grande Estado, cuja imensa extensão territorial impedia que se processasse o seu reclamado e ambicionado desenvolvimento (MARTINS, s/d:117-118).

Ângelo da Rosa também atribui o retardamento do povoamento da região ao fato de a Matte Larangeira ter ocupado vasta extensão territorial, pois a porção territorial arrendada “ultrapassava a área que devia ocupar, constituía naqueles tempos um vasto monopólio, abrangendo os limites do atual município de Ponta Porã, até as margens do rio Paraná sua longa ocupação muito entrouvrou o povoamento do sul de Mato Grosso” (p. 26-27).

Dessa forma, constata-se que a política de colonização do Estado Novo encontrou dificuldades na área onde a Matte Larangeira monopolizava o arrendamento das terras. Mas a decisão de interferir na região pautava-se na política de nacionalização das fronteiras. A existência de uma empresa mais estrangeira do que nacional na área fronteiriça pode ter sido um dos motivos para que o Governo Federal decidisse pelo fim do arrendamento das terras ervateiras, pois manter uma empresa considerada

estrangeira numa fronteira desprotegida militarmente era para preocupar qualquer governante. Contudo, tratando-se de um governo nacionalista, como o de Vargas, se pode ter uma ideia acerca da elaboração do plano governamental Varguista para tirar as possibilidades de renovação da concessão à Matte e povoar a área por meio da colonização estatal, principalmente, porque, conforme os autores Lenharo (1986) e Martins (s/d.), já citados anteriormente, a Matte Larangeira dificultava a entrada de migrantes e não possibilitava o povoamento efetivo na área dos ervais, mantendo a fronteira insegura no momento em que o governo federal combatia o regionalismo político.

Nesse sentido, a política de colonização delineada no Estado Novo surgiu muito mais pela necessidade de garantir a ordem interna do que para aplicar políticas públicas. Isto é, não era de interesse político do governo promover o bem-estar social, mas para fazer com que o projeto nacionalista da Marcha se consolidasse tomou iniciativas e criou leis no sentido de promover o desenvolvimento econômico do país e aliviar certas “tensões sociais” nas cidades para onde se dirigiam os homens do campo.

Dessa forma, percebe-se que, durante o seu governo, Vargas procurava fazer com que a sociedade acreditasse que os governos anteriores a ele não haviam promovido o desenvolvimento econômico, a ordem e a segurança interna do país, bem como não haviam criado leis que protegessem os trabalhadores. Mas em seu governo tudo isso seria conseguido. Com esse propósito, foi, aos poucos, conseguindo pôr em prática o projeto getulista idealizado para o País (OLIVEIRA, 1999).

Ao analisar a política de colonização do Estado Novo, no antigo Estado de Mato Grosso, percebemos que ela deve ser entendida como parte integrante do projeto nacionalizador que possibilitou, ao governo federal, um maior controle na fronteira com as repúblicas vizinhas do Paraguai e da Bolívia. Na referida região, o projeto colonizador da *Marcha para Oeste* teve, como um de seus desdobramentos, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

CAND: a consolidação da Marcha e a Marca do Vargas

No sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, na área desmembrada pelo Decreto-Lei n. 5.812/43, o Governo Federal estadonovista criou, por meio do Decreto-Lei n. 5.941 de 28 de outubro de 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)². No projeto de assentamento, foram distribuídos oficialmente 8.800 lotes de terra de 30 hectares cada às famílias consideradas pobres, que demonstrassem afinidades com atividades agrícolas.

O Decreto nº 3.059/41 delimitava o tamanho dos lotes entre 20 e 50 hectares (em cada lote deveria ser mantida uma reserva florestal equivalente a 25% da área total). As Colônias estabeleciam ainda a fundação de uma sede, previa a instalação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais, como também visava a organização de cooperativa destinada à compra e venda de produtos consumidos ou produzidos pelos agricultores. Os lotes eram doados a cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos aos trabalhos agrícolas, que se comprometessem a morar nos lotes rurais. A preferência era dada para as famílias com maior número de filhos. Os agricultores, além da terra, receberam outros benefícios. Os lotes, rurais ou urbanos, não poderiam ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse. Colonos imigrantes estrangeiros poderiam, excepcionalmente, ser aquinhoados, quando os seus conhecimentos especiais agrícolas servissem como exemplo (OLIVEIRA, 1999).

Funcionários públicos, municipais, estaduais ou federais não poderiam receber concessão. Herdeiros ou legatários teriam o direito de rece-

2 Para a referida Colônia dirigiram-se trabalhadores rurais procedentes de vários estados brasileiros. Porém, nas fichas cadastrais constata-se que a maioria era originária da região nordeste, que migrou em busca de terra.

ber o lote de terra em caso de falecimento do chefe da família ocupante. Seriam excluídos dos lotes os colonos que desvalorizassem a terra com excessivo desmatamento, ou não seguissem os critérios estabelecidos no interior do projeto. Cada agricultor era responsável pelo zelo da limpeza de vales, valetas, além de contribuir para conservação de estradas e caminhos mais próximos. Os títulos definitivos seriam expedidos pela Divisão de Terras e Colonização, com dados de individualização e assinados pelo Presidente da República (OLIVEIRA, 1999).

A Colônia seria emancipada mediante decreto executivo, quando todos os concessionários tivessem seus títulos definitivos expedidos, ou antes, se fosse conveniente. Ficava prevista ainda a cessão às cooperativas dos colonos de instalações, máquinas, animais de trabalho e reprodutores após emancipação, através de regulamentação de concessão de Colônias Agrícolas emancipadas pelo Ministério da Agricultura. As benfeitorias da sede poderiam ser transferidas para o Estado ou Município, por meio de acordo com o governo da União, ou vendidas em concorrência pública.

Apesar de muitos assentados não terem conseguido permanecer na terra por conta de vários motivos, alguns já mencionados aqui, na prática todos acabaram contribuindo para o povoamento não índio da região. Isto é, os migrantes foram elementos fundamentais para que o Plano da Marcha para Oeste se concretizasse onde as fronteiras políticas não coincidem com as fronteiras econômicas. No entanto, esses novos povoadores se desconstruíram com o progresso que resultou da sua ação, enquanto homens e mulheres que se dispuseram a enfrentar o desconhecido, a distância e a falta de recursos.

Cabe assinalar, aqui, que os colonos ou herdeiros remanescentes da CAND e que ainda moram nos lotes da antiga colônia são pequenos produtores e praticam uma agricultura diversificada. Aqueles que conseguiram acumular terra por meio de compra e formar médias propriedades, produzem para abastecer o mercado da região e de outros estados. Os que

abandonaram ou venderam o lote moram em pequenas chácaras ou nas vilas e cidades da região. Alguns praticam uma economia informal, como donos de pequenos comércios, outros trabalham nas fazendas ou empresas agrícolas como diaristas. E ainda, alguns herdeiros dos antigos agricultores da CAND estão assentados nos projetos de assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, implantados nas últimas décadas.

Considerações finais

Provavelmente, o que este texto apresenta é exíguo diante do que é realmente a história da ocupação, da colonização e do povoamento da região em evidência. Neste texto, apresentaram-se algumas questões pertinentes à forma como esta região foi ocupada, pois considera-se que o processo de ocupação dessa região é ímpar, haja vista ter sido ela palco do maior conflito da História do continente sul-americano no século XIX. Depois da Guerra do Paraguai, ela foi ocupada por empresas extrativistas que, ao se instalarem, afugentaram os povos indígenas que ali viviam estabelecendo certo controle de quem se dirigisse para ela. Com isso, o povoamento efetivo não índio demorou a acontecer, tornando a fronteira vulnerável e ao mesmo tempo atrativa por conta das riquezas existentes, como, por exemplo, os ervais nativos, as pastagens favoráveis às atividades agropecuárias, a fertilidade das terras para a agricultura, entre outros. A Matte Larangeira foi a primeira empresa a iniciar a exploração e monopolizar o arrendamento das terras devolutas.

Quando o governo Vargas decidiu nacionalizar e colonizar a fronteira onde atuava a empresa ervateira, as dificuldades ficaram explícitas. Diante disso, autoritariamente desmembrou do Estado de Mato Grosso parte das terras, criando o Território Federal de Ponta Porã e, logo em seguida, criou nele a Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, onde assentou famílias que, embora pobres de recursos materiais, permaneceram esperançosos de conseguir mudar de situação econômica, fazendo

com que o projeto colonizador se consolidasse. Embora esses agricultores tenham recebido, no início, alguns benefícios, estes não foram suficientes para muitos se fixarem na terra. Atualmente, os colonos ou herdeiros remanescentes da CAND, que ainda vivem na região e permanecem nos lotes recebidos são pequenos produtores que sobrevivem de suas propriedades. Já os que venderam a terra moram nas cidades que surgiram na área da colônia. Ainda há aqueles que praticam uma economia informal ou são donos de pequenos comércios, ou ainda, trabalham em fazendas como diaristas.

Diante disso, conclui-se que os pioneiros contemplados com a concessão da terra - motivo pelo qual foram incentivados a migrarem para o projeto da CAND -, contribuíram para que o povoamento se efetivasse e a fronteira agrícola fosse expandida. No entanto, se não fosse a persistência em permanecer na área de assentamento, mesmo tendo enfrentado muitas adversidades, o povoamento da região teria sido diferente e por certo mais tardiamente. Portanto, os que conseguiram permanecer na terra sobrevivendo da mesma, até hoje, são atores protagonistas da história da CAND, durante um processo mais longo. Já os que não conseguiram se fixar como agricultores, mas permaneceram na região, podem ser considerados os coadjuvantes dessa mesma História, e, assim como os demais sujeitos, merecem ser evidenciados na historiografia sul-mato-grossense, embora tenham se desentendido do “progresso” e também do capital que resultaram da sua ação de persistir tentando prosperar (OLIVEIRA, 1999).

Vale dizer ainda que a CAND inaugurou a colonização estatal no sul de Mato Grosso, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, deixando as marcas da Marcha para Oeste e, principalmente, de Vargas.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. *O ciclo da erva-mate em Mato Grosso: 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi. (Série Histórica. Coletânea), 1986, p. 195-310.

- _____. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.
- BRAND, Antônio Jacob. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaioná*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1993.
- CANCELLI, Elizabeth. *Estratégia para o flagelo*. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/UNICAMP, Campinas, 1984.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- _____. *As sombras dos ervais matogrossenses*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925.
- CORRÊA, Lucia Salsa. *História e fronteira: o sul de Mato Grosso – 1970-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- POWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUILLEN, Isabel C. Martins. O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul. *Revista Científica*. Campo Grande: UFMS, v. 3, n. 2, p. 37-44, 1996.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste – os anos 30*. Campinas: Unicamp, 1985.
- MARTINS, Demosthenes. *História de Mato Grosso*. São Paulo: Editora Vaner Bicego, s/d.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis, 1999.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. [2008]. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.
- _____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de. *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 19-45.
- ROSA, Pedro Ângelo. *Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*. Campo Grande: Ruy Barbosa. 1962.
- VARGAS, Getúlio Dorneles. *A nova política do Brasil*. 1940.

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL DE JUTI/ AMAMBÁI: DA MATTE AOS ASSENTAMENTOS³

Alice Araújo do Nascimento

José Aparecido dos Santos

Júlio César de Souza Alvarenga

Rosângela Fátima Correia Ávila

Wagner José da Rosa⁴

Conforme Oliveira (1999, p. 18), falar da colonização do Brasil sem falar dos povos indígenas é negar parte de nossa própria história. Quando da chegada dos colonizadores no território do então sul de Mato Grosso e até mesmo anteriormente a isso, com as primeiras expedições tanto espanholas como portuguesas, aqui se encontravam vários povos indígenas. Nas palavras da autora,

Faz-se necessário frisar que realmente os espaços não se encontravam vazios, conforme propaganda da Marcha para Oeste tentava veicular, pois além das empresas extrativistas e posseiros, os índios Guarani e Kaiowá habitavam a região de longa data e, por isso eram os donos da terra (OLIVEIRAa, 1999, p. 1, grifo nosso).

3 Artigo elaborado a partir de trabalhos e pesquisas realizados para as disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA, sob orientação da professora Benícia Couto de Oliveira.

4 Acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências Humanas – FCH, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Porém, neste artigo, iremos nos ater apenas ao processo de colonização não indígena do Mato Grosso do Sul, sendo este mais antigo do que normalmente nos é contado nos livros de história. Tudo começa, segundo o pesquisador José Barbosa Rodrigues *apud* Amatilha (2007, p.58), o “povoamento” no território do Mato Grosso do Sul foi, primeiramente, realizado pelos espanhóis. O autor também afirma que temos muito mais de espanhóis do que de portugueses em nossa cultura local. Isso pode ser observado quando analisamos a nossa culinária, as nossas músicas, dentre outros aspectos da cultura regional. Outro dado importante no processo de povoamento do então sul de Mato Grosso e mais próximo ainda dos municípios de Juti e Amambai, é a criação da Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula, como podemos observar em Hidelbrando Campestrine (2002) que diz:

Reconhecida a região do Iguatemi, em 1766, o Morgado de Matteus criou a Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula e para lá fez descer, no ano seguinte, uma grande monção: trinta e cinco canoões, trezentos e sessenta homens, sob o comando de José Martins de Barros, que deu início à construção do presídio. No ano seguinte, foi enviada nova expedição: quase setecentos povoadores (que receberiam terras para nela se fixar), trinta soldados de linha e homens de mareação, em trinta e seis canoões (CAMPESTRINE, 2002, 38).

Já no fim do século XIX e início do século XX, estas terras continuam a ser palco de intenso processo migratório. Segundo Lúcia Salsa Corrêa (1999, p. 201), “O Sul de Mato Grosso foi cenário de um singular fluxo migratório, no período correspondente às três últimas décadas do século XIX, com características bem diversas do movimento anterior à invasão paraguaia”. Assim, nos apresenta essa preocupação também Queiroz (2003), quando da intenção da criação de um estado livre no sul de Mato Grosso:

Assim nas décadas finais do século XIX, é sobretudo para a República Argentina que se voltam os temerosos olhos das elites dirigentes brasileiras: dado o crescente predomínio dos interesses políticos e econômicos argentinos na república do Paraguai, teme-se que o sul de Mato Grosso possa ser a próxima ‘vítima’ dos supostos intentos dominadores daquele país. Além disso, as atenções desses dirigentes tendiam a voltar-se para o Mato Grosso em decorrência também da persistente constatação da ‘fraqueza’ do poder estatal ali estabelecido e da ‘anarquia’ política ali reinante. Como a confirmar todos esses temores, ocorreu em Mato Grosso a chamada Revolução de 1892, durante a qual circulou a ideia de se proclamar um Estado Livre de Mato Grosso (QUEIROZ *apud* MARIN, 2003, p.27).

Ainda conforme Queiroz (2008), no século XX, no período posterior à guerra contra o Paraguai, o extremo sul de Mato Grosso continuou a ser o destino de numerosos novos povoadores. Entre estes:

encaminhava-se para cá significativos contingentes de imigrantes paraguaios, dos quais nem todos se tornariam empregados da Companhia Matte Larangeira (cf. WILCOX, 1993). Além disso, continuaram a chegar numerosos contingentes de migrantes brasileiros, vindos das províncias vizinhas, como por exemplo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e também do Rio Grande do Sul, sendo que essa migração de gaúchos, como se sabe, teria um notável incremento na década de 1890, em decorrência da Revolução Federalista (QUEIROZ, 2008 p. 44).

Esse período foi lembrado pelo Sr. Antonio Cardoso, um de nossos entrevistados, que disse: *“minha mãe veio do Rio Grande para cá ainda menina”*. Portanto, sua mãe teria chegado por volta de 1890, onde se casou e constituiu família. Quando perguntamos onde havia nascido, o mesmo nos respondeu: *“Nasci aqui na cabeceira do Rio Taquara, pertinho de Juti. Em 1922. Sou o caçula de 13 irmãos”*. Encontramos aqui consonância com o texto de Figueiredo (1968):

[...] A pé, a cavalo ou em carretas puxadas por bois, depois de desfeitas as propriedades, os retirantes franqueavam o rio Uruguai, entrando em Misiones, na Argentina, seguindo até Posadas. Atravessavam, então o rio Paraná, alcançando Encarnación. A partir daí variava o caminho a seguir. Uns seguiam pelo Paraná até Porto Adela. Outros, a maioria seguia por terra, passando por Vila Rica e São Pedro, entrando em Mato Grosso por Ipehun atualmente denominada Paranhos, pequena vila do atual município de Amambai[...] (FIGUEIREDO, 1968, P. 220 – 221, *apud* JJESUS, 2004,p.63).

Entendemos que a família do Sr. Antônio veio por este caminho e como ele relata se estabeleceu às margens do rio Taquara, onde nasceu. No mesmo período da chegada de sua família na região do Sul do antigo Estado de Mato Grosso, estabeleceu-se aqui Thomaz Larangeira, que por muitos anos deteve o poder sobre essas terras.

Thomaz Larangeira, que de acordo com Correa Filho (1925, p.15-18, *apud* ARRUDA, 1997), conheceu aqueles ervais por ocasião da demarcação da fronteira Brasil-Paraguai, no pós-guerra, quando trabalhava como fornecedor e por ocasião da nomeação do Barão de Maracaju como presidente da Província, recorreu à sua proteção e conseguiu a concessão pelo Decreto de 1882. Apesar do mesmo ser o primeiro concessionário legal, não era o único a explorar os ervais dessa região. O Decreto de 1882 estabelecia o direito dos moradores que aqui já viviam da exploração da erva-mate na área da concessão. Ainda segundo Arruda (1997), foi um dois recursos utilizados pelos donos da Matte Larangeira para manter o controle da região. Outro era o de conceder, aos novos moradores, apenas as áreas de guavira⁵, como foi o caso da instalação do município de

5 Um arbusto silvestre da família das Mirtáceas (a mesma da goiaba, da jaboticaba e da pitanga), gênero botânico *Campomanesia*, que cresce nos campos e pastagens. Por fora ela lembra uma goiabinha, mas o sabor é totalmente diferente de qualquer outro fruto.

Juti. Ouvimos esse relato na fala do Sr. Abílio Pereira Filho, de 89 anos, conhecido popularmente por Shiro, que disse: *“Cada um requeria um pedaço. Só requeria campo. O mato não requeria, a Companhia não deixava”*. Cabe aqui ressaltar que a Matte impedia a ocupação das áreas onde ela explorava a erva-mate.

Os ervais se tornaram o “mundo da Matte” (ARRUDA, 1997). Uma organização com estradas, portos, cidades e locais de trabalho pertencentes à empresa. Não demorou muito para a empresa reconhecer a ameaça que representaria a migração gaúcha e outras, como a paraguaia e a argentina. Em nossas entrevistas, percebemos esse processo migratório quando perguntamos para os entrevistados de onde vieram – Rio Grande do Sul, Argentina, Paraguai. Com o esgotamento dos ervais próximos a Porto Murtinho, a Matte sentiu a necessidade de mudança do processo de escoamento da produção, deixando o rio Paraguai e se utilizando do rio Paraná. Essa transformação, ainda segundo Arruda (1997), somente foi completa no início da década de 1910 – “No final da primeira década do século, a exportação passou a ser efetuada por Guaira [...]”.

Foi nesse processo de mudança que passou a ser ocupada a região em estudo e a serem utilizados os rios. A Matte teve sua sede na Fazenda Campanário, que está localizada no município de Caarapó, porém para escoar a erva com destino ao rio Paraná teve dois impedimentos, pois no rio Amambai existem o salto Pirapó e mais abaixo o salto Itú. Por conta desses obstáculos, a Matte foi obrigada a construir o Porto Felicidade, abaixo do salto Itu. Ainda hoje existem antigas instalações que eram usadas para o escoamento da produção ervateira. Isto é, um galpão de madeira, escadarias de concreto para o acesso ao rio, onde eram carregadas as embarcações que transportavam a erva-mate com destino ao rio Paraná e dali seguiriam sendo transportadas até a Argentina. As ervas colhidas nas terras da Matte eram ensacadas e colocadas em carros de boi, que as levavam

até o porto por vários caminhos, para depois serem colocadas nas chatas⁶ com destino à Guáira. Para o transporte com os carros de boi da sede da Matte até o porto, havia uma estrada que margeava o rio Amambai, que, conforme o Sr. Bráulio Escobar (80 anos), ex-funcionário da Matte, era mantida pelos Guardilheiros⁷. Havia ainda uma locomotiva na sede da Matte para transportar a erva até o Porto Felicidade, mas nunca foi utilizada para esse fim. O que constatamos, *in loco*, é que existe um trecho ferroviário no Porto Felicidade que era utilizado para os dias de chuva, quando não era possível ter acesso aos barracões com os carros de bois, uma vez que pelas proximidades com o rio essa região ficava alagada. Esse trecho era pequeno, sendo utilizado somente no Porto.

Outro meio de transporte existente era um caminhão a vapor para fazer o trajeto da sede até o Porto. Com muita ênfase, o Sr. Bráulio contou-nos essa história gesticulando e nos mostrando a dificuldade que tinha o motorista em fazer o caminhão movido a vapor funcionar, pois a caldeira deveria ser acesa primeiramente para movimentar o veículo. Disse-nos que de longe se podia ouvir o apito quando o mesmo estava andando.

Políticas nacionais de territorialização/colonização

A Matte Larangeira construiu uma estrutura que viabilizou o controle e a exploração dos ervais e das terras, impedindo a quem aqui chegava adquirir as terras de ervais, monopolizando por mais de meio século a produção ervateira. Todavia, na década de 1930, durante o período Vargas, inicia-se a decadência da mesma, já que o Decreto de lei nº 5.812, que cria o território de Ponta Porã, foi além de uma estratégia para a colonização e o povoamento dessa região, uma maneira de desestruturar o poderio da

6 Embarcações, parecidas com balsas, utilizadas para o transporte da erva.

7 Homens que eram responsáveis pela manutenção da estrada, trabalhavam com ferramentas manuais como enxadas e foices.

Matte Larangeira. Segundo Arruda (1999), a Matte chegou a ocupar quase 2 milhões de hectares, impedindo a entrada de migrantes que chegavam ao Sul de Mato Grosso. Desse modo, a Matte não contribuiu para povoar a região. Portanto, o processo de povoamento foi proporcionado por políticas de estado que faziam parte do que se chamou de “Marcha para o Oeste”, lançada por Vargas logo no início do Estado Novo (OLIVEIRA, 1997).

Essa política se desdobrou em um esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras do Sul de Mato Grosso. As suas vastas extensões, embora pouco habitadas, não se encontravam “vazias”: a posse latifundiária, por exemplo, estava presente em quase toda parte e nos terrenos devolutos da zona ervateira viviam numerosas comunidades indígenas (BRAND, 1993).

Nesse sentido, vale lembrar que,

[...] a política de colonização do Estado Novo apresentava também contornos de uma ‘contrarreforma agrária’ – o que se nota claramente pelo fato de que para a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) foram encaminhados, sobretudo, camponeses pobres do Nordeste (LENHARO, 1986a; OLIVEIRA, 1999 *apud* QUEIROZ, 2008, p.59).

Com a criação da Colônia Agrícola de Dourados – CAND, iniciada a partir do discurso de nacionalização das fronteiras, viabilizou-se o povoamento da região com a distribuição de terra e o assentamento de colonos, expandindo assim a fronteira agrícola. Porém, o assentamento dessas pessoas não correspondeu de forma positiva, uma vez que não havia políticas que favorecessem o processo produtivo e a permanência dessas pessoas em suas propriedades, havendo assim muitos casos de vendas de lotes e novamente o acúmulo de terras, como hoje pode ser observado com as grandes propriedades que se formaram na região.

A partir da década de 1970, a terra foi valorizada, dando início ao processo de especulação da mesma (LENHARO, 1986). A valorização da

terra incentivou a venda de propriedades rurais e por sua vez a concentração fundiária na região. Isto é, muitos colonos venderam a terra na qual foram assentados, ou para pagar dívidas ou por não conseguirem prosperar na propriedade.

Todavia, os colonos que permaneceram no lote constituíram famílias com vários filhos e a quantia de terra recebida não foi suficiente para a sobrevivência de todos e muitos se inseriram no movimento de luta pela terra. Dois momentos distintos do processo de organização dos colonos podem ser destacados no início da organização da luta pela terra no Estado:

Organização dos filhos dos colonos por volta de 1984 juntamente com pessoas de mais 10 municípios do sul do Estado;
A expropriação dos herdeiros que acabam ficando com reduzidas parcelas de terras e precisam se organizar para buscar novas formas de produzir.

Segundo Lucinda Moretti, do processo de organização dos filhos dos colonos e demais pessoas do estado, no ano de 1984, surgem as primeiras organizações de acampamentos onde um grupo de mais de mil famílias ocuparam a fazenda Santa Idalina, onde hoje é o município de Novo Horizonte do Sul, sendo esta a primeira ocupação de terras de Mato Grosso do Sul, e também as primeiras organizações de acampamentos acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT– e logo depois com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Em um segundo momento com ampliação da discussão do processo de reforma agrária por outros movimentos do campo, sendo esses a Federação dos trabalhadores na agricultura – FETRAGRI – a Central Única dos Trabalhadores – CUT Departamento Rural –, e a Federação dos(as) Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar – FAF. Afirmando esse início do processo de organização dos trabalhadores sem-terra, lemos em Menegat:

“um mês depois da ocupação, resistindo às inúmeras pressões dos policiais e do estado, as famílias foram despejadas da área que de-

nominaram Gleba Santa Idalina e colocadas provisoriamente na Vila São Pedro, próximo à cidade de Dourados” (CORTEZ, 1986 *apud* MENEGAT, 2009, p.43).

Um exemplo de herdeiros dos antigos colonos da CAND é o caso do Sr. José Aparecido dos Santos, que se inseriu no movimento de luta pela terra, pois diante da necessidade de produzir tanto para sua subsistência como para geração de renda, se viu obrigado a entrar no acampamento no ano de 1996 e no ano de 2004 foi assentado no assentamento Pe. Adriano Van de Vem, no município de Juti - MS. O Sr. José nos contou um pouco de sua história:

Meus pais vieram do Nordeste, pai alagoano e mãe pernambucana, no interior de São Paulo se casaram, trabalharam por muito tempo em terras arrendadas, economizando para ter um dia sua própria terra. Assim decidiram vir para o sul de Mato Grosso em 1959, onde a terra era boa e mais barata. Compraram um pequeno sítio na Colônia Nacional de Dourados para ali ficar e criar seus filhos, trabalhando na roça onde plantavam de tudo. Naquele tempo, na colônia moravam muitas famílias, o trabalho era manual, precisava de muita mão-de-obra para cuidar das plantações e fazer as colheitas. Na década de 70 passou por mudanças, o trabalho manual passou a ser mecanizado, nesse momento os sítios já não precisavam mais de muita gente. Desta forma muitos venderam os sítios para irem para a cidade, outros arrendaram, uma vez que eles agora ficaram pequenos. Para eu poder ficar no sítio tive que arrendar outras terras, pois o sítio de meus pais ficou pequeno. Logo depois entrei no acampamento, estar no acampamento e no arrendamento não foi fácil. Como acampado fiz parte de muitas lutas e depois de oito anos enfim consegui conquistar, depois de muito sacrifício, o meu lote. Apesar de tudo foi muito boa toda essa experiência. Hoje moro no assentamento Padre Adriano Van de Vem no município de Juti (JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS).

A partir desta fala, identificamos um processo de afirmação da identidade camponesa, tanto de seus pais como do próprio entrevistado e, possivelmente, será a de seus descendentes. Ao observar todo o processo migratório, percebemos que retrata, assim, a realidade de muitos brasilei-

ros, que em busca de preservar os seus vínculos com a terra, migram de lugar a lugar procurando possibilidades de produzir e garantir a subsistência de suas famílias, reafirmando a sua identidade de agricultor familiar.

Os assentamentos nos municípios de Juti e Amambai

Com o passar dos anos, houve o fortalecimento desses movimentos, bem como sua expansão para os demais municípios do Estado. Assim, o município de Juti não ficou fora do processo de organização dos agricultores familiares sem terras. Estes, por meio dos diversos movimentos que se organizaram, como no caso do primeiro assentamento - Sebastião Rosa da Paz (antiga fazenda São João), com o início do acampamento no ano de 1998 e havendo a desapropriação da área no ano de 2001, quando foram assentadas 51 famílias, sendo nove famílias no município de Juti e 42 no município de Amambai. A fala da Sra. Raimunda Moreira dos Santos (60 anos), vinda do Paraná na promessa de terras boas para o cultivo, e em relação ao acampamento, ela nos coloca que, desempregada da fazenda por conta da quantidade de filhos, foi acampar junto com 59 famílias no acampamento São João, onde ficaram por um ano.

No ano de 2002, foi criado no município de Amambai o assentamento Guanabara, onde foram assentadas 98 famílias. Essas famílias têm um sentimento de pertença ao município de Juti, uma vez que todas têm vida social neste município, pois se encontram a 16 km do mesmo e a 90 Km de Amambai. A distância torna inviável aos assentados irem até Amambai para qualquer necessidade. Segundo o Sr. Aparecido Dorce, o acampamento teve início no ano de 1999 depois de uma divisão do acampamento São João, onde estavam as famílias que hoje estão assentadas no assentamento Sebastião Rosa da Paz. Assim se deu a origem desse acampamento nas proximidades da Fazenda Guanabara, que no ano de 2002 foi adquirida para fins de reforma agrária, assentando famílias dos municípios de Juti, Dourados, Mundo Novo, Campo Grande, Nova Andradina, Naviraí, o que caracteriza também o processo migratório das famílias em busca de terra que, em abril de 2003, ocupam os seus lotes.

Por fim, temos no município de Juti, no ano de 2004, o reassentamento de 51 famílias que foram, na época da CAND, assentadas em terras indígenas, as quais, depois de muitos anos de conflitos, foram retomadas pelos índios. O Governo reassentou essas famílias no município de Juti e com o restante da área, assentou mais 80 famílias. Esse assentamento foi denominado de Padre Adriano Van de Vem. O assentamento conta com uma história de pessoas que passaram mais de sete anos acampadas, saindo de Sete Quedas, vindo para Juti. O Sr. José Antônio da Silva, vulgo Zé Polaco, nos conta um pouco dessa trajetória:

Antes de Setes Quedas eu vim do Paraná... Acampeei em 1997 no município de Paranhos... Tem muita gente que não conhece o acampamento e fala assim: É esse monte de doido? Esse monte de vagabundo?... O modo de vida de hoje é bom, antes eu tinha que ser mandado, hoje eu posso mandar... Eu sempre trabalhei na roça, nunca morei na cidade, e para falar a verdade para vocês, eu nunca morei em uma casa com energia como esta... Aqui a gente é uma mistura, tem paulista, tem matogrossense, tem mineiro e paraguaio, às vezes esse monte de nações juntas complica a união (JOSÉ ANTONIO).

Dentro do processo de organização das famílias assentadas, fica explícito, nos três assentamentos, a divisão que aparece logo após o assentamento das mesmas, pois neles há duas formas de organização, podendo ser formais ou informais. Essa organização divide politicamente dois grupos. Porém, gostaríamos de aqui fazer a ressalva de que essa divisão somente se torna visível quando se trata de relações de cunho organizacional, uma vez que esta não afeta as relações de vizinhança e reciprocidade entre as famílias.

O processo de migração é bem claro nos assentamentos, pois temos pessoas advindas de vários municípios sul-mato-grossenses, como Mundo Novo, Batayporã, Fátima do Sul, Tacuru, Sete Quedas, Coronel Sapucaia, Ponta Porã, e ainda brasiguaios e paraguaios, como podemos perceber nas falas da D. Raimunda e do Sr. José Antônio. Em todos os assentamentos

é marcante a cultura brasiguia da chipa, sopa paraguaia, dos derivados da mandioca e do milho, bem como a língua espanhola e a guarani.

Entre os três assentamentos, criou-se um processo de discussão e organização das famílias que buscavam os mesmos objetivos, tendo como marco inicial dessa reflexão a organização da I Feira das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, no ano de 2005. Essa feira objetivou apresentar à sociedade jutiense o potencial agrícola e agroindustrial da agricultura familiar dos assentamentos. No ano de 2010, realizamos a VI Feira das Sementes Crioulas e Produtos Agroecológicos. A feira chegou a ter em alguns anos âmbito nacional. Juntamente com esse processo de discussão com as mulheres, nasceu a COOPERFAMILIAR – JUTI – Cooperativa da Agricultura Familiar de Juti/Amambai. Nesta, como ressalta Severo (2009, p. 4), “As mulheres estudam e conversam sobre temas relativos às condições econômicas das famílias, a terra, a saúde, a violência e outras questões que envolvem a mulher”. O grupo constatou também que muitas das transformações na agricultura familiar da região só foram possíveis através do processo de organização das mulheres, haja vista que são elas que acabam se dedicando à produção para dar melhores condições de vida no sítio. Em muitos casos, os homens têm um trabalho acessório sobre essa questão, corroborando com Tavares dos Santos (1978), quando afirma que a transformação do camponês em assalariado torna-se fonte de renda para a família, gerando assim um complemento dos rendimentos da propriedade.

A importância do processo de reforma agrária

Desde os primeiros processos de posse de terras e depois de propriedade da terra nesta região, podemos observar os grandes acordos e arranjos para dominação das terras do sul de Mato Grosso:

Em julho do ano seguinte, Larangeira obteve também autorização para organizar, sob a denominação de Companhia Matte Larangei-

ra, uma sociedade anônima que teria como principal finalidade explorar a referida concessão (Decreto nº 436C, de 4/7/1891). Essa companhia foi efetivamente constituída no Rio de Janeiro em setembro de 1891, sendo que, das 15.000 ações em que se distribuía o seu capital (3 mil contos de réis), nada menos que 14.540 foram subscritas por uma outra empresa, recém-fundada, denominada *Banco Rio e Mato Grosso* (cf. Escritura de constituição da sociedade anônima ‘Companhia Matte Larangeira’ [5/9/1891] – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 62, registro 1565) (QUEIROZ, 2010, p. 3).

Ano após ano, o que essas terras puderam oferecer nunca ficou em nossa região, desde a exploração da erva-mate até a produção em grande escala da atualidade. Um exemplo disso são os proprietários das grandes fazendas dos municípios de Juti e Amambai que residem nos estados do Paraná ou São Paulo, sendo as terras utilizadas meramente como reserva de valor ou como reserva patrimonial, fazendo aqui uma apropriação desses conceitos utilizados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001).

O processo de assentamento de famílias sem terras nessa região totaliza 229 famílias diretamente beneficiadas. Se forem contabilizados os agregados nos sítios, esse número chega a ser por volta de 280 famílias, sendo mais de 1000 pessoas morando nos assentamentos – dados imprecisos e contabilizados por nós, contudo pode se observar que o município de Juti se desenvolveu nos últimos 10 anos o que em mais de um século de história ele não alcançou.

Como forma de concretizar essa observação sobre o desenvolvimento econômico do município de Juti, fizemos uma comparação, com base nos dados da Finbra (Ministério da Fazenda), entre os municípios de Juti e Vicentina (município vizinho, com terras de mesmo padrão e que nesse mesmo período não ocorreu o processo de reforma agrária), como podemos observar nos gráficos abaixo:

GRÁFICOS 01 e 02: Comparação de população e arrecadação entre os municípios de Juti e Vicentina 2002-2007

Gráfico 1 - População

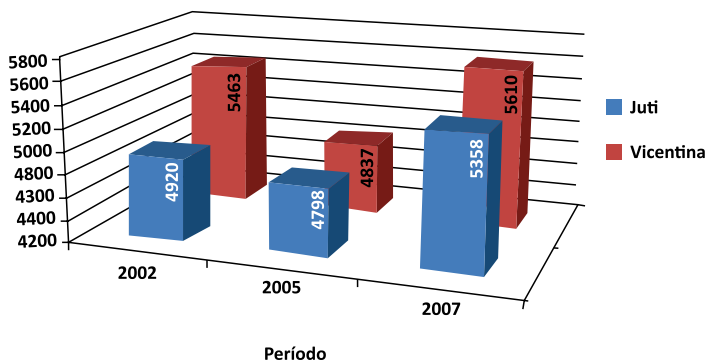
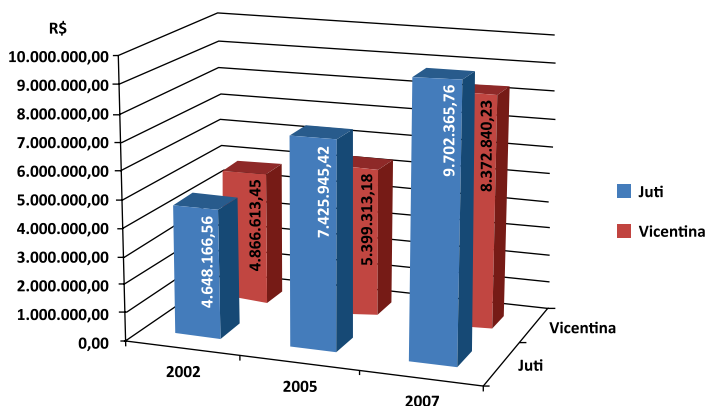


Gráfico 2 - Arrecadação (em reais)



Fonte: FINBRA – Ministério da Fazenda

Por meio dos gráficos apresentados, pode se perceber que os dois municípios no ano de 2002 têm os seus níveis de arrecadação bem próximos, mas existe uma diferença na quantidade de habitantes. Nos anos seguintes, essa diferença ainda é existente e fica cada vez mais clara quan-

do observamos os níveis de arrecadação em reais. No ano de 2005, é importante ressaltar que foi o ano em que os assentados no PA. Pe. Adriano Van de Vem acessaram o crédito instalação, e é nesse ano também que os níveis de arrecadação têm a maior diferença. A importância do processo de reforma agrária é apresentada através da análise de dados por Ariovaldo (2001), que afirma:

A mesma realidade aparece nos dados referentes ao valor da produção agropecuária, pois as unidades com área de até 100 ha produziram 46,5% do total, ou seja, 18% da área agrícola gera quase a metade da riqueza oriunda do campo. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 1000 ha produziram apenas 21,2% do valor de produção, embora ocupem 45% da área total (OLIVEIRA, 2001b, p. 5).

Com esses dados locais e dados nacionais do processo de reforma agrária, não apenas pautados na divisão da terra ou na produção, mas sim em um contexto que englobe esses dois elementos, pode se observar e afirmar que, se realmente o poder público local fizesse uma análise simples desse tipo de gráficos, o mesmo iria solicitar que nos municípios fosse feita a Reforma Agrária, uma vez que os benefícios não ficam apenas no cunho da arrecadação, mas que com a arrecadação poderia se potencializar outras áreas de atuação do poder público.

Considerações finais

Por meio deste traçado histórico da ocupação territorial dos municípios de Juti e Amambai, podemos afirmar que a posse da terra desde a colonização do sul de Mato Grosso do Sul através da Matte foi e ainda é conflituosa com as disputas ideológicas do que representa a terra e a quem ela deve estar em função. Acreditamos que o processo de reforma agrária é algo de extrema importância para essa região, assim como demonstram

os gráficos de arrecadação do município de Juti. Mas não apenas isso preserva e tem a oferecer para a terra, partindo do pressuposto de que a terra é algo fundamental para nós e também para as gerações futuras, aquele que nela vive e dela precisa para viver, tendo em vista que, na maioria das vezes, a terra apenas favoreceu a uma meia dúzia de pessoas que ‘massacram’ em nome do lucro aqueles que realmente dela dependem para viver.

Vale também relatarmos que é considerável a quantidade de terras que foram demarcadas a próprio punho e depois regularizadas em cartórios. Nossos entrevistados relataram que por vezes aqueles que tinham dinheiro iam até o cartório de Ponta Porã, a mais de 150 Km, e declaravam ser donos de terras que somente tinham em torno de 10 a 20% da área que declaravam ter, e quando voltavam iniciavam um processo de expulsão daqueles que nela habitavam, índios e camponeses. Hoje essas terras estão em sua maioria em posse de latifundiários que moram nas grandes cidades de São Paulo ou do Paraná. Tais terras servem apenas para alimentar o gado e, como até pouco tempo em uma das fazendas da região, manter os funcionários em regime de escravidão, não podendo os mesmos sequer receber seus familiares em suas casas.

Atualmente temos uma mudança no processo de concentração fundiária da região que depois da Matte Larangeira passou pelo gado, pela soja e, hoje, pela cana-de-açúcar, que está tomando conta das antigas pastagens. Há que se destacar que todo esse processo também destrói o cerrado, derrubando as pequenas faixas de matas ainda existentes. Diante disso, grandes desertos verdes estão se formando. A biodiversidade não mais existe, o que é acelerado pela queima da cana-de-açúcar, que além de contribuir para o aquecimento global, causa sérios transtornos, matando os animais que se refugiam nos canaviais e poluindo as casas com o resto da queima da cana. A poeira cobre a região onde os caminhões de transporte da cana passam, crianças e idosos incidem em doenças respiratórias; venenos vão destruindo o solo, as roças e os cultivos dos camponeses e

dos indígenas que estão cada dia mais ilhados nessas regiões, sofrendo de muitas formas esse impacto, mais uma vez, mentiroso quanto à geração de trabalho e de divisas para região.

Por essas e demais formas de destruição causadas pelo impacto do agronegócio, podemos dizer que a vida em suas diversas instâncias só se preservou e está em um processo de retomada de preservação graças à grande contribuição essencial dos indígenas, dos agricultores familiares tradicionais e assentados que se preocupam com o seu espaço de vida e que têm como meta deixar para seus filhos uma terra limpa de sangue e destruição, fazendo desta terra uma fonte geradora de vida. O processo de reforma agrária apresentado através deste artigo é apenas um recorte da importância que o mesmo tem para uma sociedade justa, igualitária e sustentável em todos os seus aspectos.

Referências Bibliográficas

AMARILHA, C. M. M. 30 anos de Mato Grosso do Sul: memórias, histórias e umas pendengas. *VI Semana de História de Dourados*. Dourados-MS: Editora UFGD, 2007, v. 1, p. 55-65.

ARRUDA, G. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. 1. ed. Londrina: Eduel, 1997, v. 1. 142 p.

BRASIL. *Receita dos municípios*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>.

JESUS, L. C. de. *Erva-mate: o outro lado – a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso, 1870-1970*. Dourados: UFMS, CPDO, 2004. 190 p.

Guavira. Disponível em: <http://www.fotograma.com.br/textos/2005/05/guavira_-_tradi.htm>.

MENEGAT, A. S. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia – as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS*. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.

IBGE. Número de habitantes dos municípios de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500515>>.

OLIVEIRA, B. C. A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso: 1937-1945 – o discurso e a História. *Revista Fronteiras*. Dourados/MS, v. 1, p. 13 - 25, 02 mar. 1997.

_____. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, p. 09 - 22, 12, dez. 2002.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez 2001.

QUEIROZ, P. R. C. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX) In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

_____. A grande empresa conhecida como Matte Larangeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. PRIMEIRO ENCONTRO DE PÓS-DOUTORES DO PPGH/UFF, 2010, Niterói. *Anais...* Org. por Carolina Dantas e Martha Abreu. Niterói: PPGHistória/UFF, 2010, p. 1-19.

_____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira. (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. 1 ed. Dourados: Editora da UFGD, 2008, p. 15-75.

_____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional brasileiro. In: MARIN, Jéri Roberto. *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS. 2003.

SEVERO, M. J. S. Do mundo privado ao público: a participação das mulheres na esfera pública dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIOSIDADES, DIÁLOGOS CULTURAIS E HIBRIDAÇÕES, Campo Grande, 2009. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. *Colonos do vinbo*: estudo sobre a Subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MATO GROSSO DO SUL AO PROJETO DE ASSENTAMENTO NIOAQUE⁸

Nelson Aparecido Silva Casimiro⁹

Introdução

A área que hoje forma o território de Mato Grosso do Sul foi constituída do desmembramento da porção meridional do antigo Estado de Mato Grosso, pela Lei Complementar n.º. 31, de 11 de outubro de 1977. Seu desmembramento se deve ao fato de que havia interesses militares, pois o “Governo militar tinha o Estado como estratégia política de interiorização do desenvolvimento nacional, a fim de reduzir os vazios demográficos, apoiar e potencializar as fronteiras de produção agropecuária e agroindustrial.”¹⁰

Porém, a história dessa Unidade Federativa é mais extensa e complexa do que pode parecer inicialmente, pois as terras hoje pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul foram pouco exploradas pelos espanhóis que preferiram, durante o século XVI, XVII e XVIII, se fixar no extremo Ocidente Sul-americano, onde encontraram grande quantidade de prata (GOMES, 2001, p. 2).

8 Texto produzido para fins avaliativos das disciplinas de História, Antropologia Rural e Didática, sob a orientação, respectivamente, dos/as Professores/as Benícia Couto de Oliveira, Levi Marques Pereira e Marisa F. Lomba de Farias – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

9 Graduando em Licenciatura Plena em Ciências Sociais – PRONERA, pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

10 MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e tecnologia. *Diagnóstico socioeconômico*. Campo Grande: SEPLANCT, 2003.

Esse desinteresse pelo Planalto Central foi motivado, por um lado, pela abundância de metais preciosos na porção ocidental e, por outro, pela presença de grandes contingentes indígenas que, acudados pelos portugueses que penetravam no Brasil Central, de Leste para Oeste, formavam uma grande fronteira viva entre os dois impérios (SIQUEIRA, 2002, p. 27 *apud* EMBRAPA¹¹). Segundo Barros (2006),¹² os primeiros habitantes surgiram em decorrência da descoberta de ouro no Centro-Oeste do Brasil, no início do século XVII.

Esse processo se deparou com um grande número de obstáculos naturais e com a presença de grupos indígenas que resistiam às invasões europeias; segundo Queiroz (2009),¹³ esses grupos são muito antigos na região, estando naquele local por volta de dois a onze mil anos.

Nesse contexto hostil, para Queiroz (2009) foram fundamentais as monções que eram capazes de manter os pequenos povoados voltados à mineração com mantimentos e outros recursos necessários, além de transportarem cargas pesadas e volumosas incapazes de serem transportadas por mulas em vias terrestres. Ainda conforme o mesmo autor, era de fundamental importância aos portugueses a segurança das zonas auríferas “[...] tratava-se de proteger as terras em face da presença indígena e da vizinhança com os espanhóis, em especial, da província do Paraguai, significava garantir a posse do território e a segurança do tráfego monçoceiro.”

Como resultado desse momento histórico, surgem no extremo oeste de Mato Grosso o Forte Coimbra, a povoação de Corumbá e o Fortim

11 EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.qmdmt.cnpm.embrapa.br/711.htm>>. Acesso em: 22 de março de 2010.

12 BARROS, Valter Mangini. *Potencialidades sul-mato-grossenses*. Campo Grande: Oeste, 2006.

13 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *A grande empresa conhecida como Matte Laranjeira e a economia ervateira na Bacia Platina (1882 – 1949): notas preliminares*. 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/2009-12_queiroz.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2010.

de Miranda, mais ao Sul do Estado é criado o Forte do Iguatemi, que veio a sucumbir em 1777.

É somente no século seguinte que o processo de povoamento se torna mais efetivo no Sul de Mato Grosso, com os movimentos conhecidos como *frente de expansão*. Porém, segundo (CORREA FILHO *apud* QUEIROZ, 2009), a corrente mais significativa de povoamento se formou em Minas Gerais e em São Paulo, de onde partiu para ocupar as terras “vazias”, tendo como consequência a expropriação das terras indígenas para a prática de atividades focadas na exploração dos recursos naturais da região e desenvolver a atividade de pecuária extensiva, que não requer grandes recursos técnicos e se desenvolve com pouca mão-de-obra, o que possibilitou e incentivou a formação dos grandes latifúndios, tão comuns nessa região atualmente.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas no sul de Mato Grosso, foram, numa ordem cronológica, a busca de metais preciosos, responsáveis pelo início do desbravamento; a pecuária bovina, responsável pelo aparecimento de cidades; a caça de cervos economicamente significativa, especialmente pelo couro; a extração de sal e, a atividade ervateira por seu impacto sociopolítico na história do SMT (GRESSLER, 2005).

O presente trabalho buscará, por meio de um levantamento bibliográfico e por fontes orais, transcrever a história de formação do atual Estado de Mato Grosso do Sul e de seus povos. De acordo com o que se estuda na História, os povos indígenas, primeiros habitantes dessa região, se dedicavam às atividades primitivas da caça, da pesca e da coleta, mas também já possuíam técnicas suficientes para a prática da agricultura e da domesticação de animais. Tinham uma vida simples, mas dispunham de tudo que precisavam. Porém, num dado momento de suas histórias se depararam com o não índio e sua cultura ‘civilizatória’, que, no decorrer do processo de colonização, transforma, corrompe e mata o verdadeiro dono das terras que vem a chamar de suas.

Segundo Oliveira e Viana (1999), a ocupação da Região Centro-Oeste teve início com o estabelecimento de grupos caçadores-coletores em fins do Pleistoceno e início do Holoceno, por volta de 12.000 a 10.000 anos atrás. [...] parte considerável do Centro-Oeste brasileiro apresentava-se com um extraordinário mosaico cultural.

Esses grupos foram sendo exterminados ou tiveram seus costumes assimilados pelos colonizadores a tal passo que, de milhões de indígenas, hoje restam apenas alguns poucos milhares, que estão sendo dizimados pela cultura branca, como nos afirmam Oliveira e Viana no trecho a seguir:

grande parte das sociedades indígenas que ali (Centro-Oeste) viviam foram completamente exterminadas ou assimiladas por povos de além-mar e seus sucessores ibero-americanos. Mas, ao contrário do que muitos imaginam, a conquista das sociedades indígenas no Centro-Oeste, a exemplo das que atualmente vivem em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ainda continua a passos largos como parte de um processo de barbárie contínuo e, aparentemente, sem fim.

A atividade ervateira

Seria impossível contar a história do Sul de Mato Grosso sem falar da atividade ervateira, pois, segundo Queiroz (2009), “poucos temas têm chamado tanto a atenção quanto a economia ervateira e, em seu âmbito, a empresa conhecida como Companhia Matte Larangeira”.

No final do século XIX, o Brasil participa da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai entre os anos de 1864 e 1870, com a vitória dos países aliados. Como resultado desse conflito, o Brasil anexa novos territórios, especialmente, ao Sul do então Estado de Mato Grosso. Cabe ressaltar que Mato Grosso já apresentava um vasto território antes da Guerra, logo a seguir o Brasil vive a implantação da República, em 1889.

Nessa realidade de implantação da República e novas terras, surgem em Mato Grosso políticas que conduziram para a implantação da Matte Larangeira, em especial destaque para a participação dos Murtinho, que, segundo Gilmar Arruda (1985, p. 30), podem ser postas cronologicamente da seguinte forma:

a Repartição de Terras de 03.11.1892, apresentada por Generoso Ponce; em 11.11.1892, a abertura de concorrência pública para arrendamento de terrenos devolutos para a exploração ervateira, no sul do Rio Iguatemi; em 1893, o arrendamento é concedido ao Banco Rio e Mato Grosso e, em 1894, a Matte assume todos os arrendamentos.

Porém, cabe ressaltar que a história da extração ervateira se inicia em 1882, com o Decreto de nº 8.799 de 09/12/1882, que concede a Thomaz Larangeira, o primeiro concessionário legal, a permissão por 10 anos para a exploração da erva-mate nos limites de Mato Grosso com o Paraguai (ARRUDA, 1986 *apud* ARRUDA, 1997, p.31).

Entretanto, cabe ressaltar que Larangeira (ARRUDA, 1997, *apud* QUEIROZ, 2008) “não contava com uma estrutura de organização empresarial moderna e não possuía capital suficiente para a constituição de infraestrutura necessária para dinamizar a produção”. Talvez por essa razão o “aventureiro” não tenha apresentado condições de permanência nos negócios, especialmente, pela “liquidação do Banco Rio e Mato Grosso” (QUEIROZ, 2008, p.11). Segundo Arruda, a Cia. Matte Larangeira esteve organizada em ações, cuja divisão estava em maioria de posse do Banco. Uma vez que estas ações foram transferidas para os Murtinhos, Thomaz ficou praticamente sem nenhum poder.

Ainda segundo este autor, a atividade ervateira se caracterizava por uma estreita vinculação entre as esferas pública-privada, de tal forma que era difícil estabelecer qual era pública e qual era privada. Tão intensa era essa relação que “cargos públicos passavam a ser usados como meio de fortalecimento da iniciativa privada” (1997, p. 29).

O contrato ajustado em Cuiabá, a dois de agosto de 1894 levou as assinaturas do Dr. Manuel Murтинho, como presidente do Estado, do Dr. Francisco Murтинho, representante do Dr. Joaquim Murтинho, presidente da empresa arrendatária. A transição se processou entre três irmãos que procediam sempre em harmonia (CORREA FILHO, *apud* ARRUDA, 1997).

Essa situação servia de base para que os privilegiados pela posição econômica ou social pudessem pressionar o governo em prol de interesses particulares.

Foi assim que, durante a maior parte do período ervateiro, segundo Arruda, a Cia. Matte Larangeira chegou ao ponto de objetivar a dominação absoluta de trabalhadores e moradores da região dos ervais onde “tudo era da Matte”. Esse poder chegou a tamanho que “a autoridade pública perde para a Companhia a capacidade de autorizar a instalação de pessoas em terras devolutas [...] esvaziamento das funções públicas” (ARRUDA, 1997).

Ainda se referindo à obra de Arruda (1997), pode-se perceber que a Matte agia não apenas em território brasileiro, mas também em solo paraguaio, onde impunha suas regras a qualquer custo. Foram muitas as reivindicações para a intervenção do Estado que, pelo que parece, não foram atendidas.

Nesse contexto, para garantir o cumprimento de seus interesses, a Cia. chegou a contar com forças policiais públicas. Mas ao que tudo indica foram insuficientes, pois a Matte tentou por duas vezes constituir sua própria força policial, ação denunciada como ilegal pelo Senador Antonio Azeredo, barrando tal feito. Não podendo criar sua própria guarda, ela financiou a guarda aduaneira, a qual foi derrotada por um grupo armado liderado por Bento Xavier e Felipe de Brun, ambos gaúchos.

A situação provocada pelo expansionismo da empresa atrelada ao seu comportamento de dominação transformou-se numa condição de conflito, em que não podendo mais conter os problemas, teve ela de asso-

ciar-se a uma empresa estrangeira, a Francisco Mendes e Cia, que representava, segundo Corrêa Filho, uma mudança “apenas de fachada”.

Os tempos áureos da atividade ervateira ocorreram na década de 1920, porém em 1929 há um rompimento com a empresa argentina, gerando certo enfraquecimento da Cia. Essa situação piorou na década seguinte, como ressalta Queiroz: “essa situação tornou-se mais aguda depois de 1930, quando a empresa passou a sofrer diversos reveses relacionados às novas políticas do Estado nacional brasileiro.”

Reflexo disso foram as inúmeras acusações formuladas contra a empresa. Entre as mais importantes, segundo Gressler (2005), estavam: o fato de a maioria dos dirigentes e operários serem estrangeiros, bem como a exploração sem controle que devastavam os ervais, as dificuldades de povoamento do Estado por causa do monopólio da Companhia e também o fato de que grande parte das rendas resultantes da produção eram canalizadas para a Argentina, pois a empresa deixava de beneficiar a erva no Brasil para fazê-lo nos moinhos argentinos.

Com tantos empecilhos e diante das pressões do governo de Mato Grosso, em 1934, a Companhia Matte Larangeira perde a exclusividade de exploração da erva-mate, cedendo espaço para a fixação de outras empresas. Porém, vale ressaltar que o enfraquecimento definitivo da Matte se deve às políticas implementadas por Getúlio Vargas, que, segundo (OLIVEIRA,1997-a), no período do Estado Novo (1937-1945), fazendo uso da propaganda, ele busca despertar o sentimento de brasilidade, e apelando ao imaginário social, divulga a campanha Marcha Para Oeste, com a finalidade de ocupar os “vazios” e constituir um Estado Federal forte.

Além disso, tratou-se de uma forma de o governo federal marcar presença no sul de Mato Grosso e desestruturar definitivamente a Matte, o que só seria possível com a instalação de uma estrada de ferro, bem como da criação do Território Federal de Ponta Porã, como relatam Oliveira (1997-b) e Bittar (1999).

Políticas do Estado Novo na formação do Sul de Mato Grosso

Segundo Marisa Bittar (1999), “em 1937 teve início a ditadura Vargas, denominada Estado Novo”. Segundo ela, esse Estado era autoritário, centralizador e intervencionista, o que se tornou um duro golpe para o domínio oligárquico do país. Getúlio objetivava o desenvolvimento industrial e o fortalecimento do mercado interno, para isso era necessário consolidar as fronteiras nacionais, ocupar as terras devolutas e estender o poder do Estado aos extremos do país.

Trazendo o foco para o objetivo deste trabalho, apenas se falará desse processo para o até então Sul de Mato Grosso, local que Getúlio veio a ampliar, a partir de 1938, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), como ainda criar, em setembro de 1943, o Território de Ponta Porã e, em outubro de 1943, a Colônia Agrícola de Dourados (CAND).

A ampliação da ferrovia foi uma das formas encontradas pelo governo federal para integrar e estender o poder do Estado às regiões fronteiriças. Oliveira (1997-b) afirma que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi uma forma de o Estado marcar presença e desenvolver a região, dando condições para o surgimento de alguns povoados e até cidades às margens da NOB.

Ademais, foram criados novos ramais e ampliados os já existentes. Um dos mais importantes ramais criados, no que se refere à formação de Mato Grosso do Sul, foi o ramal de Ponta Porã, por permitir “contatos e comunicações com outros estados e com repúblicas vizinhas, e, ainda, obter um maior controle da região” (Oliveira, 1997-b). Outra importante ação do governo Vargas foi a criação do Território Federal de Ponta Porã, através do Decreto-Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, pois o território “obedecia à lógica de integração e interiorização do país”. A autora ainda mostra as intenções de Vargas ao criar esse Território.

Olhando-se geograficamente a área desmembrada, podemos constatar que o território Federal foi mapeado nas terras onde encontravam-se a maioria dos ervais. Nesse sentido, a hipótese de que Vargas visando eliminar a Matte Larangeira criou o Território Federal de Ponta Porã tem sentido, uma vez que, a partir desse decreto, a área fronteira foi desmembrada do Estado do Mato Grosso, ficando vinculada diretamente à União, o que facilitou a ação do governo federal sobre ela (OLIVEIRA, 1999, p. 125)

Vale ressaltar que o Território Nacional de Ponta Porã teve curta duração, haja vista ter sido criado em 1943 e com a promulgação da nova Constituição Federal, foi extinto em 1946, mas de certa forma ele cumpriu seu papel.

Segundo Oliveira (1997a), complementando essa política, Vargas cria pelo Decreto Lei n. 5.941 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 28 de outubro de 1943, quando distribui 8.800 lotes com áreas de 30 hectares aos trabalhadores rurais, vindos de várias partes do país, especialmente do Nordeste, todos sendo assentados sob a proteção do Estado. Para a autora, a CAND é a consolidação das políticas do Estado Novo no Sul de Mato Grosso (OLIVIERA, 1997a).

Essa ação impede novos contratos de arrendamento das terras para a atividade extrativa da erva-mate, incentiva a diversificação agrícola e pecuária e ainda promove a imagem de Getúlio Vargas como o responsável pelo desenvolvimento regional, visto como o “grande presidente”, conforme apontado por Oliveira (1997a).

O movimento divisionista e a criação de Mato Grosso Sul

Os movimentos que conduzem à divisão do Estado de Mato Grosso iniciam-se no final do século XIX, perpassam por uma geopolítica militar e por questões de cunho político e econômico. Porém, para dar início busca-se a raiz do problema que, segundo Gressler (2005), tratou-se da

“insatisfação do sul com a administração do estado de Mato Grosso e seu isolamento com relação à Cuiabá, que motivaram movimentos separatistas desde o final do século XIX”.

Após a Guerra do Paraguai, mais precisamente em 1892 é que se dão os primeiros passos para o que seria o movimento de divisão.

A primeira tentativa de se criar um novo Estado ocorreu em 1892, por iniciativa de alguns revolucionários liderados pelo coronel João da Silva Barbosa. Em 1932, com a Revolução Constitucionalista, foi criado o Estado de Maracajú, abrangendo quase todo o sul de Mato Grosso, que teve Vespasiano Martins como seu primeiro governador. No mesmo ano, foi criada a Liga Sul Mato Grossense, propugnando pela autonomia do sul.” (Governo do Estado de Mato Grosso do Sul)¹⁴

A criação do Estado de Maracajú, em 11 de julho de 1932, significou uma vitória para a Revolução Constitucionalista de 1932, o que durou pouco, pois, segundo Gressler (2005), “logo partiram de Cuiabá tropas do governo para sufocar o movimento em Campo Grande” e quase três meses depois de instalado o novo Estado, a “Revolta Constitucionalista foi vencida [...] e o estado de Maracajú deixou de existir” (GRESSLER, 2005). Porém, nesse período, “visando preservar os ideais separatistas, criou-se em 1934 a Liga Mato-Grossense” (GRESSLER, 2005).

Mas “com a redemocratização e com o passar dos anos e o crescimento econômico da região, os movimentos divisionistas se acalmaram” (SILVA, 2004)¹⁵. Porém, em outro trecho de sua obra, a mesma autora resalta que, durante o governo de Ernesto Geisel, surgiram novas vozes políticas que despertaram no Presidente da República o desejo de revisar os projetos de criação de um Estado federal ao sul de Mato Grosso.

14 Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <www.portalms.com.br>. Acesso em : 17 de maio de 2010.

15 GeoMundo 2004. Washington Luiz Alves da Silva. Disponível em: <www.geomundo.com.br>. Acesso em: 17 de maio de 2010.

Ainda para Gressler (2005), o próprio presidente teria estado entre os oficiais que estudavam a região do sul de Mato Grosso, enquanto ainda era oficial. Segundo a autora, Geisel reuniria uma comissão em caráter sigiloso e, finalmente, em 11 de outubro de 1977 sancionaria a Lei Complementar nº. 31, criando o Estado de Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande.

O processo de colonização no sudoeste de Mato Grosso do Sul na fala dos assentados do Projeto de Assentamento Nioaque

Na pesquisa de campo desenvolvida no Projeto de Assentamento Nioaque, popularmente conhecido como Colônia Conceição, verificou-se que no município de Nioaque é muito comum a presença de nordestinos, nortistas e sulistas e, num diálogo com alguns assentados, ficou evidente que muitos vieram para a região numa dessas frentes de expansão, como contou o senhor José Ambrósio Casimiro¹⁶, Pernambucano de Ouricuri:

Meu pai veio pela primeira vez em 1948, quando eu ainda tinha 1 ano de vida, para o estado de Mato Grosso, tudo aqui era mata virgem e, por sorte um fazendeiro lhe cedeu um pedaço de chão, onde meu pai plantou e naquele ano o tempo correu bem e a produção foi além das expectativas e, meu pai ganhou muito dinheiro, com o acumulado de dois anos de trabalho meus pais resolveram regressar para o Nordeste, com uma quantidade de dinheiro que pensava não acabar mais, mas seu sonho durou pouco e, quando o dinheiro já estava se acabando por conta de lavouras mal sucedidas no sertão nordestino, ele chamou minha mãe e disse: ‘_Mulher vamos juntar nossas coisas e vamos voltar para o Mato Grosso e tentar de novo a sorte por lá’ e assim fizeram (Relato 1).

16 José Ambrósio Casimiro, assentado no Sítio São José, nº 343. Projeto de Assentamento Nioaque, Nioaque – MS. Entrevista realizada no dia 22 de maio de 2010.

Segundo o Sr. Casimiro, seus irmãos nasceram todos aqui, com exceção de seus irmãos mais novos que ele, que nasceram no período em que estiveram de retorno no Nordeste. Sua mãe morreu ao dar a luz à sua irmã caçula, que se chama Cida. O seu pai se casou novamente e foi de Rochedo para Campão, hoje conhecida como Bodoquena e depois para a Morraria do Sul, área do município de Bodoquena onde foram assentados com lotes de 50 hectares, mas que com a divisão das terras indígenas foram reduzidos para 24 hectares. Sendo assim, seu pai Alberto abriu mão do sítio por motivos próprios, deixando-o para ele. No final da década de 1970, surgiu uma situação de conflito que o expulsou das terras, fazendo-o ir morar em Miranda e posteriormente foi avisado sobre o reassentamento dos expulsos das terras indígenas no município de Nioaque, se dirigindo para lá, onde vive com sua família até hoje.

Outros foram incentivados a fazerem os levantes de colonização, no sentido de preencher os vazios. Esse processo se deu em muito pela busca de melhores condições de vida e de trabalho, merecendo destaque para os nordestinos e sulistas. Essa foi a realidade de muitos, como me relatou o senhor Geraldo Munhos, 61 anos:

[...] ‘a gente morava’ no Nordeste, num lugar em que se plantava, mas não sabia se ia colher e, muitas vezes não colhia nada, cansado dessa vida de sofrimento, nós resolvemos nos mudar pra cá, pois o povo dizia que aqui chovia e dava de tudo. [...] Quando chegamos aqui foi uma dificuldade ‘danada’ no começo, mas foi tudo melhorando, aí veio o agrimensor e mediu um pedaço de chão e nós saímos de uma fazenda onde nós trabalhávamos e fomos pro nosso próprio pedaço de chão, no município de Campão, onde hoje fica Bodoquena de lá fomos pra Morraria onde foi oferecida uma área maior, isso em 1969 mais ou menos, alguns anos depois a FUNAI, exigiu a demarcação das terras dos Índios e as minhas terras ficaram dentro da área demarcada, mas os índios não me incomodaram, [...] mesmo com a área demarcada o povo continuou chegando na região e foram ocupando as terras dos índios num lugar que ficou conhecido como ‘Invasão’ e um tempo depois

começaram a ter problemas entre posseiros e índios, por volta de 1978-1980, os índios começaram a saquear as moradias dos brancos e estes revidaram matando os índios e a violência encheu de medo todo mundo e com isso muitos posseiros e colonos deixaram suas terras. (Relato 2)

Nesse período, algumas dessas pessoas que sofreram com o conflito organizaram-se e foram pedir ajuda aos governantes que, após algum tempo, concederam a compra da Fazenda Conceição no Município de Nioaque¹⁷, e o reassentamento das famílias que tiveram que abandonar a área de conflito dando origem ao Assentamento Conceição¹⁸. Dentre essas pessoas, estava o senhor Valdeci Nogueira, paulista que viveu na Morraria, município de Bodoquena, e que teve suas terras invadidas pelos indígenas, perdendo com isso sua lavoura e as terras. Em diálogo, ele se lamentou por isso, apesar de achar que as terras atuais são muito boas, acredita que as terras de lá eram melhores, como também o clima.

[...] tenho saudades daquelas terras, eu era recém casado e tinha de tudo um pouco no meu quintal, aquela gente era sincera e eu colhia muito bem os meus cultivos, aqui a terra é boa, mas aqueles clima dos pés dos morros aqui não tem [...] apesar de tudo estamos todos bem e com vida, meus filhos já estão criados e já me acostumei aqui apesar de tudo, ter que buscar por outras terras no passado foi difícil, mas hoje vivemos aqui sem nenhuma preocupação maior que a cuidar das coisas que temos.(Relato 3)

A senhora Maria do Carmo, popular Maria Baixinha, veio do Sul, ainda pequena, para Mato Grosso. Seus pais trabalhavam com a produção do charque de boi. Ela não se lembra muito bem, mas se lembra que o pai

17 Formação do Projeto de Assentamento Nioaque. (Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Noé Nogueira – Pólo, pág. 12; 2008).

18 Assentamento Conceição ou Colônia Conceição foram os nomes que se popularizaram para o Projeto de Assentamento Nioaque – nome oficial.

ganhava bastante dinheiro, indo buscar o charque no Paraná e revendendo no sul de Mato Grosso. Dona Maria Baixinha diz ainda que seus pais se mudaram para a região por volta de 1972, se fixando no município de Maracaju, onde moraram por algum tempo. Neste lugar ela se casou com o seu Antonio Prado. Quando estava grávida, seu marido ficou sabendo que tinha ouvido falar sobre a criação de um assentamento no município de Nioaque. Então, ele foi verificar e, por conhecer um político no município, conseguiu uma propriedade, vindo a se estabelecer no sítio nº 268. O que chama a atenção na fala de Dona Maria Baixinha é a simplicidade com que conta sua história.

Nós veio pra cá, assentamento, e num tinha quase nada, mais aos poucos, fomo abrimo a mata fizemo nossa casinha e prantamo a nossa lavorinha, onde cuiemo bem e compramo uns porco, que a gente tratava com milho e abroba, tivemo nossas dificuldades, mas conseguimos prospera, hoje ta tudo dismatado e nós já tem umas vaquinha, uns porco, umas galinha e temo quase de tudo dentro de casa. (Relato 4)

As falas dos assentados evidenciam que, embora tenham dificuldades para se fixar na terra recebida consideram que mudaram de vida para melhor. Dessa forma, pode-se considerar que valeu e vale lutar pela reforma agrária, uma vez que em Mato Grosso do Sul a redistribuição da terra tem possibilitado a muitas famílias tirar o sustento da terra e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Considerações finais

Haja vista que a história de uma Unidade Federativa vai muito além do que já foi dito, cabe ressaltar que a base de sua construção é um conjunto de lutas, para que os direitos sejam garantidos, como também uma série de enfrentamentos das dificuldades impostas pelos meios naturais, políticos e econômicos de cada época.

No decurso deste trabalho, buscou-se de forma simples organizar um breve levantamento bibliográfico sobre a história do sul de Mato Grosso, constando desde o momento de seu desmembramento do Antigo Mato Grosso e até a formação de Mato Grosso do Sul, destacando o espaço de vivência do Projeto de Assentamento Nioaque, no município de Nioaque, situado na região sudoeste do atual estado de Mato Grosso do Sul. Neste assentamento, encontram-se pessoas que com suas vidas e seus trabalhos construíram as bases e a força desse Estado rico em diversidades naturais e humanas.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

BARROS, Valter Mangini. *Potencialidades sul-mato-grossenses*. Campo Grande: Ed. Oeste, 2006.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande à capital*. Ed. UFMS, 1999.

EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.qmdmt.cnpem.embrapa.br/711.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

Etimologia de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mato_Grosso_do_Sul>. Acesso em: 21 maio 2010.

GEOMUNDO. Washington Luiz Alves da Silva. 2004. Disponível em: <www.geomundo.com.br>. Acesso em: 17 maio 2010.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello; SOUZA, Zélia Peres de. *História de Mato Grosso do Sul*. 4ª série. São Paulo: FTD, 2005.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. Disponível em: <www.portalms.com.br>. Acesso em: 17 maio de 2010.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e tecnologia. *Diagnóstico socioeconômico*. Campo Grande: Seplanct, 2003.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: o discurso e a história. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande: Editora UFMS, v. 1, n. 2, jul-dez. 1997.

_____. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação do Sul de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, n. 1, 1997.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. *Pré-história da região Centro-Oeste do Brasil*.

PROJETO Político Pedagógico da Escola Municipal Noé Nogueira. *Formação do projeto de assentamento Nioaque*. 2008, p. 12.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO Lisandra Pereira (org). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. 2008, pp.15-75.

_____. *A grande empresa conhecida como Matte Larangeira e a economia ervateira na Bacia Platina (1882 – 1949): notas preliminares*. 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/2009-12_queiroz.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES: O FIM DO ANONIMATO ¹⁹

Fabio Pereira Nunes

Marli Cunha de Souza

Nilda G. Nunes Roza²⁰

Introdução

Prendemos esboçar parte da história que vem se reconfigurando a cada dia na formação do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, levamos em consideração algumas questões pertinentes ao estudo sobre a forma de ocupação sociocultural do mesmo. Para tanto, utilizamos narrativas de alguns moradores do Assentamento Areias, visando, especialmente, uma reflexão sobre como uma nova cultura se forma no contexto regional, e ainda como a identidade de um povo vem se processando, se modificando, a cada dia, a cada momento. Portanto, esta trajetória se desenrola pontuada por intervenções e informações através das lutas sociais e da busca por melhores condições de sobrevivência no novo Estado escolhido para viver.

Para termos mais esclarecimentos, efetuamos pesquisas bibliográficas que tratam sobre a história do povoamento, sobretudo por trabalha-

19 Este artigo resulta de estudos e pesquisas para elaboração de trabalhos avaliativos solicitados no curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA.

20 Alunos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

dores vindos de diferentes estados brasileiros e até mesmo de países vizinhos, cada um com sua cultura, formando nova identidade do novo grupo social. Assim, observamos entre os autores estudados as definições e os entendimentos, bem como identificamos alguns princípios e lógicas sociais que influenciaram na forma de ocupação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Breve histórico da ocupação do sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, a região que hoje corresponde ao Estado de Mato Grosso do Sul pertenceu inicialmente à Espanha. No começo do século XVII, havia divisão administrativa localizada na província do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires, e na Província do Paraguai, com sede em Assunção. As terras sul-mato-grossenses integraram oficialmente a província do Paraguai até 1750, quando mudaram para o domínio de Portugal, conforme o tratado de Madri, firmado entre Espanha e Portugal. Esse tratado definiu novo limite, onde o atual Mato Grosso do Sul passou a fazer parte do Brasil. Desde o início do século XVII, já havia algumas aldeias missionárias, fundadas por padres jesuítas, instaladas na área compreendida entre os rios Paraná e Paraguai.

Parte da província do Paraguai estava localizada no atual Estado de Mato Grosso do Sul, entre os rios Taquari e Apa. Um dos primeiros núcleos de povoamento da região de Mato Grosso do Sul foi a Fazenda Camapuã, surgida por volta de 1720, localizada entre as cabeceiras dos rios Sanguessuga e Camapuã, que deu origem ao município de mesmo nome. Outro núcleo de povoamento que se formou nesse período foi a atual cidade de Coxim, à margem direita do rio Taquari. Mais tarde, algumas fortificações militares, construídas pelos portugueses, deram origem a importantes núcleos de povoamento do Estado. O forte de Coimbra situa-se no município de Corumbá. Em 1797, a construção de um novo forte deu

origem à cidade de Miranda, sendo ela uma das mais antigas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo Campestrini e Guimarães (2002, p. 47), levantada a fortificação, ocupou-a um destacamento militar, com a missão de zelar pelas terras que se estendiam até o rio Apa, formando-se ao redor dela um povoado, que deu origem à cidade de Miranda.

A cidade de Corumbá surgiu a partir da instalação de um forte chamado Albuquerque no ano de 1778. Foi elevada à categoria de vila em 1850 e tornou-se um importante polo econômico regional pela facilidade de navegação via rio Paraguai e Bacia do Prata. Na década de 60 do século XIX, a cidade de Corumbá foi totalmente devastada pelo maior conflito armado da América do Sul: a Guerra do Paraguai. Após a retomada da cidade por tropas vinda da cidade de Cuiabá, aos poucos Corumbá retomou seu dinamismo como centro comercial da região. Com a finalidade de assegurar a integridade territorial do país, em 1854, o ministro da Guerra, Luís Alves de Lima e Silva, ordenou a criação de colônias militares nos limites do Império com países estrangeiros. Algumas dessas colônias militares, criadas na região, abrangidas hoje por nosso Estado, deram origem às cidades. A primeira colônia militar foi fundada em 1855, às margens dos rios Brilhante e Nioaque, o que possibilitou o surgimento da cidade de Nioaque. De acordo com Resquin, assim se caracteriza a cidade de Nioaque:

[...] a povoação se compõem de trinta casas e cem ranchos, seis casas de telha, incluídas o oratório e o quartel que ocupa o quarteirão inteiro da parte do oeste da praça de armas; sobre a Rua Leverger está o Comando geral, de casa regular; um quartel para quinhentos homens está na Rua Santa Rita; ao norte da mesma praça sobre a rua da igreja se encontra o oratório que tem dois sinos, um maior que o outro, sobre torre de madeira [...] (RESQUIN *apud* GUIMARÃES, 1999, p.159).

Um ano depois, em 1856, foi fundada a colônia militar de Dourados, às margens do rio Dourado, localizada hoje no município de Antonio João. A região da atual cidade de Paranaíba já era povoada desde meados do século XVIII, mas foi a partir de 1830, com a vinda de várias famílias de Minas Gerais, lideradas por José Garcia Leal, que se intensificou a ocupação da cidade de Paranaíba.

A criação de Campo Grande deu-se após alguns dias de acampamento na confluência dos córregos Prosa e Segredo, em que o senhor José Antonio Pereira retornava ao seu local de origem. Porém, nesse percurso, notou a existência de terras férteis e de pastagem para a criação de gado, o que fez com que ele voltasse ao lugar acompanhado por outros migrantes mineiros para fixar-se ali. A fama daquelas terras acabou atraindo, além de migrantes mineiros, também paulistas e gaúchos. Em 1899, foi criado o município de Campo Grande (CAMPESTRINI, 2002).

Corumbá, Miranda, Nioaque, Bela Vista e Antonio João originaram-se de instalações militares, como fortificações ou colônias; Campo Grande, Paranaíba e Aquidauana têm seu surgimento relacionado à pecuária; Batayporã, Bataguassu, Anaurilândia, Ivinhema e Naviraí tiveram origem em núcleos particulares de colonização; Itaporã foi uma colônia Municipal de Dourados, Novo Horizonte do Sul surgiu do assentamento de agricultores por órgãos públicos; Três Lagoas e Água Clara desenvolveram-se com a estrada de Ferro Noroeste do Brasil; Porto Murtinho, Ponta Porã e Caarapó, Juti, Maracaju, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul nasceram em virtude do comércio da erva-mate; Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis são resultantes da CAND.

Assentamento Areias

A real situação da fazenda Areias Ponteio foi descoberta por um senhor que trabalhava como peão numa fazenda, situada no município de Nioaque-MS. Por meio de uma conversa com o capataz da fazenda vizinha, foi informado que ela estava inativa. Foi quando em 22 de setembro de 2002, 37 famílias, remanejadas de outra fazenda onde já eram acampadas no município de Aquidauana, acamparam em frente à fazenda Areias Ponteio.

Coordenando politicamente, entraram a FAF (Federação da Agricultura Familiar), tendo como representantes Andria Albuquerque e Vicente Damasceno, e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) dando assistência, sob julgo de entrar na terra em 90 dias.

Mas o tempo passou e o povo continuava acampado. Pagando oito reais mensalmente, dos quais dois reais ficavam para o acampamento e seis para a FAF.

Então, no dia 28 de fevereiro de 2006 houve um grande encontro em Brasília para tratar das questões agrárias. Acompanhando a FAF, o Sr. Zeferino, até então coordenador interno do acampamento, viajou também para discutir a situação e tentar articular a entrega das terras.

O encontro foi realizado, porém a FAF não apresentou o projeto de assentamento do Acampamento Areias. Quando Zeferino voltou da viagem, convocou uma reunião no acampamento, colocando a situação em debate. O povo se revoltou, pois já estavam cansados de ver a falta de interesse por parte do movimento. Decidiram não pagar mais a contribuição, pediram que a FAF se afastasse da coordenação e então requereram a presença de outro movimento na coordenação política do acampamento. A pedido, a CPT abraçou a causa.

Nem todos os acampados concordaram com isso, levando o acampamento a uma separação. Se por um lado 57% das pessoas aceitaram a

CPT, por outro lado, o equivalente a 43% decidiram se retirar do local e acampar às margens da BR. 419 entre 23 e 25 de maio de 2006, em frente ao Assentamento Padroeira do Brasil. Continuaram com a FAF na coordenação do acampamento e seu antigo nome Diamantino, lutando separados por uma mesma terra.

A partir dessa data, cada movimento adotou a política que era cabível a seu grupo. A CPT, por exemplo, no terceiro domingo de cada mês realizava cursos de capacitação no acampamento. Sempre que havia alguma notícia sobre o processo da área realizava-se assembleia. Passou a existir uma contribuição de cinco reais que cada família depositava mensalmente, dinheiro que ficava todo no acampamento para suprir suas necessidades. Possuía também um regime interno, que por sua vez assegurava a organização e a harmonia.

Em meados de 2007, o acampamento contava com apenas cinco famílias daquelas 37 que entraram no começo. Ao longo do tempo, as vagas foram sendo completadas por outras famílias, dando ao grupo liderado pela CPT o equivalente a 57% das vagas cedidas anteriormente com o consentimento dos acampados.

Os acampados recebiam duas cestas de alimentação: da Segurança Alimentar mensalmente e do Fome Zero, a cada dois meses. Com a entrada do governador André Puccineli foi cortado o abastecimento de comida da Segurança Alimentar, continuando em cena apenas o Fome Zero.

O fornecimento de água era feito por um córrego que os circundavam. Com o passar do tempo, muitas pessoas adquiriram doenças provenientes da água contaminada, como a hepatite. Vendo isto, a prefeitura de Nioaque enviou uma minifarmácia e uma pipa de água potável. Cada família tinha direito a 30 litros de água tratada diariamente, extinguindo a hepatite do acampamento.

Mas um desentendimento entre a atual prefeita de Nioaque e o representante da CPT, sobre a educação, resultou num enorme transtorno.

A prefeita cancelou a distribuição de remédios e o fornecimento de água e mandou retirar as carteiras do barracão, destinadas à escola. A comunidade acampada ficou desassistida no setor de educação e saúde, a água limpa para consumo passou a ser buscada a mais ou menos 800 metros mata adentro, em uma mina de água no córrego Guachupe.

Para aumentar a força de mobilização, a liderança da FAF (Federação da Agricultura Familiar) abriu espaço para que sem terras e moradores dos Assentamentos próximos acampassem, assim aumentando o contingente do acampamento para 96 famílias.

Em outubro de 2008, após muitos conflitos internos, divergências entre os acampados, descontentamentos, finalmente o assentamento foi efetivado com 63 famílias, totalizando 210 habitantes.

Porém a situação não melhorou muito. As pessoas tinham condições insuficientes para desenvolver sua parcela. O processo de reforma agrária praticamente parou, não havia subsídio para os camponeses iniciarem seus plantios. Alguns conseguiam por serem filhos de assentados, plantar e cercar os lotes, pois tinham ajuda da família, mas outros, que já estavam há mais de seis anos com toda sua família vinda de lugares distantes do acampamento, chegaram passando fome. Foi então que os mais velhos da família passaram a sair junto com seus pais bem cedo, em busca de diárias de trabalho nas fazendas vizinhas para garantir, ao menos, a comida para sobreviver. Até os dias de hoje as condições não estão tão boas, mas as pessoas estão lá, trabalhando da forma que podem.

Dentre estes, se encontram as três pessoas que nos concederam entrevistas. Estes entrevistados foram personagens do processo de colonização de Mato Grosso do Sul. O senhor Antônio da Silva, 101 anos, nordestino, nascido em Palmeira dos Índios, no interior de Alagoas, o senhor Olímpio dos Reis Coelho, 56 anos, nascido em Uricuri, interior de Pernambuco, participou da derrubada das matas da região de Aquidauana. Em relação à cultura e comidas típicas, contamos com os relatos do se-

nhor Marcio Chamorra, 44 anos, nascido em Narankatú, no vizinho Paraguai e radicado no Brasil.

Migrantes e imigrantes

O grande número de descendentes de ameríndios e de imigrantes paraguaios, que em sua maioria têm como ancestrais os índios, contribuem para a alta porcentagem dos chamados “pardos” na população do Estado de Mato Grosso do Sul. Os paraguaios, descendentes de espanhóis e índios, se constituem num contingente significativo que habita o Mato Grosso do Sul. Cabe lembrar que os nordestinos também migraram para o sul de Mato Grosso e constituem, hoje, um significativo contingente populacional no Estado. Muitos migraram motivados pelo projeto colonizador da Marcha para Oeste, desencadeada pelo então Presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de nacionalizar e ocupar a região da fronteira Brasil/Paraguai, por meio de iniciativas que mudaram a área fronteira.

A influência cultural trazida pelos paraguaios é notável, seja pelo consumo de erva-mate, em forma de tereré, ou pela dança, como polca paraguaia, guarânia e chamamé, ou pela culinária, com a sopa paraguaia, o biju e a chipa. Durante o processo histórico de formação do sul de Mato Grosso, a chegada de migrantes e imigrantes, colonizadores e conquistadores foi constante. Esse processo teve início com a chegada de Aleixo Garcia, o primeiro colonizador europeu a pisar em território mato-grossense, que recebeu migrantes de diversas partes do Brasil e do mundo, nas diferentes fases de sua ocupação. A migração nordestina no Estado de Mato Grosso do Sul intensificou-se, uma vez que as frentes colonizadoras mais antigas já se encontravam estabelecidas.

A partir da década de 60 do século XX, a população do atual Mato Grosso do Sul praticamente duplicou. Aumento este provocado, em grande parte, por agricultores provenientes da região sul do país, principalmen-

te, do Rio Grande do Sul. Essa foi a segunda onda migratória dos gaúchos que, ao chegar ao sul do Estado de Mato Grosso com sua cultura e suas técnicas agrícolas de tratamento do solo, dedicando-se principalmente ao cultivo da soja, do trigo, do arroz e do milho, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura. Foram seguidos por migrantes vindos do Nordeste e do Sudeste do país.

No processo migratório, temos o exemplo de vida do senhor Antonio, morador do P.A Areias, situado no município de Nioaque. Nasceu em Palmeira dos Índios, no interior de Alagoas, com seis anos de idade seus pais mudaram para Maceió. Lá morou até os treze anos, quando decidiu aventurar-se por outros estados brasileiros. Foi quando saiu rumo à cidade do Rio de Janeiro em uma viagem de quarenta dias num navio a vapor. Segundo ele: “Eu morei no Rio de Janeiro uns quatro anos. Quando tinha 17 anos resolvi tentar a sorte em uma mina de ouro em Cuiabá no Mato Grosso”.

Ele trabalhou em uma estação de mineiros às margens do rio Solimões. Ao indagar se ele ganhava muito dinheiro, sorri e diz “*ganhá à gente ganhava, mas sempre gasta muito porque tudo o que vem fácil vai que a gente nem vê*”. Namorador, encontrava amores em todos os lugares que passava, embora não se prendesse a ninguém e a nada. Essa inquietude dava-lhe motivação para se locomover por vastas áreas dentro do Estado de Mato Grosso.

Foi nessa época que Antonio decidiu ficar definitivamente em terras sul-mato-grossenses, próximo ao Rio Apa. Lá permaneceu por um bom tempo trabalhando com os fazendeiros da região. Segundo relata, havia um bando de justiceiro na região liderado por Silvino Jacques. Em uma de suas andanças, ele se encontrou com o justiceiro às margens do Rio Apa. Quando foi convidado a fazer parte do “bando” e mais uma vez realizar seu sonho de liberdade e aventuras. Eis o que contou sobre o bando.

Certa vez nós tava em Corumbá ai Silvino Jacques entro numa briga ai a polícia não conseguiu, troca tiro por muito tempo com

Silvino, nos só saimo de lá quando veio o quartel. Eu lembro que quando nós chegemos em Miranda o bando teve que refazer, porque uns 30 homens tinha morrido na luta com o quartel de Corumbá. Logo o bando estava na estrada, Silvino Jacques ia pegando os moços que encontrava nas casa. Se o pai falasse que o menino tinha que trabalhar, Silvino mandava dinheiro para a família, mas levava o moço com ele (Senhor Antonio).

Seu Antônio conta suas proezas com saudosismo, todos seus relatos são relembrados com muito carinho: *“eu sempre lembro do dia que tivemos que posar na mata, sem muito com que se virar, nos usamos cascas de pau para proteger do frio, é nós passamos maus bocados, só que era um tempo bom aquele”*. O modo de vida que seu Antônio levava de forma alguma o deixava descontente, muito pelo contrário, o motivava a viver com orgulho, cada momento ao lado de Silvino Jacques.

Numa demonstração de satisfação em pertencer ao bando de Silvino Jacques, senhor Antônio sempre fala com saudosismo das proezas que vivenciou ao lado do bandoleiro, salientando cada detalhe vivo em sua memória, dentre eles a morte de Silvino.

Silvino Jacques era um camarada muito corajoso, ele deixava o bando e ia sozinho luta, quando ele morreu a mulher dele fico três dias no mato com o marido morto. É! Silvino Jacques foi levado de avião para o Rio Grande do Sul, a família dele morava toda lá (Senhor Antonio).

Durante muitos anos, ele pertenceu ao “bando” de Silvino Jacques, só voltando a se virar sozinho com a morte do “chefe” do bando. Hoje aos 101 anos de idade, vive com seu filho no P.A. Areias, ainda muito lúcido, trabalha na lavoura, pois a família vive da agricultura familiar, e trabalha na roça lado a lado com sua filha, genro e netos.

Colônia Agrícola Nacional de Dourados: o processo migratório

O território que corresponde ao Estado de Mato Grosso do Sul foi colonizado efetivamente a partir da segunda metade do século XIX, nos espaços considerados “vazios”. No início vieram migrantes provenientes do Rio Grande do Sul, Paraná, do noroeste de São Paulo, e mineiros, principalmente os criadores de gado. Isso se intensificou em meados do século XX, com a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), um dos primeiros projetos de reforma agrária brasileiro, destinados a trabalhadores rurais comprovadamente pobres. A referida colônia abrangia a área onde hoje se situam os municípios de Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí e Deodápolis. Nela foram distribuídos 8.800 lotes de terra de 30 hectares às famílias de pequenos agricultores. Além do lote, os colonos receberam uma casa, ferramentas de trabalho e animais domésticos. Para esse projeto de assentamento, vieram migrantes de quase todo o país, principalmente, do Nordeste. Nesta ocasião, o Estado recebeu também imigrantes de países da América Latina, Europa e Ásia. Descendentes destes imigrantes vivem hoje espalhados pelos diferentes municípios do estado.

Considerando-se que essas medidas alteraram o contorno político-econômico da região, sobretudo a partir das iniciativas de construção do ramal de Ponta Porã, da estrada de ferro Noroeste do Brasil, e da criação do território Federal de Ponta Porã, a política de colonização e nacionalização das fronteiras, no Sul do Mato Grosso, como parte integrante da Marcha para Oeste, consolidou-se com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e o encaminhamento de contingentes de trabalhadores, os quais foram assentados sob a proteção do Estado (OLIVEIRA, 1999, p. 23).

Vargas soube rodear-se de representações coletivas, como mecanismos estratégicos para implantar seu projeto político-econômico de expansão da fronteira agrícola e desenvolvimento do capitalismo durante o

Estado Novo, sobretudo, os da região Norte e Centro-Oeste. Esse projeto contribuiu para o povoamento e o desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul (Idem).

Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas, através do Decreto Lei nº 5.941, de 28 de outubro, criou a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) na região supracitada e distribuiu 6.500 lotes de terra de 20 a 50 hectares, aos trabalhadores rurais comprovadamente pobres, vindos de vários estados do País, sendo a maioria da região nordeste (Idem).

Por essa ação, a figura de Vargas assumiu importância significativa na região, cujo desenvolvimento lhe é atribuído até os dias de hoje. O senhor Antônio observando o contexto da época diz “Getúlio Vargas foi o melhor presidente para os pobres”.

Sociedades sul-mato-grossenses: influências culturais

Como sabemos, os povos de diferentes partes do mundo influenciam-se mutuamente. A televisão e a propaganda também contribuem para a difusão de novos hábitos e costumes, inclusive introduzindo novas necessidades de consumo. A cultura inclui a linguagem, as crenças, os costumes, as cerimônias, a conduta, a arte, a culinária, a moda, o folclore, os gestos e o modo de vida de determinado grupo social. O local onde se situa a economia e tudo que cerca uma comunidade influencia o seu modo de vida. A cultura local é uma mistura de várias contribuições das migrações ocorridas em seu território.

A sociedade sul-mato-grossense foi formada pelos indígenas que aqui já viviam, pelos descendentes de escravos refugiados no sul de Mato Grosso, migrantes de vários estados brasileiros que aqui chegaram, cada um com sua cultura. Se considerarmos a cultura como a maneira de sentir, pensar e de agir de um grupo social, podemos dizer que todas as pessoas

têm sua cultura, e que essa cultura é um conjunto de conhecimento apreendido e transmitido de geração em geração em uma sociedade.

A cultura, portanto, representa a produção material e espiritual da existência, a produção da consciência e a formulação de objetivos que poderão ser alcançadas pela sucessão de várias gerações. [...] Cada geração acrescenta nessa interligação de gerações, suas próprias características, formando sua identidade, sempre com a responsabilidade de preparar o ambiente onde viverão as gerações posteriores (BOGO, 2000).

Os negros nos legaram suas heranças culturais, na dança, nas crenças e nas cerimônias religiosas. Com os índios, aprendemos a tomar banho diariamente, usar canoas e jangadas, utilizar vasilha de barro, fabricar cesto com fibras vegetais e cerâmicas. Seguindo os migrantes vindos do Nordeste e Sudeste do país, acompanhando a leva de nordestinos que vieram para a região de Aquidauana, o senhor Olímpio dos Reis, ansioso por dias melhores, em 1976 deixou seus pais e irmãos em Pernambuco, para trabalhar na extração de madeira e no cultivo de arroz no Pantanal Aquidauanense.

Assim como ele, muitos outros nordestinos do Estado de Pernambuco se aventuravam na extração de madeira, transformando em pastagens as vastas paisagens pantaneiras. No contexto histórico, o homem nordestino não aparece como um dos povos com mais relevância no cenário da colonização do sul do Estado de Mato Grosso, porém durante os anos de 1970 e 1980 intensificou-se a chegada dos povos do Nordeste, aumentando o número de habitantes, e com eles a cultura sul-mato-grossense se enriqueceu no tocante ao multiculturalismo.

A cultura perpassa nossas vidas e consciências; seja qual for o país, a nacionalidade, a raça, ela sempre está lá, perpetuando e, ao mesmo tempo, transformando-se num inimaginável devir. Entretanto, será que sabemos realmente o significado desse termo tão conhecido no mundo contemporâneo? (MACHADO, 2002, p.17).

O senhor Olímpio retrata como o homem nordestino se relaciona com a produção e consumo dos alimentos. O desperdício, para ele, é uma afronta, um desrespeito, pois os alimentos não deveriam ser desperdiçados. Quem passou por uma situação de penúria e escassez de alimento trata o mesmo com reverência, o pão de cada dia é uma dádiva de Deus.

Em Pernambuco a terra era muito seca, chovia pouco, a gente tinha que ir longe buscar água. As plantas não cresciam, quando eu cheguei aqui vi as matas grossas, a terra boa, muitas chuva. Até hoje eu não entendo como as pessoas desperdiçam alimento, lá no nordeste tudo era aproveitado. Eu colhi ali na roça um monte de abóboras, só que tô muito preocupado eu acho que vai estragar. Sei lá vou oferecer para quem quiser, porque eu não aceito ver as coisas estragá (Olímpio dos Reis).

Ao retratar as andanças para conquistar um pedacinho de terra para seu sustento, o Sr. Olímpio conta um pouco de seus problemas e dificuldades de vida de acampamento e assentamento:

Na época de acampamento, fui expulso pelo líder, por causa do braço quebrado do meu filho e da cirurgia da vista dele. De dia ficava no acampamento e à noite ia pra cidade pra cuidá dele, mais expliquei para a liderança o problema meu e a líder falô que eu podia ficá no Acampamento. Fiz meu barraco de lona e trouxe o muleque pra cá, nos ficamos junto com o pessoal bom, daí tocamos o barco. Cumida tinha até demais, pra mim sempre sobrava, mais também era duas cestas que vinha do governo, uma do Lula e outra do Zeca. Só faltava mesmo era a carne, leite e café, mais a gente dava um jeito (Olímpio dos Reis).

Quanto à vida de assentado, o senhor Olímpio retrata como se estabeleceu no lote e as dificuldades encontradas.

Logo que soubemos que já podia entrar na área, a Prefeita mandou um trator para muda os nossos barracos, só pagamos o óleo. Comprei quatro leitão e uma porca e deixei com minha irmã, pra ela

cuidar de a meia, daí eu plantei milho e mandioca quando já tava produzindo fui buscar os porco. Minhas galinhas comprei a preço de banana nuns rolos que fiz com os acampados. Com o dinheiro da aposentadoria do gurí comprei quatro vacas, três brancas e uma leiteira. Daí em diante não falto comida pra mim, mais tem gente aqui que já faz mais de ano que ta assentado, e não tem o que comer (Olimpio dos Reis).

As fronteiras com o Paraguai apresentam uma dualidade de cultura e costumes que teimam em parecer distintos. Porém, entrelaçam-se formando povos que vão e vêm interferindo na cultura do outro, mostrando suas particularidades inerentes da cultura de cada lugar. A exemplo disso, o senhor Marcio Chamorra expressa sua opinião acerca do seu vivido no Paraguai, de suas lembranças de fatos históricos, que o motivou a sair do seu País à procura de dias melhores no Brasil.

Eu saí do Paraguai, porque lá não tinha muito jeito para a gente sobreviver. Eu morava com a minha vó, nós não tinha dinheiro, mesmo plantando para o consumo e vendendo o que sobrava, não tinha jeito. Quase tudo era na troca, ninguém tinha dinheiro. Morando na fronteira eu via que do lado brasileiro, as coisas acontecia, sempre as pessoas tinha dinheiro, daí minha vó veio para o município de Jardim. Daí as coisas melhoraram, nós vendíamos de tudo, ovos, chipa, bolo de tapioca. O principal motivo que me fez vir para o Brasil, foi poder trabalhar e ganhar dinheiro, algo que não tinha no Paraguai. (Marcio Chamorra).

Para Martins (1997), a fronteira está longe de ser o território do novo e da inovação, revelando o território da morte e o lugar de renascimento e a maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos. Na fronteira, o homem não se encontra, se desencontra. Não é nela que a humanidade do Outro é descoberta como mediação da gestão do homem.

Comidas típicas de outros lugares: trocas de culturas

A culinária do Estado de Mato Grosso do Sul, ao longo do tempo, vem sendo importada de diversos povos, dentre eles se destacam comidas típicas do sul do Brasil, do sudeste, do nordeste, como também da Bolívia, Japão. Dentre essas se sobressai a culinária paraguaia, dada a proximidade do Brasil com o Paraguai, os contatos de pessoas indo e vindo através de suas fronteiras, naturalmente tanto o brasileiro quanto o paraguaio partilharam conhecimento sobre o preparo dos alimentos. Em Mato Grosso do Sul, muitos dos mais variados pratos típicos são genuínos da culinária paraguaia. A população negra também nos legou sua cultura na culinária, com o vatapá, o mungunzá e o pé-de-moleque. Comidas trazidas pelos gaúchos, catarinenses e paranaenses, como o pão caseiro, a cuca, a polenta, o churrasco e o charque, são outros exemplos das comidas típicas do Estado. Os japoneses nos trouxeram o sashimi (peixe cru), o sukiaki (carne vermelha cozida com verduras) e o tofu (queijo de soja). Os bolivianos, por sua vez, nos apresentaram a saltenha (pastel assado). Com os índios, aprendemos a comer milho, mandioca, amendoim, mamão, caju, palmito e castanha-do-pará. O senhor Marcio Chamorra descreve como ele ainda mantém contato com os hábitos alimentares de seu povo.

A gente já se adaptou com a cultura daqui, agora minha mãe se você que come uma chipa, uma sopa paraguaia, você passa lá no butequinho dela, que ela tem lá. Ela tem um butequinho, ela cultiva cada chipão assim ó, sopa é o que ela cultiva muito, também tem biju aqui eu acho que é tapioca. Esse veio do Paraguai é uma tradição que minha mãe trouxe de lá, lá também tem uma comida de fubá, fubá com milho, lá é chamado de vori – vori né, aqui não sei o nome. A! Tem o tal de chimene que minha mãe não larga e trouxe de lá. Nós fomos criados com biju, comia de manhã, o almoço podia ser esse mesmo, mais era gostoso. Ele é feito com mandioca, ovo e queijo, cebola, o que tiver de tempero pode colocá, vou te falá, você come e quer mais. As coisas que veio de lá, quem usa é

minha mãe. Quando eu quero comer essas coisas, eu vou em Aquidauana na casa da minha mãe (Marcio Chamorra).

Considerações finais

Tendo em vista que a colonização do Estado de Mato Grosso do Sul teve início em meados do século XVII, a população do Estado de Mato Grosso do Sul foi e é formada pela fusão de três grandes grupos étnicos: os índios, os brancos e os negros. A mistura desses povos ocorreu por meio da interação de suas culturas. Por essa razão, dizemos que o povo sul-mato-grossense é miscigenado. Todas as comunidades possuem seus próprios costumes, tradições, lendas, superstições, canções, vestimentas, artes, santos, pratos típicos etc. Os migrantes e imigrantes influenciaram muito na formação da cultura sul-mato-grossense no que diz respeito à linguagem, alimentação, vestuário, danças e diversões, entre outros aspectos. O contexto vivido pelos personagens entrevistados no Projeto de Assentamento Areias aponta como pessoas de várias localidades se encontraram dentro do contexto agrário, numa pluralidade inerente da vastidão do território brasileiro, motivados por variadas situações.

A ocupação dos espaços se efetiva pela busca incessante de novos sonhos, oportunidades de empregos, até mesmo por fuga da precariedade onde viviam estes moradores. Neste Estado, as diversas culturas se fundem, dando vazão a novas culturas e a novos sonhos. As migrações de contingentes oriundos dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, São Paulo, nordeste brasileiro e imigrações de países como Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Portugal, entre outros, foram fundamentais para o povoamento de Mato Grosso do Sul e marcaram a fisionomia da região.

Referências Bibliográficas

BOGO, Ademar. *O MST e a cultura*. 2. ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, Caderno de Formação n° 34, 2000.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 5.ed. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico MS.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul, sua Evolução Histórica*. Campo Grande: UCDB, 1999.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARTINS, Jose de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Benícia Couto. *O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso*. Campo Grande: A Universidade, 1997.

TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO TAQUARAL EM CORUMBÁ-MS²¹

Cristiano Almeida da Conceição²²

Eliane Ceri Assis Santana

Maria de Fátima Ferreira

Sonia Regina da Silva Tomichá

E quem garante que a História é carroça abandonada

Numa beira de estrada, ou numa estação inglória?

A História é um carro alegre, cheio de povo contente

Que atropela indiferente todo aquele que a negue

É um trem riscando trilhos, abrindo novos espaços.²³

A música de Chico Buarque e Pablo Milanes nos alerta sobre a importância da História para entendermos o que acontece na sociedade. Diante disso, para entendermos a luta pela terra no Brasil faz-se necessário conhecer a história fundiária brasileira, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, desde os primórdios do período colonial, pois assim vamos perceber que ela acontece de forma desigual. A primeira forma de

21 Artigo apresentado nas disciplinas de Didática, História e Antropologia Rural, sob orientação dos professores Marisa Lomba de Farias, Levi Marques Pereira e Benícia Couto de Oliveira.

22 Acadêmicas/os do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/Pronera.

23 MILANES, Pablo; BUARQUE de HOLANDA, Chico. Canción por La unidad de Latino America, do LP Clube da Esquina 2 (Milton Nascimento). Emi-Odeon, 1980.

concentração de terras foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois vieram as sesmarias. A origem de grandes latifúndios se deu no período colonial, quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte. Portanto, desde a ocupação do território, os beneficiários foram os que já tinham poder político e econômico.

Após a independência do Brasil, e com o fim da escravidão, os governantes abriram a possibilidade de legalizar estas terras através da 'posse'. Com a lei de terras de 1850, o acesso à terra passou a ser possível por meio de compra com pagamento à vista. Isso limitava e praticamente impedia o acesso dos trabalhadores e ex-escravos em conquistar terras para produzirem seu sustento, sendo obrigados a trabalhar na lavoura dos que acumularam grandes extensões de terra.

Este quadro ainda se faz presente na realidade brasileira que apresenta uma imensa desigualdade na distribuição de terra. Segundo informações do censo agropecuário de 1995-1996 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o total de área ocupada por imóveis rurais no Brasil era de 353 milhões de hectares e estava dividido em 4,8 milhões de propriedades. Destes, 4,8 milhões, 2,4 milhões tinham menos de 10 hectares, representavam 49% do total e ocupavam 2,2% da área. As propriedades com mais de 1mil hectares eram 49 mil, representavam 1% do total e ocupavam 45% da área.

Conforme Prado Jr:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do País, dependem necessariamente para o sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do País – da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria (1979, p.15).

O Brasil é, conforme a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação), e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o segundo colocado no mundo em concentração da terra, ficando atrás somente do Paraguai. Desta área de 353 milhões de hectares, apenas 52 milhões estavam sendo utilizados para a agricultura, da seguinte forma:

45 milhões para lavouras temporárias (arroz, trigo, soja, milho, feijão, cana-de-açúcar, sorgo, algodão etc.)

7 milhões para lavouras permanentes (café, cacau, frutas etc.).

O restante estava dividido em pastagens naturais ou cultivado, florestas e cerrados, áreas de reflorestamentos, terras não-agricultáveis.

Todavia, no sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, o processo de ocupação da terra pelo não índio ocorreu por aqueles que não conseguiram terra em seu lugar de origem, para desenvolverem a economia desejada, como, por exemplo, os mineiros, paulistas, entre outros que chegaram à região e conseguiram se apossar de grandes propriedades para criar gado, mas, sobretudo, na fronteira Brasil/Paraguai, na região sul do antigo Mato Grosso, onde hoje situa-se a região da Grande Dourados. Foi a partir de 1870, com o final da Guerra do Paraguai, que ex-combatentes se fixaram na região e em 1982 instalou-se a Companhia Matte Larangeira. A partir de então, Thomaz Larangeira era o responsável pelo abastecimento das comitivas de demarcação das fronteiras, após o término da guerra, e ao final dos trabalhos de demarcação do limite Brasil/Paraguai obteve a concessão das terras para explorar a erva-mate, uma vez que os ervais eram nativos na área.

Em meados do século XX, foi implantado na mesma região a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 28 de outubro de 1943, pelo Decreto n.5.941, vinculando-se ao projeto da Marcha para o Oeste do governo de Getúlio Vargas. Este tinha como uns dos objetivos a na-

cionalização das fronteiras e ocupações dos espaços considerados ‘vazios’, embora nesta região houvesse alguns pioneiros que praticavam a pecuária extensiva, bem como as comunidades indígenas e a Companhia Matte Larangeira.

Segundo Menegat (2009), a Colônia Agrícola de Dourados passou a receber colonos, principalmente nordestinos (que estavam fugindo da seca de 1958) e com seu trabalho promoveram um aumento na produção de alimentos de subsistência.

No decorrer das décadas de 1960-70, o sul do Estado de Mato Grosso, espaço territorial que a partir do dia 11 de outubro de 1977 passou a compor o Estado de Mato Grosso do Sul, foi palco do avanço de duas fronteiras, quais sejam: a agrícola e a demográfica. A primeira viabilizou a transformação de milhões de hectares de Cerrado em terras altamente produtivas e, além disso, “vitimou” inúmeros trabalhadores rurais (MORO, 2009, p.1).

O Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), posto em prática de 1975 até 1979, objetivou dinamizar a produção agrícola na região chamada de Grande Dourados, que agrupa inicialmente, 12 municipalidades, sendo elas: Douradina, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Deodápolis, Itaporã, Jateí, Maracaju, Rio Brillhante e Nova Alvorada do Sul.

Sobre a migração de outros Estados, no decorrer desse período, especificamente no Sul de Mato Grosso, chegaram cerca de 500 mil sujeitos, principalmente provenientes dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul. Essas pessoas, por várias razões, vinham para a região em busca de uma vida melhor, em especial no aspecto econômico (MORO, 2006). Entretanto, muitos deles não realizaram o sonho da conquista da terra e se inseriram nos movimentos de luta pela terra na região.

Movimentos sociais: acampamentos

Segundo Farias (2006, p. 81), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada no Estado “em 1978, mais especificamente na Diocese de Dourados, se dedicando a desenvolver decisões e reflexões com a população do meio rural acerca dos problemas sociais que se evoluíam”.

A partir de 1986, a CPT passa a mobilizar o movimento de luta pela terra na questão de ocupação, passando a voltar suas ações junto aos trabalhadores, a fim de garantir apoio para a organização.

Na luta pela conquista da terra, a CPT, com o apoio e a participação de líderes da igreja católica, exerceu papel fundamental na organização dos sem terra, tomando iniciativa junto com os líderes para pressionar os órgãos competentes na liberação da terra. As atividades realizadas foram: apoio e organização das famílias com cursos, palestras, organização de grupo de lideranças dentro do acampamento comunidade, criação de grupos para cuidar da saúde.

A participação da Igreja na organização dos sem terra se deveu ao fato da não aplicação da política de Reforma Agrária no Brasil. Portanto, a atuação dos religiosos que se sensibilizaram pela causa foi de grande importância, pois, ao defenderem o direito aos meios de sobrevivência, no caso a terra, aos poucos forçaram os governos a se posicionarem frente aos conflitos inevitáveis diante das propriedades consideradas improdutivas.

Em 1986, 4.600 famílias brasiguaias foram barradas na fronteira do Estado com o Paraguai. Cerca de 200 que conseguiram acampar em Eldorado, e outras 1.000 que já estavam acampadas, foram transferidas provisoriamente para Dois Irmãos do Buriti. A transferência das famílias para Dois Irmãos do Buriti (Santo Inácio) foi uma ideia que o governador tinha para esconder do povo e também desarticular as famílias, pois ele achava que, com o passar dos anos, as famílias iam acabar por desistir por falta de assistência.

Após o acampamento “temporário” em Santo Inácio, as famílias foram divididas e assentadas em quatro regiões diferentes de Mato Grosso do Sul, sendo elas: Dois irmãos do Buriti, Anastácio, Nova Andradina e Corumbá. Neste último, foram criados oito (08) assentamentos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Assentamentos em Corumbá

ASSENTAMENTO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA (HA)
Tamarineiro II	319	10.635
Paiolzinho	070	1.196.75
Taquaral	394	10.013.24
Tamarineiro I	126	3.812.26
P.A 72	085	2.343.41
Urucum	087	1.978.93
Mato Grande	050	1264.35
P.A.R Bocaina	027	761.55
Total	1.158	32.351

Fonte: Embrapa Pantanal, de acordo com a Unidade Avançada do INCRA em Corumbá, 2002²⁴

Histórico da situação agrária no Pantanal

O município de Corumbá está localizado na margem direita do Rio Paraguai. Possui uma área de 64.960,86 Km² e uma população de 99.467 habitantes (IBGE 2007)²⁵, fazendo fronteira seca com a Bolívia e distante da capital cerca de 418 quilômetros – Campo Grande.

24 Além destes, existe ainda o P.A São Gabriel, localizado a 70km do perímetro urbano de Corumbá-MS, que não consta na tabela por ter sido implantado em 2007, após a coleta dos dados.

25 Dados encontrados no site do IBGE. *Censo populacional de 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500320#>>.

Segundo a classificação climática de Ross (2008), o clima predominante na região varia de subúmido a semiárido e apresenta índices efetivos de umidade variando de 0 a 20, com precipitação pluviométrica anual entre 1.200 a 1.500 mm, com excedente hídrico 100 a 400 mm durante dois meses, e deficiência hídrica de 650 a 750 mm durante seis meses. Daí ser o clima da região instável para a produção agrícola, visto que as chuvas irregulares acabam comprometendo o desenvolvimento das culturas. Durante os meses de outubro a março, as águas do rio Paraguai que formam a bacia do alto Paraguai extravasam, alagando extensas áreas que normalmente são ocupadas pela criação de gado.

De acordo com Pereira (*apud* MENEGAT, 2009), a concentração de propriedade na parte alta do município ocorreu no início do século XX, ligado ao capital estrangeiro. Lá se estabeleceram em busca de condições naturais mais vantajosas; com poucos investimentos, as grandes propriedades se estruturaram para a criação de gado de forma extensiva.

A partir da década de 80, foram implantados em Corumbá e Ladário – município vizinho, sete projetos de assentamentos rurais, com 1.158 famílias, sendo estes praticamente os únicos produtores agrícolas da região.

O Assentamento Taquaral localiza-se a cerca 4 quilômetros do perímetro urbano de Corumbá na borda oeste do Pantanal, representada pelas terras não alagáveis ao redor das cidades de Corumbá e Ladário. Estas áreas antigamente sempre foram utilizadas como opção de refúgio para o gado de fazendas situadas na planície do rio Paraguai durante o período de cheias no Pantanal²⁶. Implantado em 1991²⁷, o assentamento conta com uma área de 10.013,24, que está dividida em 394 parcelas de dimensões variáveis.

26 Dados colhidos em Documentos n. 29 “Solos do Assentamento Taquaral – Corumbá-MS: caracterização, limitações e aptidão agrícola.”

27 A fala do entrevistado foi colocada na íntegra, alterando somente a ortografia.

A trajetória das famílias assentadas no Taquaral verificando sua caminhada até a chegada na terra

Neste assentamento, é comum encontrarmos pessoas que vieram de vários lugares, sul e norte, com objetivos de trabalhar na lavoura de café no Paraná, e outros que migraram para o Paraguai em busca de solução para a sua exclusão, retornando para o Brasil, na década de 1980, quando as políticas sinalizavam para o processo de reforma agrária. O início da formação do Assentamento Taquaral se originou de acampamentos organizados à beira das estradas de algumas cidades do sul do Estado (Nova Andradina, Taquarussu, Sete Quedas, Paranhos, Jateí, Dourados, Eldorado, Três Lagoas, Caarapó, Deodápolis, Mundo Novo, Naviraí e Glória de Dourados).

Em entrevista realizada no dia 05 de maio de 2010, com um assentado, Benedito Carvalho da Silva, percebemos²⁸ que ele migrou de um lugar para outro até chegar ao Taquaral. Conforme nos disse: *“eu vim de São Paulo de trem até Três Lagoas e de lá continuei viagem de jardineira daquelas que tem gaiola em cima, para carrega as traíais”*.

Quando o entrevistado chegou ao Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, já existiam as Colônias formadas por Getúlio Vargas na década de 1940. Ele relatou que foi morar na colônia em Indápolis²⁹ (onde ficava a sede da CAND) para trabalhar nas lavouras e secadores de grãos. Era um trabalho braçal estabelecido por contrato e, diante do aparecimento das maquinarias, ficou escasso, obrigando-o a trabalhar de guarda notur-

28 Após vários anos acampados nas áreas, somente em 20 de setembro de 1991.

29 Segundo o assentado Hermenegildo, o nome Indápolis surgiu a partir do movimento de um grupo de jovens que, insatisfeitos com o nome Serraria, decidiu colocar um nome que tivesse relação com sua história de vida. Os jovens, no intuito de homenagear o instituto INDA, com a ajuda do Pe. André Capelli, escolheram o nome Indápolis (que significa cidade do INDA).

no nos armazéns. Quando surgiu o acampamento, Benedito decidiu que iria acampar para ter sua terra, parar de mudar de lugar e construir alguma coisa fixa.

Eu fui sozinho para o barraco fiz minha inscrição contando com toda minha família, mesmo eles não estando lá, porque eu queria que meus filhos continuassem estudando, a mulher era meio adontada também não podia ficar no barraco, a noite eu voltava para o meu serviço de guarda, não podia parar porque para tratar de 10 pessoas só com a cesta que ganhava no barraco não dava.

Antes do acampamento, seu Benedito Carvalho da Silva trabalhava em terras arrendadas. Hoje, no assentamento, trabalha no que é seu e não precisa mudar, ou seja, para ele findou-se o processo de migração em busca por um pedaço de terra. Com tal processo de idas e vindas, muitas coisas, pessoas, lugares, cultura, enfim, um modo de vida, foi deixado para trás. Novas experiências se estruturaram nesta trajetória.

[...] a gente se reunia na casa de alguém conhecido da gente e tocava viola cantava versos, de catira e dançava. Se tinha uma menina que tinha alguém que gostava ele tirava um verso pra ela acompanhado de viola. A comida era carne de porco assada, arroz, feijão e mandioca, a gente sentava a redor da fogueira e cantava nossas músicas enquanto a carne assava. Aqui não vejo mais isso.

As causas que levaram as pessoas ao acampamento foram diversas, porém havia um elemento determinante e comum a todas elas: a busca pela terra como conquista de uma vida digna, de um lugar “seu” onde poderiam construir sua história e “fixar raízes”.

Encontramos, também, o assentado José Calazans Filho, natural de Careira, Estado de Sergipe, de onde saiu para ingressar na busca incessante de sua terra prometida, que culminou com sua chegada do litoral sergipano até o interior do Pantanal sul-mato-grossense.

Perguntamos a ele se já retornou ao seu estado de origem após chegar ao Mato Grosso do Sul, ele respondeu: “[...] quando quis voltar lá não tinha dinheiro, hoje já não quero mais aprendi a gostá daqui’. Percebemos pela fala do assentado que ele se acomodou culturalmente na região onde se fixou.

Nesta consideração, observamos o que Baumann diz ao discorrer sobre o tema identidade:

A identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de “um esforço”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais - mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser suprimida e laboriosamente oculta (BAUMANN, 2005, p.22).

José trabalhava como peão,³⁰ juntamente com sua família. Quando estava com 19 anos de idade deixou o estado de Sergipe com sua família em busca de melhoria. No Estado de São Paulo trabalhou sete anos de peão, onde se casou e quando tinha dois filhos e a sua situação não estava nada boa, resolveu se mudar para o Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. No Estado de São Paulo se ouvia que em Mato Grosso tinha bastante terra e serviço. Este foi um dos motivos para que migrasse para o Estado, tendo chegado em Vila União em 1965, povoado localizado perto de Porto Vilma. Chegando ao local, começou a arrendar terra para plantar feijão, mandioca, amendoim etc. Esta região já estava bastante aberta, mas ainda se utilizava o trabalho braçal. Após vários anos trabalhando de arrendatário e vendo que a cada ano sua área de cultivo dava lugar à pastagem, resolveu ingressar no movimento de luta pela terra. Então, perguntamos se era

30 Pessoa que trabalha por dia (diarista).

somente este motivo que o levou para o acampamento. Ele respondeu que não, “*que quem trabalha em terra de arrendamento nunca está firme*”. Dessa forma, falou para a família: “*vamos para o acampamento que iremos ganhar terra e comida*”. O primeiro acampamento foi em Jateí. Já na segunda vez que estava voltando para acampar, a polícia tomou o carro e voltou com todos para Deodápolis, despejando 20 pessoas que estavam indo para o acampamento. Diante desta situação, naquele momento o padre de Deodápolis alojou estas pessoas no salão paroquial. Várias autoridades da cidade diziam que iam bater nestas pessoas que estavam alojadas na paróquia. Diante disso, o padre, juntamente com o presidente do sindicato, disseram que se batessem nas famílias, deveriam bater neles também.

Após esta negociação, o grupo acampou por dois anos em Jateí (Nova Esperança). A grande maioria que ficava no acampamento era constituída de homens.

“No dia seguinte mais de 300 policiais cercaram o acampamento. Nesse dia, um representante do governo perguntou quem é o líder. Por alguns minutos, ficou um silêncio total e de repente eu caminhei passos bem de vagarinho e falei – Eu sou o líder. Os demais companheiros falaram ‘Seu Zé volta aqui?’. A mando do governo um senhor por nome de Aparício disse: ‘terra não se pega assim, tem que negociar se vocês querem terra tem que formar uma comissão e falar com o homem lá em Campo Grande. Mas é o seguinte enquanto eles vão para negociar, vocês vão para casa. O governo não quer saber de acampamento’” (Senhor José Calazans Filho).

Considerações finais

Diante do que foi apresentado, concluímos que o processo migratório de trabalhadores rurais no Brasil ocorre por conta da busca incessante pela conquista de um pedaço de terra, onde os camponeses poderão criar raízes, deixar de ser “propriedade de outrem” e passar a ser dono de sua própria vida, construtor de sua própria história. Enfim, ter um peda-

ço de chão de onde possa tirar o sustento para si e para sua família, construindo uma vida digna e saudável. A conquista pela terra aqui não representa apenas a posse da terra, mas a liberdade, a esperança, a vitória sobre a opressão, conquistando não só espaços como também sonhos. Sonhos esses que para muitos não se realizou, pois muitos companheiros que lutaram pela Reforma Agrária não chegaram a vislumbrar a vitória da conquista da terra, porque partiram antes de ver suas expectativas atendidas. Porém, a luta não foi em vão, já que as gerações posteriores estão hoje colhendo frutos e podendo olhar para o horizonte, certos de poderem escrever uma nova história.

Sobre a identidade, pensamos que este processo de busca por um lugar onde pudessem estabelecer raízes corrobora para a construção de sua identidade, num processo dinâmico em que as pessoas trazem um pouco da cultura já construída e assimilam novos valores, costumes, crenças, conceitos, presentes neste novo lugar. Assim, as pessoas vão construindo sua história a partir das relações estabelecidas socialmente em cada momento vivido nas diversas regiões por onde passaram, até deixarem de estar em um “não lugar”, mas conquistar a segurança de poder dizer “esse é meu cantinho, eu sou daqui, pertencço a esse povo”, como percebemos na fala de um dos entrevistados.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Fernanda Chaves de. Os discursos sobre o progresso: a imprensa de Dourados e região no início da década de 50 do século XX. VI SEMANA DE HISTORIA DE DOURADOS, 2007. *Anais...* 2007, p. 91-105.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedito Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 2005.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia – as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral*. Ed UEMS/UFGD. Dourados /MS. 2009.

MORISSAWA, Mistsue. *A história da luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, Nataniél Dal. O poder legalizado no processo de formação das fronteiras

econômica e demográfica no sul do estado de Mato Grosso (décadas de 1960-70). *Revista História em Reflexão*. . Dourados: UFGD, vol. 3, n. 6, jul/dez 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S (org.). *Geografia do Brasil*, 5.ed. São Paulo: USP, 2005, p. 465- 534.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Ed brasiliense, 1981.

VECCHI, Benedito. Entrevista. In.:BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedito Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 2005.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI E A TRAJETÓRIA DOS “BRASIGUAIOS”: É ASSIM A NOSSA VIDA³¹

Adriana Abes Grassieli

Alessandra Morais Silva

José de Oliveira

Valéria de Jesus Fragoço de Melo

Introdução

O Brasil possui um longo histórico de disputas (algumas vezes violentas) em torno da questão fundiária. Em decorrência da intensa mecanização das terras no país, da perda de muitos posseiros de suas propriedades e da crescente valorização nos preços dos domínios rurais – dentre outros problemas – muitos brasileiros optaram por transpor as fronteiras de sua terra natal em busca de melhores condições de vida. Um dos destinos mais comuns foi o leste do Paraguai, região que oferecia um solo de alta qualidade para o plantio, terras a baixo custo e de fácil acesso. Devido a esta conjuntura, o país guarani passou a atrair grandes contingentes populacionais oriundos do Brasil em busca de condições mais vantajosas de compra fundiária. Neste quadro, a parte oriental do Paraguai se tornou palco de um intenso fluxo migratório brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a ponto de se estabelecer na região um verdadeiro espaço brasileiro.

31 Artigo resultante de trabalhos elaborados no curso de Licenciatura em Ciências Sociais – PRONERA/UFGD.

Entretanto, esta situação tem gerado inúmeros focos de tensão com a população camponesa local, que tem se mobilizado para protestar contra a concentração de terras e a presença de estrangeiros em solo paraguaio. O trabalho analisa, em parte, o processo de migração para a fronteira paraguaia e as tensões que têm sido geradas em torno da ocupação brasileira naquele País. Para tanto, analisamos o processo de ida dos brasileiros e os motivos da busca pela terra a partir de depoimento dos denominados brasiguaios sobretudo dos que retornaram e estão assentados no Brasil, bem como os que ainda residem na República do Paraguai.

Almejamos, neste artigo, relatar, a partir de depoimentos de “brasiguaios” hoje assentados pelo processo de reforma agrária aqui no Brasil e “brasiguaios” ainda residentes na república do Paraguai, quais foram os reais motivos que os levaram a migrarem para o país vizinho. Além disso, buscamos evidenciar como se dava ou se dá o modo de vida na região fronteira, suas expectativas associadas ao sonho de voltar para o Brasil. Também buscamos trabalhar a discussão acerca da migração rural, que desencadeou a colonização brasileira no Paraguai. O texto que se segue está dividido em três seções. Primeiro, uma breve discussão sobre emigração e migração das brasiguaias no final do século XX e início do século XXI relatando por intermédio de algumas falas (entrevistas) os motivos que levaram esses indivíduos a procurarem o referido país. Em seguida, adentraremos na questão fronteira, onde se encontram os principais problemas enfrentados por estes indivíduos no país vizinho, quais sejam, as dificuldades para a obtenção de documentos, para o acesso à terra e os conflitos com os sem-terra paraguaios, não sendo trabalhado a fronteira geográfica, mas sim a fronteira cultural, onde embrenhamos um discurso sobre a questão de identidade (a forma como essas famílias se identificam) e a forte influência cultural de um povo ao outro. Em um terceiro e último momento, nosso enfoque se destina ao processo de retorno dessas famílias, a forma de organização, a chegada nos acampamentos, local que vem a ser

o refúgio desses indivíduos, a aquisição da terra, a vida hoje no assentamento e as expectativas dos que ainda se encontram acampados. Por fim, levantamos algumas questões que julgamos ser fundamentais em tal processo de construção social do indivíduo, afirmando a importância de dar continuidade à pesquisa do tema abordado.

O processo de imigração no Paraguai se justifica na busca pela terra de trabalhadores rurais que sonharam conquistar terra no outro lado da fronteira, ou seja, na república do Paraguai. Isto é, muitos dos que migraram para o País limero do Brasil foram atraídos pelo baixo preço da terra e pelo sonho de ser grandes proprietários do outro lado fronteiriço. Porém, pelas falas desses trabalhadores seus objetivos não foram alcançados e suas expectativas foram frustradas. Dona Maria, ao ser entrevistada sobre a possibilidade de voltar ao Brasil, assim se expressou.

[...] Vixi minha fia, meu maior sonho, meu maior sonho, meu maior sonho da minha vida, acho que no dia que eu fô embora não sei não se eu não vou soltá uns foguete [...] (momento de lágrimas) se vê nem uma casa que presta a gente tem pra recebê as pessoas, mais vai fazê as coisa numa terra que não é da gente. Meu menino, coitado, gastô o dinheiro da colheita pra fazer essa casa e arrependeu depois que fez porque a terra não é da gente, né? (Maria, 64 anos. Entrevista realizada em Santa Tereza- Paraguai em fevereiro de 2010)

As primeiras entradas significativas de brasileiras e brasileiros em território paraguaio ocorreram em 1954, e eram em sua maioria compostas por grandes proprietários de terras. A partir da criação do programa “marcha al este” em 1961, com o objetivo oficial de ocupar a fronteira leste paraguaia com campesinos paraguayos, o processo se acelerou com a venda de imóveis rurais a latifundiários e empresas estrangeiras.

O Estado Brasileiro entendia este movimento de emigração como um meio de diminuir as tensões internas existentes na área rural ou também com objetivos geopolíticos, isto porque, a nosso ver: primeiro, o

apoio entre os dois governos autoritários nunca foi tão forte como neste período, e segundo este grupo de migrantes representa um exemplo de identidade cultural que, ao superar os limites de um Estado, consegue manter seu idioma, costume e tradições frente à sociedade paraguaia.

Após uma ampla divulgação, os pequenos proprietários agrícolas do Sul do Brasil começaram a se sentir atraídos pela ideia de migrar em direção ao Paraguai. Residentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e de outros estados do Brasil, em sua maioria expropriados das terras em que viviam pelos processos de monopolização das terras brasileiras, partiram rumo ao Paraguai. Ambicionando a posse da terra e iludidos pela proposta de terras baratas e produtivas no país vizinho, essas pessoas se lançaram no caminho ao Paraguai numa aventura que veio a ser para os mesmos uma vida de exploração, tortura e violência. É comum entre os depoimentos dos brasiguaios assentados em Novo Horizonte do Sul, quando questionados sobre alguns motivos que os levaram a migrarem para o Paraguai, responderem que a questão principal era o valor cobrado nos arrendamentos. Na época, pagavam aqui no Brasil pela renda da terra cerca de 40% do valor da produção, enquanto no Paraguai era cobrado apenas 15%. Além disso, pensaram no desejo de lá possuírem uma quantidade maior de terras. Vejamos na fala do senhor Edson, assentado em Novo Horizonte do Sul, que não se identifica como brasiguai e sim como um “sem terra”, um lutador da reforma agrária.

[...] Lá tem muito mato, uma área grande pra ser desmatada, tão arrendando terra lá a 20%. Pra quem pagava 30% no Paraná e dava aquelas lavouras desse tamanho assim e as terras com vinte trinta anos, a lavoura de café que meu pai plantava tinha vinte e cinco anos, quando nós fomos reformar ela que o café dava que o patrão deu uma condição veio aquela geadada de 75 e acabou com tudo, aí foi a época que o povo espirrou [...] então a evolução que caracterizava a gente vim pro Mato Grosso porque eles oferecia condições e então eu me lembro o que o meu pai falou pro administrador - já morreu, seu José Merdicio, ele falou aqui tem finan-

ciamento ele falô seu Zé aqui é mato no mato e água no córrego, água no córrego e mato no mato pro senhor trabalhar e meu pai pegô uma área de dez alqueire no Paraguai tinha dois quilômetro pra dentro da fronteira do outro lado da divisa. A divisa do Brasil era um matão, a coisa mais linda, aí começaram a colocar a gente no primeiro Corguinho, na primeira nascente que tinha, colocou a gente lá. Fizemos uns barracos de bambu de Taquarussu cercado e coberto de capim até que nós arrumemos um barracão de tabuinha e ficamos lá. Agora aqueles uns que foram chegando depois foram indo pro fundo e o carriador era caminhão de tora, onde o caminhão de tora passava se entrava dentro e ia embora, a nossa vida foi essa (Edson, 49 anos. Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul, em abril de 2010).

Notamos, portanto, a repetição de uma imigração já realizada por seus avós, a partir de políticas brasileiras que no século XIX e início do século XX, incentivaram a imigração de italianos e alemães, agricultores, possuidores de experiências com a pequena agricultura camponesa e com experiências em mudanças e adaptação às novas culturas. Esses agricultores se dirigiram à República do Paraguai, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980. Em sua maioria, adquiriram terras, construíram suas casas e passaram a se dedicar principalmente ao cultivo da soja e outras culturas, como feijão, milho, arroz, dentre outros, o que fez com que a República do Paraguai também se tornasse produtora e exportadora deste primeiro produto agrícola.

A modernização da agricultura brasileira também teve um papel fundamental ao expulsar do campo trabalhadores rurais, que se transformam em mão-de-obra barata nas indústrias, e o avanço da mecanização agrícola - a chamada “Revolução Verde” -, desenvolvida pela política governamental (militar). Como resultado desses processos, o movimento migratório se intensificou, dentro e fora do País. A partir da década de 1960 e 1970, os estados da região Norte e Centro-Oeste do Brasil, e evidentemente o Paraguai, também receberam milhares de famílias brasileiras. Os

motivos acima citados que impulsionaram a saída de milhares de brasileiros satisfaziam na verdade os interesses de um modelo capitalista que beneficiaria a uma minoria da população, assim como nos confirma Almeida:

Toda essa situação de injustiça e desigualdade, juntamente com os fracassados projetos de colonização, foi contribuindo para a expulsão de milhões de trabalhadores rurais do campo. Ao mesmo tempo, o próprio sistema capitalista se mostrava incapaz de absorver a mão-de-obra liberada no campo, produzindo uma situação que a cada dia ficava mais insustentável (ALMEIDA *apud* OLIVEIRA, 1990).

No espaço brasileiro, os movimentos migratórios foram intensos durante a segunda metade do século XX. Identificar os fatores que influenciaram nesse processo torna-se importante. Nesse contexto, é preciso analisar alguns aspectos da migração rural, em especial o caso dos agricultores familiares do sul do Brasil que, após migrarem dentro do país por duas, três ou mais vezes, deram continuidade à sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas na República do Paraguai. E, mais recentemente, iniciaram um movimento de retorno ao Brasil.

A fronteira sem fronteira

O contexto histórico desses brasileiros(as) “sem fronteira” nos aponta hoje nada muito diferente do pretérito sofrido pelos chamados brasiguaios ou brasiguaias, denominação essa que foi herdada em um processo histórico vivido por eles. A questão da identidade é um fato intrigante na vida e na história dos “brasiguaios”, pois é perceptível que os mesmos não assumem o termo como uma identificação étnica, e sim os mesmos se assumem como brasileiros que vivem à mercê dos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais que regem a sociedade. Na fala do senhor Irineu, que se perde em meio à emoção, é perceptível o orgulho com que se assume ‘brasileiro’, mesmo sabendo que a vida no Brasil não foi e não será

fácil com o seu provável retorno. A mágoa e a revolta que o sufoca por ter registrado seus filhos no Paraguai se concretiza em meio às suas lágrimas: *“A gente vai ser brasileiro sempre, brasileiro nunca vai deixar de ser brasileiro, nunca, não tem como, né, eu me arrependo de ter documentado meus filhos no Paraguai.”*.

Segundo Sprandel (2000), o termo “brasiguai” aparece com os primeiros grupos de brasileiros que retornaram ao Brasil de forma organizada a partir de 1982. Ainda segundo a autora, uma das principais características da mobilização destes brasiguaios é a utilização de um discurso político que reafirma constantemente a nacionalidade brasileira, enquanto agricultores expulsos do Brasil, e reivindica os direitos que esta cidadania deveria lhe oferecer.

Tal expressão, entretanto, não apareceu nenhum documento ou notícia anterior ao dia 14 de julho de 1985, quando - frente à divulgação de um Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil - um grupo de mais de 1000 famílias se autoidentificaram e voltaram massivamente do Paraguai e armaram um acampamento na cidade fronteiriça de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, reivindicando terra (SPRANDEL, 2000).

Teria a identidade “brasiguai” sido criada com o objetivo de organização, que lhes permitisse um maior poder de negociação? Pretendiam com esta identidade se diferenciar dos demais milhões de brasileiros que se encontram sem terras? Se este era o objetivo, em parte foi alcançado, por que a partir de então todos os documentos produzidos assim os denominaram como brasiguaios? Sobre esses questionamentos, Sprandel afirma que

Os grupos religiosos, a imprensa e os próprios ‘colonos’ começaram a construir a identificação de ‘brasiguai’ como ‘vítima’ de um duplo processo de ‘expulsão’ nacional. O termo estava associado à condição de brasileiro, estrangeiro e pequeno agricultor expropriado dos direitos civis, políticos e sociais dos dois lados do limite internacional (SPRANDEL, 1992).

Ao se servirem de uma identidade étnica como bandeira de luta, conseguiram um tratamento especial dos órgãos fundiários brasileiros, diferenciando-se dos demais camponeses na luta pela terra, reafirmando sua condição de expatriados, com direitos plenos de cidadania. Destarte, muitos “brasiguaios” conseguiram atingir a opinião pública e obtiveram o pretendido: a propriedade de terras em território nacional.

Esse povo que passou daqui pra lá e de lá pra cá, que foi além da fronteira geográfica, desafiou as fronteiras sociais e culturais, em busca de um local onde pudesse continuar reproduzindo sua cultura de origem, na condição de mulher e homem da terra, trabalhador (a), agricultor (a) familiar ou somente mulheres e homens. Pessoas que buscam em algum lugar à margem dessa terra, somente um espaço onde possam fincar raízes, não tão profundas que os impossibilite de se desprender, mas um espaço para viver. Porém esse mesmo povo foi e continua sendo massa de manobra de chefes de estados com seus acordos e políticas colonizadoras, cujos interesses principais são econômicos e financeiros.

Iniciando um novo processo em suas vidas em um lugar estranho, em um primeiro momento, essas famílias encontraram muitas dificuldades relacionadas com a falta de infraestrutura, situação esta que já havia ocorrido no momento de início da colonização nos estados do Brasil. Porém, além destas, outras dificuldades passaram a fazer parte da vida cotidiana destes pequenos agricultores, que nas últimas três décadas têm contribuído para impulsionar a economia paraguaia.

A falta de documentação destes brasileiros residentes no Paraguai vem a ser uma das principais dificuldades encontradas pelos mesmos. Entretanto, no momento de renovar a autorização (*permiso*) para residir naquele país houve a exigência, por parte de algumas autoridades paraguaias, de altos valores para realizar os trâmites legais, o que impossibilitaria a estadia desses brasileiros no referido país. Podemos constatar atitudes de violência e arbitrariedade nos relatos desses pequenos proprietários rurais

brasileiros, afirmando que no momento em que adquiriram seus lotes rurais, receberam títulos de propriedade questionáveis quanto à sua validade. Devido a isto, para não serem detidos ou expulsos da área, foram obrigados a pagar várias vezes pela mesma propriedade. Se não tivessem condições de pagar, eram e são reprimidos psicologicamente e fisicamente.

Ainda segundo o grupo de pequenos agricultores entrevistados, os grandes proprietários brasileiros não se sentem ameaçados, pois no país sem lei quem manda é quem tem mais dinheiro e poder. Neste sentido, Genésio diz *“os paraguaios (campesinos) tomam a terra e outro é que planta, são os fazendeiros do Brasil, não é daqui”*. De acordo ainda com os entrevistados que moram nessa terra há vinte, trinta, quarenta anos, existe um afeto entre as autoridades paraguaias e os latifundiários brasileiros e paraguaios. Esse afeto se chama “capital”. Muitas vezes, a polícia paraguaia acompanha a desocupação das terras dos agricultores brasileiros para garanti-la aos “campesinos”, que depois acabam por arrendar ou vender para os fazendeiros em questão.

Este nos parece ser um exemplo de conflito, que durante décadas se manteve sufocado pelo Estado autoritário e que, nos últimos anos, ressurgiu como um problema agrário Paraguaio, mas que pode também conter um sentimento bastante forte, que talvez represente o desprezo e o medo por um grupo que não se integrou à sociedade guarani (paraguaia). Ao contrário, manteve e impôs uma estrutura cultural distinta, ou seja, abraçileirada. Por isto, representa uma ameaça à identidade guarani enquanto grupo étnico.

Pelo que percebemos, é verídica a influência dos brasileiros que lá vivem, sobre a economia e os costumes que não possibilitam relações de boa vizinhança com os paraguaios. Este se trata de um problema que faz com que a convivência e a perseguição se tornem constantes. No entanto, é preciso ressaltar que essa convivência e conflitos permeiam o ambiente

familiar, onde as junções de famílias ocorreram através do casamento entre brasileiros e paraguaios, mesmo havendo posição contrária dos patriarcas e matriarcas da família.

De acordo com levantamento realizado, a violência é maior em Santa Tereza, a aproximadamente 120 quilômetros de Foz do Iguaçu, onde em pouco mais de três anos os campesinos paraguaios já haviam ocupado mais de 5000 hectares de terra, prejudicando um total de 180 pequenas propriedades de brasiguaios, de modo que praticamente todas já foram tomadas pelos campesinos, ou está automaticamente em conflito.

O “Ministério de Relações Exteriores” divulga que viviam no final da década de 1990, na República do Paraguai, 459.000 brasileiros. Os dados de censos mais recentes se referem a 98.000 o número de brasileiros em situação legal e a imprensa vem trabalhando com uma cifra de 350.000 não regularizados. Estes brasileiros, legalizados ou não, representam os habitantes moradores no Paraguai, dando maior ênfase à zona rural.

Faz-se necessário ressaltarmos a resistência por parte dos campesinos do outro lado da fronteira que acusam o governo autoritário destituído, de reprimir e eliminar, entre 1971 e 1975, as denominadas “ligas agrárias”, as quais tinham por objetivo organizar os segmentos campesinos naquele País. Além disto, estes campesinos defendem a ideia de que este mesmo governo utilizou-se de mecanismos para se apropriar de terras que lhes pertenciam para distribuí-las a outros setores do próprio governo, ou a empresas estrangeiras e projetos agropecuários. Nestes últimos, ocorreu a distribuição de terras a milhares de pequenos agricultores brasileiros.

Os imigrantes brasileiros não estão presentes somente na economia e na vida política local. É bastante significativa a influência cultural (língua portuguesa, meios de comunicação, religião, música, danças, tradições e culinária) do Brasil nesta ampla zona de fronteira. A presença significativa desses imigrantes no País vizinho tem redefinido as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai e ocasionado uma reação considerável dos setores críticos e nacionalistas daquela nação.

Com o objetivo de exercer pressão, estes trabalhadores rurais paraguaios organizam-se em grupos, intimidam e invadem as propriedades rurais de brasileiros. Segundo depoimentos, a intolerância dos campesinos paraguaios tem atingido principalmente os pequenos agricultores brasileiros, como nos relata o senhor Irineu, uma das vítimas que perdeu tudo em uma invasão dos campesinos.

[...] a gente foi em tudo em que é lugar, fizemos acordo com tudo, com os campesino, com o consulado, com advogado de IBR, não adiantou; fizemo outro acordo com o presidente do IBR que nós dava dois mil reais pela terra e mil pelos documento, nós é cinco anos que não plantemo, trinta e duas casas eles destruíram, mais de seiscentas cabeças de gado eu tinha eu era bem de vida, hoje se for para eu ir lá pro sem terra eu tenho que ir ganhar um pouco fora porque eu não tenho para me sustentar, perdi tudo tomaram tudo [...]. Chegaram atirando em tudo roubando tudo, ponhando fogo queimando casa roubando criação, tudo, pra tirá a minha casa eles me prenderam ai levaram tudo o meu dinheiro, mercadoria. Nós tinha porco, oitenta porco, gado, cavalo, cabrito, galinha, levaram tudo deixaram só uma choca com oito pintinho pequenininho. Eu fiquei dois dias preso, quando voltei não tinha mais nada em casa, porco tiraram o coró e ainda deixaram lá o resto e correram, atiraram no meu braço quase acertô o meu coração, quase me matô. Perdi tudo, tô morando numa casa que ele me arrumou pra mora, ainda bem que a gente tem os amigos (Irineu, em entrevista gravada no Paraguai em fevereiro de 2010).

Inserida no processo que estamos analisando, uma parcela dos agricultores brasileiros emigram em direção à república paraguaia, os quais se somam aos brasileiros empurrados por um sistema que, independentemente de fronteiras, estabelece regras nas quais as pessoas se encaixam ou não na sociedade. Se do ponto de vista dos setores políticos de oposição e dos movimentos sociais paraguaios, essa influência causada pela influência dos brasileiros representa uma ameaça à soberania nacional, os depoimentos dos brasileiros residentes lá são unilaterais em seus pensamentos

e atitudes, pois os mesmos só pensam e agem para e de acordo com seus interesses de garantir a continuidade de suas vidas em terras paraguaias. Sendo assim, os conflitos só se ampliaram nos últimos anos, reacendendo as discussões sobre a “invasão brasileira” no Paraguai e a volta dos brasileiros chamados de “brasiguaios” para o Brasil.

Brasil, terra dos “sem fronteiras”?

A iniciativa de voltar ao Brasil se deu a partir da conjuntura política que se instaurava no país, que impulsionou a perspectiva de realizar a tão sonhada reforma agrária. A notícia se espalhou por todo o território, atravessando a fronteira, chegava aos ouvidos do povo “brasiguaião”, fomentando as expectativas de voltar para “casa”, depois de serem massacrados em um país que, segundo eles próprios, não lhes pertencia e onde eram e são aterrorizados pela violência sofrida no Paraguai. Tal situação, de acordo com os entrevistados, é alimentada e incentivada por interesses (políticos, econômicos e financeiros) de grandes latifundiários paraguaios e estrangeiros, em sua maioria, brasileiros.

A exploração, as torturas e as injustiças cometidas são executadas também pelos trabalhadores paraguaios ou por grupos manipulados pela burguesia. Neste sentido, não é diferente do Brasil, onde a maioria do povo é massa de manobra. Diante desse contexto, a alternativa desse povo “sem fronteiras” é voltar para o Brasil na mesma condição em que saíram, “sem terra”, ou pior ainda, sem terra, sem trabalho e sem identidade. Mas, retornar para onde? Essa é uma pergunta que, sem dúvida, intriga todos os brasiguaios que têm em mente sair das terras paraguaias. Essa indagação não se cala em pensamento ou em voz desde os primeiros brasiguaios que ocuparam a Fazenda Santa Idalina, que hoje se encontra na condição de assentamento no município de Novo Horizonte do Sul.

O assentamento de Novo Horizonte do Sul, hoje, não é uma referência enquanto produtividade, organização e permanência na terra, pois se constata uma incidência muito grande da presença de novos donos (compradores) dos lotes. Todavia, é importante ressaltar a luta e a resistência dos que ainda permanecem na terra, passando e superando muitos obstáculos, assim como os próprios relatam, contando as dificuldades, mas orgulhosos, satisfeitos por estarem ali na sua terra, no seu “lugarzinho”:

Pra comprá tem gente, mas nós nunca pensamos, porque isso aqui não é meu, hoje é dessas crianças aí ó. Isso aqui são dos filhos né, porque isso aqui é para ampará a família né, é uma história, porque todos os meus filhos nasceram aqui né, só o mais velho que nasceu no acampamento, mais foi criado aqui pulando pau, pulando toco aí né, andando no meio do fogo, meus menino. Então vamo vendê de jeito nenhum, o que faleceu (filho dele que morreu) Deus o livre de falar em vendê. Esse daí ó se fala de vender, isso aqui é dá uma paulada nele. Então eu já tô velho, já tô numa situação preocupante e isso aqui é dos filhos (Edson, 49 anos. Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul, em abril de 2010).

Quando mencionamos os conflitos atuais no Paraguai, os assentados de Novo Horizonte do Sul dizem que, da mesma forma que eles vieram embora na época, esses novos brasiguaios também têm de vir embora, pois, segundo eles, morar em um país estranho é estar em um lugar “não lugar”. É importante salientar que o retorno ao Brasil está ocorrendo e boa parte se encontra nos acampamentos mantidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST. Conforme os novos brasiguaios, o que querem é ter juntamente com seus descendentes a oportunidade de continuar a sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas em futuros assentamentos no Brasil.

Em meio à vida “sem fronteiras” é difícil encontrar alternativas para sair do Paraguai e continuar a construir sua existência na área rural

sem passar por um processo de acampamento, no sentido de adquirir um pedaço de terra. Diante da conjuntura de conflitos violentos que se encontra no país vizinho, sendo retirados ou ameaçados para que saiam das terras paraguaias, são impossibilitados de levar bens adquiridos durante os anos trabalhados no Paraguai. Outro fato é que esses bens só têm “valor de uso”, uma vez que como “valor de troca”, vender é impossível por um preço razoável. Isso também acontece em relação à terra, pois esses brasiguaios não conseguem vender, além de não ter documento legal e mesmo os que têm, não vale mais nada. Além disso, eles não têm mais poder de usucapião (posse) da terra.

[...] tem hora que eu penso que é por isso que a minha pressão sempre tá alta por causa disso de tanto eu tê vontade de ir embora e desse jeito aí pra vendê essas coisas você sabe que é difícil, não é fácil a gente deixa suor vivo do meu marido e dos meus fios aí pra trás porque ele tirô dinheiro dos fio pra podê destoca essas terra. A máquina é cara pra destocá e a gente sai assim desse jeito né não é fácil menina, a gente fica com a cabeça tem dia que eu perdo o sono e pode acreditar é três hora da manhã por isso que eu acordo cedo sempre na semana por causa disso de tanto eu pensar, pensando no meu povo, no suor que eles derramô aqui, é triste mais o que eu posso fazer? Nada! a gente não é dono de nada nesse mundo (Maria, 64 anos. Entrevista realizada em Santa Tereza - Paraguai em fevereiro de 2010).

O retorno massivo destes agricultores brasileiros “empurrados” pela pressão que os campesinos paraguaios exercem ao intimidá-los e invadir suas terras, que efeito terá sobre a economia paraguaiá? Os campesinos paraguaios “assumirão” a produção de grãos que até este momento tem sido realizada pelos brasileiros que vivem no Paraguai? Estes trabalhadores agrícolas denominados de “brasiguaios” conseguirão sair do estado de marginalidade e se integrar novamente à sociedade brasileira?

Na última década, o processo de reimplantação ou de retorno entre os brasiguaios tem sido frequente e realizado em etapas. A primeira delas compreende a venda de sua propriedade, quando ela ainda não se encontra invadida ou se encontra invadida parcialmente; e, se a mesma já foi invadida, torna-se necessária a venda da casa, dos móveis e dos utensílios domésticos, para que, com o valor recebido com enorme dificuldade de venda, a família possa suprir suas necessidades básicas com o dinheiro que conseguir até o momento em que possa voltar para o Brasil. Nestes casos, a família migrante leva consigo apenas roupas, objetos pessoais e ferramentas agrícolas.

Em outro momento, realiza-se a viagem de retorno organizado no Paraguai, a partir de contatos no Brasil com representantes do MST e outros movimentos. Primeiramente, os migrantes utilizam um ônibus paraguaio que os leva até a divisa, ou mesmo atravessando, caminhando. Depois, com um ônibus brasileiro que os espera, seguem até um dos acampamentos do MST localizados nas regiões fronteiriças de Mato Grosso do Sul. Devido às intimidações provocadas pelos camponeses paraguaios, muitas vezes a família se divide no momento do retorno. Parte da mesma, composta pela mãe e pelos filhos, deixa o País rapidamente, enquanto o pai se encarrega da venda dos pertences.

Uma etapa seguinte ocorre com a chegada ao acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, momento em que se inicia, para este migrante, mais uma fase em sua vida. Neste acampamento, em companhia de centenas de outros agricultores, brasiguaios ou não, mas que em todo o Brasil são milhares, a bandeira de luta do MST cria novas perspectivas. Diante disto, a luta coletiva pela terra visa oportunizar a busca de um direito que o ser humano enquanto cidadão brasileiro tem, que é o direito ao trabalho e, portanto, à terra, a qual é seu principal instrumento de trabalho.

Para Martins (1977), a questão agrária brasileira tem duas caras. Primeiro, é a fonte básica dos grandes problemas sociais do Brasil, problemas

sociais que representam uma deterioração material e moral das condições de vida, porque não oferece a oportunidade para que esta população se insira na única via que há para gestar e sustentar a cidadania, o mercado de trabalho. Em segundo, é a existência de uma contrapartida dessa miséria, a partir da qual é possível continuar produzindo excedentes populacionais quando o País não tem mais condições de absorvê-los, o que revela uma elite incompetente para administrar a riqueza que lhe chegou às mãos em decorrência do monopólio da terra e da exploração e miséria de muitos.

Com as lutas pela realização da Reforma Agrária no Brasil e os conflitos no Paraguai, os milhares de brasileiros que se encontram no Paraguai também retornarão ao Brasil na condição de “Sem Terra”. Se isto acontecer, quais serão as consequências para os dois países. Acreditamos que os brasileiros que conseguirem certa estabilidade econômica não o farão, pelo menos de imediato. Mas, como ainda se sentem brasileiros, poderão fazê-lo em qualquer momento ou através de seus descendentes. Porém, se estiverem dispostos a lutarem coletivamente, assim como dizem os brasiguaios de Novo Horizonte do Sul, dificilmente conseguirão voltar e conseguir algo na vida se não estiverem juntos e organizados. Isso porque no Brasil farão parte da massa de excluídos da sociedade e marginalizados pela burguesia, principalmente, pelo poder do latifúndio brasileiro.

Diante do exposto, considerando que este conflito entre trabalhadores agrícolas sem terras dos dois países teve origem a partir de três situações principais: os interesses geopolíticos de dois governos autoritários, a implantação do processo de modernização agrícola e a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu, perguntamos: os brasiguaios que estão retornando ao Brasil e que se encontram nos acampamentos mantidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - terão juntamente com seus descendentes a oportunidade de continuar a sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas, em acampamentos e futuros assentamentos comunitários?

A conclusão que obtivemos mediante trabalhos de pesquisa de campo nos aponta que sim. Embora tenham enfrentado muitas dificuldades para saírem do Paraguai, montarem acampamento aqui no Brasil e fazerem a luta pela terra, os assentados de Novo Horizonte do Sul, com 24 anos de permanência na terra, relembram os momentos de sofrimento, mantendo-se orgulhosos por terem conquistado “a terra prometida”. Tal conclusão se concretiza nas fala do senhor Edson, que faz parte de uma das famílias que permanecem na terra com a mesma determinação de quando chegou ao seu “lugarzinho”.

Aqui eu me sinto livre. Eu me sinto livre porque se nós tivesse no Paraguai hoje eu não sei pra onde é que nós tava eu acho também que de arrendatário a gente nunca que conseguia uma terra agora como a gente veio né pra esse movimento a gente realizou um sonho porque eu via lá né ai eu falava um dia eu vou ter uma terra também ainda bem que eu consegui. Agente andava naquele mato assim a coisa mais linda, palmito, a gente não sabia qual que cortava, aí a gente pensava será que um dia eu vou pegá um lote? [...] Eu já trabalhei muita diária pro outros muita, muita aqui eu trabalho em cima do que é meu né e lá no Paraguai eu trabalhei pros outros (Edson, 49 anos. Entrevista realizada no Paraguai, em abril de 2010).

“Os brasiguaios”, pessoas transformadas pelo processo de exclusão, termo que usado na concepção de Martins (1997) traduz privação, pobreza, enfim, “privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação do bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança” (MENEGAT *apud* MARTINS, 1997), conseguiram transformação social em um novo espaço denominado assentamento, reconstruíram suas vidas, convivendo com as lembranças de um passado triste. Estes enfrentam sim dificuldades, mas não como antes. A vida que os antigos brasiguaios levam hoje nos permite entender que uma das alternativas para os brasileiros que ainda residem no Paraguai

em situação calamitosa é voltar para o Brasil e fazer “a luta pela terra”.

Assim sendo, acreditamos serem estas algumas questões importantes a serem estudadas, levando-se em conta como se dão as estratégias que levam os indivíduos a perderem o território e o grupo social em que se reproduzem. Da mesma forma, considerando o local de destino, torna-se necessário dar continuidade à investigação com o objetivo de analisar como se apresentam as novas formas de vida e de adaptação destes trabalhadores agrícolas migrantes. A migração da agricultura familiar brasileira torna-se um exemplo de como se deram parte dos movimentos migratórios brasileiros, que de internos expandiram-se ao vizinho país da República do Paraguai.

Referências Bibliográficas

- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário*. Brasil, 1995-1996.
- MARTINS, José de Souza. A questão brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, João. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SPRANDEL, Márcia. *Uma identidade de fronteira e suas transformações*. Trad. Laura, Abramzom. Buenos Aires: Edição Ciccus, 2000, p. 299-320.
- ZAAR, Miriam Hermi. *A produção do espaço agrário: da colonização à modernização e formação do lago de Itaipú*. Cascavel/PR: Edunioeste, 1999, p.148.

NOVAS FORMAS DE PRODUZIR EM ASSENTAMENTOS RURAIS: ANÁLISES DA EXPERIÊNCIA COM O SISTEMA DE COOPERAÇÃO DO ASSENTAMENTO RANILDO DA SILVA³²

Alzira Salete Menegat

Cristiane Paula Moraes Vilasboa

Ivanilda Ricardo de Farias

Luci Dalva Maria de Souza

Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo descrever e interpretar a trajetória histórica de mulheres e homens moradores no assentamento rural Ranildo da Silva que, ao longo de suas vidas, percorreram uma longa jornada em busca da terra, símbolo, para eles/as, de resistência e identidade. Mais especificamente, o objetivo é compreender a opção de algumas famílias em integrarem um dos grupos que se organizaram no Ranildo da Silva, conhecido como coletivo. Tivemos como propósito atentar às formas de cooperação internas ao grupo, e se as mesmas se caracterizam enquanto estratégia de permanência na terra.

32 Este trabalho teve como instituição fomentadora da pesquisa o CNPQ, que custeou através de bolsa de estudos os custos com a mesma, no período compreendido entre agosto de 2010 a julho de 2011, proporcionando um empenho sobre a pesquisa, que consideramos de extrema importância no que diz respeito a um debruçar-se sobre a temática, compreendendo seus movimentos teóricos e práticos.

O Assentamento Ranildo da Silva é constituído por diversos grupos, e o grupo em evidência é o único dentre os cinco grupos lá existentes que se mantém organizado, o qual tem o MST como movimento fomentador. O assentamento está localizado ao Sul de Mato Grosso do Sul, entre as divisas de três municípios, sendo eles: Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia e Rio Brillante.

O artigo divide-se em três partes: na primeira, discorremos sobre a história brasileira articulada sobre o viés da concentração da terra, voltada à constituição e povoamento do Estado de Mato Grosso do Sul, elencando a formação do campesinato brasileiro. Na segunda parte, tratamos da narração histórica de constituição do assentamento rural Ranildo da Silva, descrevendo sua estrutura organizativa, bem como a história do grupo em evidência, ou seja, o grupo coletivo.

A terceira parte é voltada à compreensão do “viver em coletivo”, momento em que se objetiva perceber, através do diálogo realizado por meio de entrevistas com os moradores, adentrando ao seu cotidiano, a opção adotada pelas vinte e três famílias em organizarem-se no formato de cooperação, ou seja, investigar como estabelecem relações de comunhão da terra, do trabalho e do capital. Para tanto, foi necessário a compreensão de elementos considerados fundamentais, dentre eles a questão agrária brasileira, no intuito de reconhecimento do território, entendido como palco de conflitos entre latifundiários e sem terra, além da formação do campesinato no Brasil e no Mato Grosso do Sul. Com isso, entendemos as diferenças no processo migratório, bem como na transformação de culturas e de identidades.

No desenvolvimento da pesquisa buscamos fundamentar as razões que levam pessoas assentadas, que se configuram na escala de produção familiar, com características camponesas, a continuarem resistindo na terra, mesmo diante de uma estrutura agrária brasileira que atualmente impõe diversas adversidades desfavoráveis, dentre elas, incentivo à grande produção, aquela em larga escala, com vistas à exportação.

Para o entendimento da presente pesquisa, autores como Antônio Cândido e sua concepção sobre o campesinato paulista, bem como Paulo Roberto Cimó Queiroz, a respeito da constituição do Sul de Mato Grosso do Sul, foram fundamentais para a construção deste artigo, além da perspectiva de Fabrini (2008), sobre a cooperação em assentamentos rurais. Além dos autores estudados, realizamos entrevistas com pessoas assentadas do grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e de outros grupos, intentando as estratégias e objetivos comuns produzidos pelo grupo de famílias do MST, ou seja, o grupo conhecido como “coletivo”, relacionando-as às transformações em suas histórias individuais, na (re)construção de suas identidades enquanto “novos” camponeses e camponesas. As famílias que integram o grupo coletivo do Ranildo da Silva estão produzindo coletivamente, visando romper com a hegemonia da propriedade privada da terra, numa tentativa de modificações locais na forma de produção agrícola industrial (esta baseada na monocultura, exploração do trabalho e especulação da terra).

Síntese da história da propriedade de terra no Brasil

A história colonial brasileira desde o seu “descobrimento” é marcada pela busca territorial, ou seja, o século XVI caracteriza-se como marco da história escrita e propagada no Brasil, iniciando com a apropriação do território pelos portugueses colonizadores que, como consequência, expropriou os nativos de suas terras, representados pelos indígenas, dando origem à estrutura agrária no país, com base no latifúndio.

A primeira forma de organização territorial no Brasil ocorreu em 1530, com a instituição do regime de Capitânicas Hereditárias, que tinha como função a exploração de grandes extensões de terras por governantes portugueses sem o envolvimento financeiro da Coroa. Porém, a falta de investimentos levou a decadência do regime, obrigando a Coroa a re-

estruturar uma nova forma de organização, estabelecendo assim o regime de “Sesmarias”. Neste contexto, as terras eram distribuídas a quem as requeresse, desde que apresentasse condições financeiras para explorá-las, viabilizando, assim, a concentração de terras, como mostra Fabrini (2008):

No latifúndio a atividade principal era destinada à exportação e ocupava os melhores solos. À margem da atividade principal encontrava-se a produção de alimentos. Essas atividades eram realizadas por pequenos produtores livres que pagavam uma renda ao proprietário, ou pelos próprios escravos, nos domingos e feriados, em solos de menor fertilidade do latifúndio. Os posseiros desenvolviam atividades agrícolas separadas da grande lavoura, trabalhando na maioria com a própria família (FABRINI, 2008, p. 55).

A partir do século XVII, inicia-se uma trajetória dos portugueses ao interior do Brasil, mais especificamente na região de Mato Grosso, que passa a ser destinada à captura de indígenas para o trabalho nas fazendas do sudeste. Contudo, houve um significativo aumento da população de escravos negros e posseiros³³ (QUEIROZ, 2008).

Algumas considerações sobre o povoamento de Mato Grosso do Sul

Em 1850, é implantada a lei imperial número 601, conhecida como “Lei de terras” no Brasil, que determinava a posse da terra a quem tivesse poder aquisitivo para adquiri-la. Naquele mesmo ano, determinou-se o fim do tráfico negreiro, desembocando na abolição da escravidão, em 1888. Sendo assim, na distribuição da terra, de acordo com a lei, colonos e ex-escravos não conseguiriam obter propriedades, o que os obrigava a tra-

33 Posseiros: migrantes estrangeiros que em 1822, com o processo de independência do Brasil e a paralisação da concessão de propriedades, chamado de regime de posses livres, ocuparam desordenadamente as terras em todo o país.

balhar nas fazendas. Porém, mesmo com o início do trabalho assalariado, a aquisição de terras era impossível, ocasionando inúmeros conflitos pela sobrevivência e posse da terra, entre os quais podemos destacar a forma de organização popular. Nesse contexto, como evidencia Almeida, foram expressivos os quilombos, as lutas messiânicas, o cangaço.

A estrutura fundiária brasileira, desde os seus primórdios, demonstra a hegemonia de uma determinada classe: a dos proprietários de terras. Consequentemente, os conflitos entre aqueles que detêm o meio de produção (terra) e aqueles que estão excluídos, marca a luta de classe desta história (ALMEIDA, 1997, p. 137).

Com a existência local de jazidas auríferas, houve um aumento no fluxo populacional, fundando a cidade de Cuiabá, no início do século XVIII. Com a escassez do ouro em meados do século XVIII, redimensiona-se a estrutura econômica local, passando da mineração à agricultura de subsistência e à pecuária, que passa a ser a principal atividade econômica local, devido ao clima tropical, vegetação de pastagem e solo plano, propícios à atividade (QUEIROZ, 2008).

Em meados do século XVIII, os conflitos se acirram entre Portugal e Espanha, pois a terra atual da parte oeste do Brasil era disputada pelas duas metrópoles, quando Portugal rompe com o tratado de Tordesilhas ocupando-a, redesenhando o território a partir de um novo tratado – o tratado de Madri – em que se considerava a terra de posse da metrópole a partir do usucapião (FABRINI, 2008).

A ocupação mais intensa no Sul de Mato Grosso, conforme Queiroz (2008), só se efetivou no início século XIX, próximo ao Rio Paranaíba, quando mineiros e paulistas voltaram à direção de “campos de vacarias”³⁴.

34 Campos de Vacaria: denominação atribuída à porção do extremo sul de Mato Grosso em que foram encontradas vacas, que, provavelmente, foram deixadas no século XVI por Aleixo Garcia, suas tropas e os jesuítas em uma das primeiras expedições para o interior do

Naquele período, José Garcia Leal foi um dos primeiros não índios a pisar em terras sul-mato-grossenses, além de membros da família Lopes que também continuaram com a criação pecuária na região.

Implanta-se assim no Sul de Mato Grosso - SMT uma economia pecuária que se estrutura, conforme a síntese de Salsa Corrêa, em um modelo extensivo de baixo nível técnico e por isso mesmo, predatório no uso dos recursos do solo – modelo este, aliás, ‘mais ou menos comum em todo o País e cuja maior expressão foi a posse latifundiária’ (QUEIROZ, 2008 *apud* CORRÊA, 1999, p. 26).

O autor em referência mostra que em 1849 inicia-se o processo de instituição de povoados no sul de Mato Grosso, quando surge Santana de Paranaíba, juntamente com a constituição do regime republicano no País, em 1889, favorecendo a implantação de outras atividades econômicas, como por exemplo, a extração da erva-mate. Nesse contexto, as terras federais passaram à administração dos estados, em que as oligarquias regionais passam a ter o controle e decisão, aumentando a concentração de terras no estado.

Em 1882, Thomaz Larangeira recorre ao Coronel Enéias Galvão, então presidente da província de Mato Grosso, garantindo a primeira concessão de uso de terras devolutas para exploração da erva-mate nativa, sendo esta também permitida aos colonos da região. No entanto, em 1892, Larangeira prorrogou seu contrato por mais dez anos, aumentando a área de exploração ‘desde a Foz do Rio Dourados no Rio Brillhante e até sua foz no Ivinhema’, para a exportação para o mercado argentino, assim torna-se o único beneficiário para a exploração dos ervais (ARRUDA, 1997).

Brasil por não índios. Esta região, mais tarde, configurou-se no município de Rio Brillhante, cidade que é cortada pelo Rio Vacaria.

No entanto, os pequenos posseiros, em sua grande maioria migrantes gaúchos, ocuparam a região de Bela Vista e Ponta Porã, juntamente à CIA, onde tiveram uma relação conflituosa, pois a intenção dos gaúchos era obter propriedades independentes para sobreviver da exploração er-vateira. Assim, recusavam-se a trabalhar na Companhia Matte Larangeira, sendo expulsos por não poderem pagar pela terra utilizada (ARRUDA, 1997).

Segundo Menegat (2009), não havia, no sul do Estado de Mato Grosso, somente imigrantes do Rio Grande do Sul, mas também pessoas provindas de outras regiões, principalmente do Nordeste, que para cá vieram na intenção de trabalhar nas fazendas, derrubando as florestas para plantio de pastagem, visto que, em finais do século XIX e início do XX, ocorreu a expansão da criação pecuária no Estado, objetivando a posse da terra e o estabelecimento na região.

De acordo com Oliveira (1997), na década de 1930, com o governo Vargas no país e sua política “desenvolvimentista”, houve uma mobilização populacional-denominada “frentes pioneiras”, conhecida como “Marcha para Oeste”, no intuito de enfraquecer a Matte e retomar o poder na região, além de nacionalizar as fronteiras. Assim, o governo tomou várias medidas para garantir o seu intento, como a efetuação de taxas de juros sobre o produto – erva-mate – e o apoio aos produtores independentes, além da criação da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, oficializada em 28/10/1943, implantada em espaço ocupado pela Matte Larangeira e por inúmeras comunidades indígenas. Nelas, atraiu enormes contingentes camponeses, principalmente da região nordeste.

Em 13/09/1943, cria-se o território federal de Ponta Porã³⁵, com o intuito de nacionalizar as fronteiras do sul do Estado. Mediante estas ações

35 O território federal de Ponta Porã, criado em 1943 de acordo com Oliveira (1997), compreendia os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito, e perdurou até o ano de 1946.

governamentais, houve a legalização dos pequenos produtores ervateiros. Além da criação da CAND, outra medida local de reflexo nacional foi a ampliação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1938, que ligou o interior ao centro do Estado, ao sudeste e aos países vizinhos, como Paraguai e Bolívia, favorecendo as relações mercantis (OLIVEIRA, 1997).

Já em 11 de outubro de 1977, o Estado de Mato Grosso se desmembra de sua porção sul, fundando o Estado de Mato Grosso do Sul, no período do então governo brasileiro, representado pelo general Ernesto Geisel, quando a intenção era ampliar o desenvolvimento capitalista e aglutinar forças políticas ao governo (BITTAR, 1999).

Nesse sentido, Fabrini (2008) alerta sobre o fato de que “no sul de Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem-terra que se organizaram em movimentos sociais não são proprietários expropriados, mas trabalhadores rurais que nunca possuíram terra”.

É importante compreendermos como a situação sul-mato-grossense de concentração da terra é um dos fatores fundamentais, gerador de miséria não só no Estado, mas no Brasil. Para melhor descrever sobre a estrutura fundiária do Estado, dados retirados do censo agropecuário do IBGE por Almeida (1997) são relevantes:

Quadro 1: As terras em Mato Grosso do Sul

GRUPOS DE ÁREA	Nº DE ESTABE- LECIMENTOS	ÁREA OCUPADA (HA)
Até 10 hectares	4763	25. 467
10 a 100 hectares	15857	573. 155
100 a 1.000 hectares	14138	5. 559. 013
1000 a 10.000 hectares	6194	15. 983. 801
10000 a 100.000 hectares	400	7. 166. 021
Mais de 100.000 hectares	2	304. 424
TOTAL	41354	29. 611. 881

Fonte: Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul, 1995/96.

A concentração da terra e o projeto de reforma agrária em Rio Brilhante: análises sobre a formação do Assentamento Ranildo da Silva

Com a intensificação do processo migratório para o Mato Grosso do Sul, em meados do século XIX, com o intuito da posse de terras, movido pelas terras férteis e a possibilidade de emprego, teve-se a entrada de empresas e de pessoas capitalizadas que passaram a concentrar grandes áreas de terras e nelas desenvolver a expansão da pecuária. Esta concentração foi empecilho que dificultou que muitos dos migrantes, com poucas posses, pudessem se estabelecer em propriedades independentes, obrigando-os a trabalhar em fazendas, dispondo de sua mão-de-obra barata, realizando todos os tipos de trabalho no campo. Segundo Martins,

[...] há hoje [...] milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de origem devido principalmente à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens e a transformações das relações de trabalho na lavoura (1991, p. 45).

A expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades, principalmente na década de 1970, como também as transformações tecnológicas que modificaram as relações de trabalho, contribuíram para a (re)elaboração de uma determinada categoria da sociedade: “os camponeses”.

Para Cândido, em “Os Parceiros do Rio Bonito” (2003), essa classe ainda assumia, até meados do século XX, um papel de indivíduos dotados de rusticidade e vida simples, com hábitos voltados ao trabalho na roça e ao vínculo direto com a terra, numa educação estruturada na passagem de tradições. Nessa estrutura, a família assumia todas as etapas do trabalho no campo, desde o cultivo de plantas até a criação de animais para o seu sustento, na qual seu cotidiano assumia uma relatividade temporal medida pela influência da lua, do sol, estações do ano, e, por conseguinte, determinavam o momento de “fatura”. Ou seja, produziam a colheita dos

alimentos, norteados através de um calendário cultural, com ações diárias voltadas à sobrevivência e ao prazer de constituir-se em seu lugar, quase se confundindo com a terra.

A dificuldade em manter hábitos culturais, ocasionada, em parte, pelo processo migratório, que levou a transformações nas relações de trabalho e nas condições de vida, desencadeou um intenso processo de “luta” pela terra. Em Mato Grosso do Sul, existem vários grupos mobilizados por meio de movimentos sociais do campo que assim atuam. Neste contexto, configura-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, gestado em Mato Grosso do Sul no ano de 1984, que desde então aglutina camponeses, na intenção de organizar uma força contrária à hegemonia da concentração de terras, como é o caso que resultou no acampamento rural de sem terras Ranildo da Silva, hoje assentamento, o qual passaremos a apresentar.

O assentamento rural Ranildo da Silva e sua organização social: algumas considerações dos traços das transformações da identidade camponesa

Durante o processo de “luta” pela terra em Mato Grosso do Sul, o MST teve participação em diversos enfrentamentos relacionados à questão agrária. Entre eles, ressalta-se o assentamento rural Ranildo da Silva, situado na porção sul do Estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente na fronteira territorial dos municípios de Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante, cadastrado no SIPRA sob o nº MS 0158000, e na portaria nº 22. Com 176 famílias, oriundas todas das grandes regiões do país, e até mesmo de outros países, como o Paraguai (INCRA, 2009).

De acordo com a fonte em referência, a constituição do assentamento Ranildo da Silva ocorreu no ano de 2004, através da aquisição da então fazenda Mutum, fruto do desmembramento da fazenda Capão Bonito, passando a ser denominada fazenda Eldorado S/A - Sociedade Anô-

nima Fechada - com área equivalente a 9.972,1231 ha, tendo como presidente João Bertin Filho, vice-presidente Feliciano Lopes de Oliveira, outorgada em cartório desde 12 de setembro de 1960.

Passou à fazenda Mutum em 1974, com área de 2.862,4422 ha, confrontando-se ao Norte com a fazenda Formosa, córrego Piau, e estância Dallas; ao Sul, estância Dallas, rio Vacaria e fazenda Santa Augusta; ao Leste, córrego Mutunzinho e estância Dallas, e a oeste, fazenda Santa Augusta, fazenda Estrela, rio Vacaria e fazenda Formosa, tendo como antigo proprietário, Ludovico Corrêa Nogueira. Sua produção estruturava-se no cultivo de arroz irrigado e pecuária, assim como o próprio município da atual cidade de Rio Brillante, que em todo o Estado é conhecida como a “capital do arroz irrigado” (INCRA, 2009).

A escrituração da área tornando-a assentamento é datada de 9 de dezembro de 2004 (INCRA, Portaria nº 22), porém a data comemorada pelos assentados relaciona-se ao momento de entrada na terra em formato ainda de acampamento, sendo este o dia 21 de outubro de 2006, pois, segundo relatos dos próprios assentados, foi o momento de conquista real para as pessoas, em que 176 conseguiram seus lotes.

Estas famílias foram divididas em cinco grupos, conhecidos como comunidades, compostas por, em média, 50 famílias, denominaram-nas, consecutivamente, de grupos 1, 2, 3, 4 e 5. Os grupos 1, 2, 3 têm cerca de 45 famílias, o grupo 5 é constituído por 19 famílias, e o grupo 4 possui 23 famílias. O grupo 04 é conhecido no assentamento como grupo coletivo, com organização produtiva e de vida diferenciada dos demais, modelo conforme apresentaremos mais adiante.

A trajetória histórica dos atores sociais ligados ao grupo do MST iniciou-se em 2001, quando moradores do assentamento Sílvio Rodrigues passaram a fazer “trabalho de base”³⁶, no distrito de Prudêncio Thomaz,

36 Trabalho de base: denominação atribuída pelo MST (Movimento dos Trabalhadores

conhecido como Aroeira, onde hoje está localizado este assentamento, mobilizando famílias a fim de serem contempladas com o acesso à terra. O ato reuniu, naquele momento, uma forma de protesto pelo assassinato de dois militantes do MST, Sílvio Rodrigues e Ranildo da Silva.

Os dois militantes, conforme relatos dos assentados, foram vítimas de uma emboscada a mando da família Coelho. Família esta que, de acordo com dados do TRE/1998, possuíam 31.692,8 hectares de terras nos municípios de Rio Brillhante, Terenos, Miranda, Sidrolândia, Bonito e Camapuã. Se somada a quantidade de terras ocupadas com todos os assentamentos implantados no Estado, tem-se exatamente 675.330,76 ha (INCRA, 2009), e que em média propicia o equivalente a 22 hectares de terra por família.

A partir da média em hectares por família reafirma-se como foi e ainda se encontra distribuída a propriedade de terra em Mato Grosso do Sul, uns com muita terra e outros/as com áreas pequenas para o tamanho da família, fato que não se difere da estrutura agrária no País.

A implementação de um assentamento, principalmente em um Estado que desde sua ocupação se estruturou através da concentração da terra, demonstra que ocorreu a perda da terra por pequenos produtores, ou ainda reafirmando a concepção de Fabrini (2008), estes nunca a tiveram, ou seja, não foi a expulsão, mas a ocupação dessa parcela do território que os deixaram à margem, sem terras. Isso ocorreu também por diversos motivos, dentre eles em grande parte pela modernização agrícola que as colocou para fora das terras arrendadas. Isso ocasionou dificuldades econômicas que levaram famílias a um nível de organização grupal relevante, atribuindo uma importância na discussão da questão agrária brasileira, e

Rurais Sem Terra) e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) ao convite e à “conscientização” de pessoas com relação ao processo de reforma agrária, que tem por objetivo incluir pessoas nos acampamentos de sem-terra para aglutinação de força em contraposição ao latifúndio.

em especial do município de Rio Brillhante. Percebemos, neste município, essa questão de maneira enfática, pois possui 9 assentamentos, totalizando 18.184,2564 hectares, distribuídos para 816 famílias (INCRA, 2009).

Os acampamentos de sem terras pertencentes ao MST em Rio Brillhante foram construídos decorrentes das transformações culturais camponesas, em que o processo migratório influenciou diretamente nas estratégias para aglutinar pessoas. As pessoas acampadas, pertencentes ao MST, criaram acampamentos semiabertos, ou seja, passaram a organizar seu tempo entre o trabalho assalariado nas cidades e a contribuição na organização interna. Assim, os acampamentos passaram a se desenvolver mais próximos das cidades. Quem melhor evidencia esta dinâmica do movimento social é Ronildo Lopes de Lima, agricultor, dirigente do movimento no Estado e morador do grupo coletivo no assentamento Ranildo da Silva:

Nos anos de seu nascimento, o movimento sem terra tinha como principal objetivo o retorno do homem ao campo, entendendo que este havia sido expulso de lá devido à proposta de modelo agrícola adotado desde o descobrimento do Brasil. As pessoas vinham do campo e sabiam como lidar com a terra. O inimigo principal era o latifúndio. Os anos se passaram e hoje temos novos objetivos, pois as pessoas também mudaram, o camponês de hoje não é o mesmo, muitos não sabem nem lidar com a terra, as formas de luta são revistas, hoje a luta como naquele tempo tinha um caráter de classe, mas ainda não sabíamos. A organização vai desde as mobilizações até a produção nos assentamentos (Assentamento Ranildo da Silva, Nova Alvorada do Sul, 30 de setembro de 2010).

O acampamento Ranildo da Silva foi fundado em Prudêncio Thomaz, distrito da cidade de Rio Brillhante e inicialmente localizado em frente à área onde hoje é o assentamento Sílvio Rodrigues. O senhor Gonçalo Lourenço, de 61 anos, é um dos primeiros moradores do acampamento. Residente anteriormente em Prudêncio Thomaz, hoje assentado e mora-

dor do grupo 3, nasceu em Minas Gerais, tendo vivido no estado do Paraná, chegando a Mato Grosso em 1971, nos relata como vivia antes de ser assentado:

Desde o nascimento, sempre fui da roça. Tinha uma área de 25 hectare de terra. Nós plantava de a meia nas fazendas. Fazia lavoura. Na nossa área tinha bananal, café, pasto. Trabalhava derrubando mato, roçando, colhendo. Nós plantava milho, feijão, arroz. O fazendeiro derrubava o mato, dava semente e nós plantava, [...] mas era de a meia [...] Todo mundo trabalhava 20 a 50 hectares, criame de porco e quintal, rocinha. Aqui era só cerrado, depois quebraram e plantaram arroz [...] O distrito onde o acampamento começou se chama Prudêncio Thomaz ou Aroeira e pertence ao município de Rio Brillhante. [...]O acampamento foi fundado na Aroeira em 19 de março de 2002 [...] já tinha em vista uma oportunidade de área. A fazenda Pipoca. A gente ia ocupar a fazenda. Houve confronto entre os homens e nós. Na fazenda num tinha uma cabeça de gado. Perdemos a oportunidade [...] (Assentamento Ranildo da Silva, Nova Alvorada do Sul, 29 março de 2010).

Percebemos na fala do senhor Gonçalves a sua difícil trajetória, que é a realidade vivida por milhões de pessoas em busca de seu espaço, sua terra, vivendo constantemente situações fronteiriças, ou seja, “dos conflitos à paz, da desilusão à esperança”. A vida do senhor Gonçalves parece se situar no limite de fronteira, ou de diversas fronteiras, como sinaliza Martins (2002): “a fronteira é, na verdade ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”.

O senhor José Marques, de 66 anos, também morador do assentamento, residente no grupo 2, nascido no antigo sul do estado de Mato Grosso, recupera lembranças do tempo da antiga fazenda Mutum e de como vivia em seu tempo de juventude:

Me criei aqui no estado, junto com meus pais. Nunca tivemos terra, sempre trabalhamos nas fazendas por aqui. Fui boiadeiro. Levei

muita boiada por estas estradas aqui onde corta o rio vacaria. Conheço tudo. [...] Tudo aqui era mato, tinha muita erva na região e muito fazendeiro, agora só baquearia. Essa fazenda era muito grande, diziam que aqui era dos Coelho. Naquela época se botava as propriedades no nome de outros pra não precisar pagar imposto. Sempre quis ter minha terra e consegui, e não entendo como essa juventude não dá valor a terra, mal pega a terra, já vende. Olha, tenho muitos pés de fruta. Planto minha rocinha, cuido dos meus bichinhos. Vivem falando, pra que eu planto, se posso nem chegar a comer? Então eu respondo: Sou muito velho eu sei, mas se eu não chegar a comer, alguém daqui vai desfrutar do que eu fiz (Assentamento Ranildo da Silva, Nova Alvorada do Sul, 08 de abril de 2010).

O acampamento Ranildo da Silva era formado por 250 famílias, as quais, em abril de 2003, organizaram-se, num momento considerado por eles como: “jornada de luta”, ocupando a fazenda Santa Maria, localizada no município de Rio Brillhante, sendo despejados em novembro do mesmo ano e alocados em uma área provisória. Após a ocupação da fazenda Santa Maria e o despejo, foram para uma área situada a 2 Km da cidade de Rio Brillhante, onde se localizava o antigo lixão da cidade e lá permaneceram até a confirmação do atual assentamento, em 2005.

A partir dessa ocupação, ainda no acampamento, estruturaram uma organização interna, denominada “organicidade”, que compreendia a formação de grupos-núcleos, cada um deles contendo um número de 10 famílias. Estas, por sua vez, dividiam-se em diversos setores, dentre eles os de educação, saúde e higiene, produção, liturgia, coordenação, gênero, segurança como sendo os principais, e nos quais a participação familiar era um princípio. Nesses grupos, as famílias definiam e/ou afirmavam identidades coletivas em torno da luta pela terra. Caldart (2000) reafirma o processo transformador do indivíduo em grupo- acampamento rural do MST, momento em que as identidades individuais forjam identidades coletivas:

A formação dos sem-terra, pois, não se dá pela assimilação de discursos, mas fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de

luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social desses trabalhadores e trabalhadoras da terra, exatamente porque esta exige a elaboração de novas sínteses culturais (CAL-DART, 2000, p. 106).

As identidades individuais transformam-se a partir da relação dos problemas e objetivos comuns, neste caso a posse da terra. Estas são arquivadas cotidianamente através das experiências vividas pelos seres humanos, que dialeticamente vão reconstituindo e absorvendo valores, naturalizando-os em sua cultura.

A cultura, portanto, representa a produção material e espiritual da existência, a produção da consciência e a formulação de objetivos que poderão ser alcançados pela sucessão de várias gerações. [...] Cada geração acrescenta nessa interligação de gerações, suas próprias características, formando sua identidade, sempre com a responsabilidade de preparar o ambiente onde viverão as gerações posteriores (BOGO, 2000 p. 14).

O período em que as famílias participaram do MST no interior do acampamento, discutindo problemas internos, colaborando em trabalhos cooperados, comemorando aniversários, batizados, casamentos, eventos e comemorações que se constituíam de forma coletiva, transformou completamente suas visões, aflorando sentimentos como a solidariedade, a reciprocidade, como a troca de favores, nos quais, muito frequentemente, ouvia-se o termo “companheiro”.

Durante quatro anos, ou seja, até a “conquista” do assentamento, viveram encontros e reencontros, oscilando entre o trabalho urbano e as atividades do acampamento, como cursos de formação política e de produção agrícola, o que os levava a uma reflexão sobre valores camponeses já citados, tornando-se uma fusão, pois a incorporação de tais valores ocorreu mediante a necessidade de cada indivíduo, produzida de maneira

quase que imperceptível, adequando-se à idade e aos momentos vividos por cada pessoa.

O assentamento rural: a dinâmica da produção e construção de uma nova perspectiva de vida

O assentamento rural só foi percebido pelas famílias enquanto ambiente concreto a partir da divisão dos lotes e a mudança total para a área, momento em que as famílias fizeram a opção pela divisão em grupos, como já foi anteriormente citado. O Assentamento Ranildo da Silva foi assim dividido para sua organização produtiva e social: em cinco grupos já afirmados, denominados por eles enquanto comunidades, de modo que cada grupo estruturou-se por afinidades, no que se refere ao compadrio, parentesco ou boas relações de convivência no acampamento, sendo de consenso das famílias pela confirmação de sua parcela de terra, no qual não havendo consenso, promoveram sorteio.

Assim como o apresentado no mapa abaixo, as áreas coloridas correspondem à quantidade de terra agricultáveis por grupo. Dentre os cinco grupos, o grupo 4 é composto por 23 famílias em terras praticamente cooperadas, sendo apenas um hectare por lote reservado à administração individual de cada família.

As famílias dos outros quatro grupos estão divididas em lotes no formato semicoletivo, com tamanho de lote de 12 hectares de terra para cada família, dispostos de forma a organizar os lotes em núcleos de moradia, sendo quatro destes hectares em área cooperada e oito hectares individuais.

O modelo da área do assentamento foi estabelecido pelo INCRA e pelo movimento social mediador, conforme a proposta do então superintendente estadual em exercício, Luis Carlos Bonneli, em 2004.

Para as famílias das áreas semicoletivas, os oito ha reservados à administração individual em cada lote por elas ocupados simbolizam a pos-

se da “propriedade”, e assim a terra configura-se, em alguns momentos, como elemento de liberdade, para produção de alimentos, bem como de manutenção da sobrevivência, além do reencontro com o passado e o vínculo com o ambiente anteriormente ocupado. Muitas das pessoas assentadas no Ranildo da Silva nasceram e cresceram no campo e aquelas que não viveram diretamente em contato com a terra tiveram seus descendentes vinculados a ela. Já a área de quatro hectares restantes em cada propriedade é reunida de forma semicoletiva, e encontra-se disposta em agrovilas.

No modelo de lotes organizados numa dinâmica coletiva e semicoletiva, a segunda evidencia contradições, porque ao mesmo tempo em que as relações tornam-se próximas, também permitem a existência de demarcações, de onde inicia e termina a área de cada pequena propriedade, numa espécie de cercamento. Contraditoriamente a cerca, que historicamente constituiu a posse privada da terra, e que ainda está construída no entorno dos lotes semicoletivos, servindo para delimitar a área de cada um, torna-se, em alguns casos, motivo de poder e posse. Para o MST, a cerca dificulta o acesso das pessoas, anulando trabalhos cooperados, como o mutirão. No entanto, atualmente, no assentamento de nosso estudo, percebemos outros significados relacionados à cerca, muito mais que apropriação da terra, ela tem a significação de organização e cuidado com os animais.

No Ranildo da Silva, as identidades se confundem, entre o campo e a cidade, mas se (re)configuram através da resistência dos indivíduos para permanência em seu meio. Podemos assim classificar, enquanto estratégia de permanência na terra, o grupo coletivo. Este se apresenta como um dos grupos do assentamento com diferenças organizacionais, não somente por seu espaço físico, como pela reprodução de “novas” e “velhas” relações camponesas, que vão desde o plantio e a colheita, permeados tanto por saberes populares quanto por tecnologias mais utilizadas pós-industrialização do campo, bem como no encaminhamento de questões com

viés político. Estas últimas geradas pelas dificuldades de inserção na agricultura familiar camponesa, mediadas pela exigência de produção para o mercado, e de formação de uma cooperativa de produção agropecuária, entre outras questões. Assim, a seguir, apresentaremos o chamado grupo coletivo do assentamento, do qual apresentar-se-á a história, a estrutura organizativa, o funcionamento e a proposta de resistência na terra, através do olhar de seus próprios sujeitos.

O grupo coletivo no Assentamento Ranildo da Silva: a experiência da cooperação camponesa enquanto estratégia de resistência no campo

O grupo coletivo possui 23 lotes de 12 hectares cada, sendo assim divididos: 1 hectare individual, no qual os moradores denominam de área de privacidade; outros 11 hectares para produção agropecuária, organizada no modelo coletivo - área coletiva - o qual pressupõe atividades vinculadas à autossustentação e vínculo com o mercado através da venda de produtos lá produzidos. A principal proposta de investimento está organizada em torno da atividade bovino-leiteira e a criação da instituição de legalidade ao grupo, cooperativa de produção, ainda não realizada.

O grupo, formado por modelo de organização diferenciada, é conhecido pelos assentados como Grupo Coletivo. Este, por sua vez, auto-denomina-se como “Núcleo de Resistência Socialista Dorcelina de Oliveira Folador”. Nele, segundo uma das falas de um dos integrantes, Ronildo, que além de residir no grupo é dirigente regional do MST em Mato Grosso do Sul, nos evidencia o motivo de escolha do nome do grupo:

O nome do grupo é muito forte e tem muito peso, e quando a gente definiu que fosse esse nome era por causa da vivência da Dorcelina, do pensamento ideológico que ela tinha, de mudar, de transformar a sociedade e como nós vivemos numa sociedade capitalista, colocamos esse nome porque aqui onde moramos é um

núcleo de resistência socialista, onde nós vamos transformar a vida de quem tá aqui, e mostrar, e ser exemplo pra outras famílias assentadas também, tanto no assentamento, quanto no Estado [...] (Grupo Coletivo, fevereiro de 2011).

Percebemos na fala do assentado o sentimento de mudança que parte das famílias do grupo possuem, no sentido de melhorias na qualidade de vida e do motivo em escolherem fazer parte dele, como alternativa de produzir na terra e nela permanecer e progredir, mesmo com dificuldades de acesso aos créditos. Nesse modelo, o trabalhar de maneira coletiva propicia unir dificuldades e conquistas, construir projetos e concretizá-los, conforme a fala de Ronildo nos mostra.

A proposta de formação deste grupo tem como característica principal a comunhão da terra, dos meios de produção e do trabalho, e surgiu a partir do parcelamento dos lotes no Assentamento Ranildo da Silva, em 2005. No território, onde hoje é localizado o grupo, havia espaço para o estabelecimento de apenas vinte e três famílias.

Ivone, assentada no grupo coletivo, no lote 101, vinda do acampamento no município de Caarapó, relata-nos sobre sua opção pelo grupo:

Eu sempre fui dependente dos outros, então eu fui, mas eu não tinha muita noção do que era, como que funcionava. Só depois com o tempo que eu fui entender como que era, só depois eu fui pro pré assentamento, com os grupos de estudo que tinha internamente, a gente estudava e trabalhava junto, e quando a gente trabalhava junto até na roça parece que ia rápido, e parece que quando eu ia sozinha carpir em volta do barraco, não dava certo, então eu comecei a perceber que trabalhar junto seria mais fácil e a gente conseguiria mais coisas. [...] eu não tinha o entendimento, eu só gostava do mato, mas não sabia como que funcionava porque eu morava na cidade (Grupo coletivo, fevereiro de 2011).

Observamos na fala de Ivone seu processo de adaptação a um meio onde até então não havia trabalhado, porém possuía indiretamente vínculos com esse ambiente, ou seja, o campo. Isso nos faz refletir sobre a difícil trajetória de milhões de homens e mulheres descendentes de camponeses do início do século XX, que organizados através de movimentos sociais do campo, neste caso o MST, “lutaram” em busca de sua terra prometida. Para isso, enfrentaram dificuldades, especialmente porque durante muitos anos viveram nas cidades, o que resultou no confronto de identidades e levou à necessidade de refazerem identidades por meio do cotidiano dos acampamentos e assentamentos de sem terra.

Nesse sentido, Borges (1997) nos aponta sobre uma identidade reconstruída a partir da coletividade, essa percebida no grupo coletivo, em que através da luta, um grupo se autoafirma, atravessa dificuldades e se reafirma.

A proposta de cooperação do grupo coletivo se organizou por meio de discussão e decisão coletiva, mediada por reuniões frequentes, sendo estas de caráter de estudo, decisões de investimento ou encaminhamentos de trabalho. Quem melhor relata como foi construída a organização coletiva do grupo do MST no Ranildo da Silva é o coordenador do grupo, Sr. João. Ele é filho de assentados, possuindo o mesmo vínculo com a terra desde seu nascimento, por ter acompanhado seus pais em busca de um pedaço de chão, vivido por um tempo no Estado de Rondônia, migrado para Jardim, lugar onde foi acampado e militante no movimento social MST. Hoje ocupa o lote 103, do grupo coletivo:

O grupo se organizou através das necessidades [...] O grupo é pra vinte e três famílias e no começo chegou 12, e a gente começou a fazer os debates, o que de fato ia ser o grupo. O projeto é, bacia leiteira, então você já tem que organizar as responsabilidades, e aí pra esse grupo funcionar então teria que ter no mínimo 2 coordenadores, e aí teria que ter os grupos de trabalho, aí a gente a princípio colocou o da horta e o da produção, por que no começo a gente

não tinha vaca, [...] e em cada grupo desse, a gente colocou dois coordenadores, e de imediato a gente já criou um setor de finança, que era pra gente já começar a arrecadar recurso, porque dentro do movimento, a gente tem uma discussão de contribuição mensal, então a gente trouxe também essa contribuição para o grupo [...] as necessidades fizeram com que a gente organizasse e a demanda, e aí a gente tentou fazer nesse sentido da organização do movimento, e por participar da organização do movimento, da organização do MST, ela também é organizada por setores, teve gente no setor de educação, setor de saúde que era pra participar das atividades do assentamento (Grupo coletivo, março de 2011).

E continua contando sobre a organização atual e a proposta de criação da cooperativa:

Hoje a gente tá organizado em setores, então a gente tem uma coordenação administrativa, a qual é composta de 10 membros, que seria dois coordenadores do grupo, dois da finança, dois do setor de pecuária, dois do setor de agricultura, [...] este coordena desde a horta até o plantio de árvores, [...] duas pessoas que mexem com a relatoria. A gente tá discutindo há três anos a questão da cooperativa, esse é o próximo passo, montar a diretoria pra consolidar essa discussão. [...] pra fechar isso, e aí tem o presidente e o vice-presidente, mais tesoureiro e toda a estrutura da cooperativa com conselho fiscal e manter os dois coordenadores da agricultura e da pecuária. E o presidente e vice-presidente, ele vai se tornar os coordenadores do grupo, por que a gente quer criar a cooperativa, mas não quer sair desta proposta de organização interna de que somos todos iguais, então nós não vamos ter um patrão a partir da cooperativa. O presidente não vai ser o patrão, ele vai ser uma pessoa que coordena e ajuda no processo de organização interna (Grupo coletivo, março de 2011).

João também trata do papel da cooperativa para o grupo de assentados e assentadas rurais do grupo coletivo:

Ela é um instrumento de trabalho, a gente compreende que a cooperativa ela vem pra nos fortalecer, que é organizar nossa produção

e principalmente a questão do comércio, que aí a gente tem condições de o que a gente produzir a gente colocar no comércio [...] Ela vai nos ajudar nos projetos e recursos financeiros [...] o grupo tem esta proposta de criar uma agroindústria, porque o pensamento da agroindústria, seria a questão dos nossos filhos e netos, eles ter um lugar de trabalho. (Grupo coletivo, março de 2011).

A partir das falas do coordenador do grupo, observamos o entusiasmo em contar sobre a história do grupo e de sua participação na organização, o qual acredita ser o futuro das gerações que constitui sua família. Sua fala corrobora com as reflexões de Fabrini (2002, p. 112), ao enfatizar que “a proposta da cooperação agrícola nos assentamentos é um elemento importante para caracterizar a continuidade das lutas após a conquista da terra”.

Assim, as formas de organização das assentadas/os não podem ser confundidas na dimensão de empresas rurais, apenas pelo fato de nessas formas buscarem aplicar modelos institucionalizados, como no caso de cooperativa. “O que essas formas apresentam, ou seja, as empresas rurais, é a predominância do valor de troca, numa agricultura camponesa que se caracteriza por unidades de produção e consumo; o que predomina é o valor de uso”, como é apresentado por Fabrini (2002, p.115).

A cooperação pode se dar desde ações simples, como a troca de serviços e os mutirões³⁷, ou grupos coletivos, semicoletivos, associações ou cooperativas, um vez que estas últimas possuem estruturas mais complexas, pois são permeadas por discussões e decisões coletivas, geralmente institucionalizadas por meio de regras. Podem seguir, por vezes, regimen-

37 **Mutirão:** trabalho feito por várias pessoas para realização de atividades com a finalidade de beneficiar a todos os participantes. O que o caracteriza é que o pagamento pelo trabalho é o serviço feito através da cooperação mútua. Teve maior frequência no meio rural até meados do século XX. **Troca de serviços:** trabalho realizado por duas ou mais pessoas com o mesmo objetivo do mutirão, porém, podendo ser realizado em serviços diferentes e o preço do serviço é quantificado pelo grau de dificuldade.

tos internos ou estatutos, assim como no grupo do qual tratamos, que em seu regimento propõe objetivos, direitos e deveres dos componentes do grupo. Podemos citar dos objetivos principais, instituído no Regimento Interno do grupo coletivo, pelo qual o mesmo elabora e pauta suas ações:

A) É baseado na inclusão de pessoas e famílias em um processo produtivo onde se dão as relações com a natureza e interpessoais com o princípio da unidade e disciplina, vivência dos valores éticos e morais construindo coletivamente com uma educação transformadora e libertadora, onde se respeita os saberes adquiridos de cada um, para a apropriação do conhecimento científico com o resgate da cultura popular; B) Unir-se para ajudar nas dificuldades que os mesmos venham a enfrentar; C) Desenvolver a solidariedade dentro e fora do núcleo; G) Participação da família em toda as atividades do núcleo; N) Eliminar todas as formas de discriminação e preconceitos (gênero, raça, cultura e credo); S) Desenvolver um sistema produtivo sustentável que respeite o meio ambiente através da agroecologia (Regimento Interno de 2010).

Voltamos à questão da cooperação quando nos reportamos às cláusulas desse regimento, ou seja, observamos a elaboração de seus princípios enquanto normas de convívio fundamentadas na permanência das famílias na terra, ênfase que percebemos no grupo de nosso estudo, e que traduz a reprodução humana em assentamentos rurais, ou seja, de camponeses e camponesas, o qual não se dá somente pela questão econômica, mas que mostra-se como resultado da conquista da terra, da manutenção da vida, e, especialmente no viver em assentamentos rurais, corroborando com as pesquisas de Fabrini (2008). O grupo coletivo nasceu no Assentamento Ranildo da Silva como um projeto do MST, com o objetivo de socializar os meios de produção, inclusive a terra, ou seja, a terra e os bens conquistados através do trabalho cooperado são de uso comum. Tal modelo para as demais famílias de outros grupos que constituem o assentamento não é bem aceito, fato que por vezes gera atritos entre o grupo coletivo e os integrantes de lotes individuais dos demais grupos.

A proposta da cooperação em assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso do Sul iniciou desde o princípio da Reforma agrária, ou seja, 1984, contando com a formação de grupos coletivos, institucionalizados através de associações, cooperativas de produção agrícola que garantissem condições de acesso dos produtos camponeses aos mercados. Seguiram com metodologias diferentes, porém com objetivos relacionados, isto é, a permanência na terra, como no caso do grupo em evidência. Este encontra contradições desenvolvidas em seu interior através da convivência, trabalho e objetivos estabelecidos no grupo, mediados pela institucionalização das relações de trabalho assentadas na cooperativa de produção agropecuária. Isso, segundo Fabrini, promove:

As cooperativas surgem a partir de diferentes compreensões de organização social e da produção no campo. A partir de posturas políticas e ideológicas dos sujeitos envolvidos nesta organização surgem variadas formas de cooperação agrícola, caracterizadas, ora por uma cooperação mais de natureza econômica com fins produtivos e uma racionalidade de empresa econômica capitalista; ora por uma cooperação mediada pelas relações de parentesco; e outras ainda, surgidas no processo de luta dos trabalhadores do campo, podendo apresentar maior ou menor grau de coletivização de meios de produção na sua prática. Esta última é o caso de propostas de cooperativas defendidas pelo sem-terra vinculados ao MST (2002, p. 84).

A forma de organização em grupos coletivos, cooperativas ou associações são, ainda de acordo com Fabrini (2002), formas de resistir economicamente no campo, são possibilidades encontradas pelos assentados, e resultado de outras organizações de camponeses iniciadas no início do século XX, bem como aplicadas também nos quilombos. Hoje, encontram-se presentes como alternativa em assentamentos organizados sob demandas do MST.

De acordo com relatos do integrante e coordenador, observamos que o grupo iniciou com 12 famílias, oriundas de diversos municípios

do Estado, sendo eles: Coxim, Caarapó, Dourados, Sidrolândia, Campo Grande. Hoje conta com a inscrição interna³⁸ do grupo de 23 famílias, ampliando o número de municípios de origem para Rio Brillhante, Ponta Porã. Nem todos os integrantes são nascidos nestes municípios ou mesmo no Estado, há pessoas provenientes de São Paulo, Paraná, e que em um dos casos como o do assentado do lote 114, viveu parte de sua história no Paraguai, devido ao processo de expulsão camponesa no Brasil, já citado anteriormente.

Fabrini (2002) diz que o processo de institucionalização das relações cooperativas pode transformá-las em corporativistas, ou seja, em não mais permeadas por relações tipicamente camponesas, que, segundo o autor, de acordo com o pensamento de Chayanov, são aquelas em que a produção é estabelecida pelo autoconsumo e trabalho familiar (pensamento do século XX), ressaltadas nos estudos de Antonio Cândido. Contudo, não mais se pode analisar o camponês de hoje, através do contexto do século passado. Sendo assim, esse homem e mulher do campo sofreram modificações que implicaram em mudanças em seu modo de vida, açambarcado por novas tecnologias, novas perspectivas de convivência, presentes no grupo de nosso estudo, que não significam relações expressamente capitalistas permeadas pelo objetivo do lucro, que percebemos bem nas falas das pessoas e princípios de seu regimento.

Os valores e princípios deste grupo estão em permanente construção, pois suas relações são vivenciadas e modificadas cotidianamente. As famílias vivem encontros e desencontros, conflitos e alegrias motivadas pelo viver em coletivo, em um movimento dialético, em que a todo mo-

38 Inscrição interna, assim é referida a forma como estão inscritos os integrantes no grupo. Tem essa denominação, pois algumas famílias encontram-se com problemas de documentação, ausência do CCU (Contrato de Concessão de Uso) devido aos problemas infraestruturais do INCRA (organização), além do que nem todas as pessoas que estiveram no início do grupo são ainda integrantes.

mento pessoas entram e saem desse modo de convivência, porém todos se recriam.

É relevante ressaltar que esse “novo” modo de vida se reflete diretamente nas ações das pessoas no intuito da reafirmação da coletividade, tanto pessoas do próprio grupo quanto de outros grupos do mesmo assentamento. Ou seja, existem hoje outras formas de cooperação com objetivo de melhoria da renda familiar, vendendo seus produtos na feira do município de Nova Alvorada do Sul. No entanto, a reunião dessas pessoas proporciona mais do que o trabalho, mas a convivência e a discussão de suas vidas, suas frustrações e anseios, recriando a solidariedade humana. São estes os grupos formados: um grupo de mulheres que fabricam receitas com massas, estas são integrantes dos grupos com lotes semicoletivos e algumas do grupo coletivo, e outro grupo com a produção de derivados de leite, as famílias que compõe esse grupo fazem parte do grupo coletivo.

Considerações finais

A cultura e a identidade camponesas no Estado de Mato Grosso do Sul são reflexos de sua colonização e ocupação voltadas à exploração e posse, fundamentadas na concentração de terras, as quais movem diariamente mulheres e homens que se encontram na “fronteira”, enfrentando conflitos entre o ser e o estar na cidade e/ou no campo, no processo de construção do futuro camponês.

A organização do grupo do MST apresenta traços típicos de camponeses do início do século XX, e por isso enfatiza-se o termo “velhas” relações, mas, ao mesmo tempo, o grupo se autorrecria, partindo de necessidades atuais que apresentam “novas” relações que vão ao encontro de um só objetivo, assentado na construção, manutenção e permanência das famílias no campo. Ouviu-se, frequentemente, e, por diversas vozes, durante a pesquisa que: “o grupo está e sempre estará em processo de construção”, em que uns entram outros saem, mas todos de alguma forma

participam. Essas relações de cooperação se materializam nos momentos festivos comemorados pelas famílias, através da distribuição voluntária de tarefas para preparação, ou nas convocações para trabalhos.

As famílias que integram o grupo coletivo do Ranildo da Silva estão produzindo coletivamente, visando romper com a hegemonia da propriedade privada da terra, numa tentativa de modificações locais na forma de produção agrícola industrial (baseada na monocultura, exploração do trabalho e especulação da terra). Com isso, estão fazendo, por meio da diversificação de produtos, em grande parte destinada à alimentação para autoconsumo, e venda, mesmo que em escala pequena, utilizar toda a área de terra para trabalho e sustento das famílias. Esse modelo nos leva a refletir sobre os conceitos “terra de negócio e terra de trabalho” (MARTINS, 1991 *apud* ALMEIDA, 2006).

Para tanto, as famílias fazem da economia familiar camponesa um processo de reconstrução de suas identidades, no qual se orientam por três pilares: terra, trabalho e capital. Esse tripé significa, na perspectiva de Chayanov, citado por Scheider (2003, *apud* CAMPOI e FERRANTE, 2006), maior uso dos recursos que se definem pelo grau de autoexploração familiar, determinado pelo número de pessoas que trabalham. Esses aspectos parecem ser o fio condutor para o grupo do MST, o qual estudamos no Ranildo da Silva, como um instrumento de rearticulação dos elementos para desenvolver-se econômica e socialmente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosimeire A. de. A luta pela terra no Brasil. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande: UFMS, nº 1, pp.137-149, 1997.

ARRUDA, Gilmar de. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

BARROS, Edgard Luiz de. *Repensando a história: o Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. 1. ed. Campo Grande: UFMS, pp. 115-133, 1999.

BOGO, Ademar. *O MST e a cultura*. 2. ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres. Caderno de formação nº34, 2000.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1997.

CALDART, Roseli Saete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CHANFRIN, Antônio Luis; FEITOSA, Reginaldo da Silva; SILVA, Wilson Ferreira da. *Considerações a respeito da luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o caso do acampamento Santa Edwiges em Rio Brilhante*. 2001. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In. ALMEIDA, Rosemeire Ap.^a de et al. (orgs.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, pp. 53-80.

FABRINI, João Edmilson. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa*. Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf>.

INCRA. (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). *Processo de criação de Assentamento Ranildo da Silva: criação oficial, nº 22*. Campo Grande-MS, 2004.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo-SP: Editora Hucitec, 1991.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.

MENEGAT, Alzira Saete. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia*. 1. ed. Dourados: Editoras UEMS/UFMGD, 2009.

MORISSAWA, Mitsui. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande: A Universidade, n. 1, pp. 13-25, 1997.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Histórias que (re)contam História

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. 1. ed. Dourados: UFGD, 2008, pp. 15-73.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.